



ORDEM DOS  
DESPACHANTES  
OFICIAIS

OS REPRESENTANTES ADUANEIROS  
PORTUGUESES

Boletim Nº 17 | 2015



**NOVO ENQUADRAMENTO JURÍDICO**



**Apoio às micro  
e pequenas empresas**

**Feito  
para  
quem  
faz.**

Ninguém faz tanto pela nossa economia como as micro e pequenas empresas. E ninguém faz tanto pelas micro e pequenas empresas como o NOVO BANCO.

E queremos fazer muito mais para apoiar este segmento, nomeadamente trabalharmos com celeridade na aprovação e na celebração de contratos. Se quer crescer ou investir fale connosco e descubra todas as soluções que fazem do NOVO BANCO uma referência para quem faz.

[novobanco.pt/empresas](http://novobanco.pt/empresas)

**NOVO BANCO<sup>1</sup>  
NEGÓCIOS**

# Índice

<b>FICHA TÉCNICA</b>	<b>4</b>
<b>EDITORIAL</b>	<b>5</b>
<b>NACIONAL</b>	<b>6</b>
<b>LEGISLAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA / SESSÕES DE ESCLARECIMENTO</b>	<b>53</b>
<b>INTERNACIONAL</b>	<b>54</b>
<b>LISTAGEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS</b>	<b>55</b>
<b>REFLETINDO</b>	<b>58</b>





ORDEM DOS  
DESPACHANTES  
OFICIAIS

Uma nova Ordem,  
uma velha preocupação.

Garantir aos despachantes  
o acesso aos melhores  
cuidados de saúde.

**De fonte segura.**

Mediação de seguros | Gestão de risco  
[www.visavis.pt](http://www.visavis.pt)



## *Ficha Técnica*

**PROPRIEDADE E EMISSÃO:**

ODO-ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Rua D. Luís I, 5, 5º – 1249-286 LISBOA – Tel 213 931 320 – Fax 213 931 329 – [www.odo.pt](http://www.odo.pt)

**DIRECTOR:**

DR. FERNANDO CARMO

**COORDENAÇÃO E REDACÇÃO:**

AVELINO ROCHA RIBEIRO

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO:**

GRÁFICA MAIADOURO, SA

**DEPÓSITO LEGAL:**

237 225/06

**TIRAGEM:**

1000 EXEMPLARES

# Editorial

É este o primeiro Boletim publicado na nova era da nossa Ordem.

No ano em que se completaram 70 anos de existência da nossa Câmara, foi possível, após árduo e longo trabalho, aproveitar uma reestruturação imposta legislativamente, para concretizar um já perseguido objetivo.

Confessemos, por ser justo, que as entidades envolvidas neste complexo trabalho, designadamente a Inspeção Geral de Finanças e a Comissão Interministerial nomeada para o efeito, connosco trabalharam numa colaboração que devemos classificar de excelente.

Não devemos esquecer que o cumprimento dos critérios estabelecidos na Lei das Associações Públicas obrigou a alterações estatutárias em todas as Ordens e Câmaras existentes em Portugal.

Decretou o Estado português, também por força da legislação europeia, que a atividade de declarar perante as alfândegas merece e justifica Tutela governamental.

Neste sentido, designou que deverá ser o Ministério das Finanças a exercer tal tutela. Para o efeito, este Ministério delegou poderes de Regulação na Ordem dos Despachantes Oficiais.

Obviamente, que o Estatuto da O D O teria de refletir exatamente essa clara intenção, determinando quais são os ATOS PRÓPRIOS tutelados, para além naturalmente dos critérios de acesso, exercício, direitos e deveres inerentes.



Tais atos e demais critérios, consentâneos com o direito comunitário, foram estabelecidos de harmonia com as regras plasmadas no novo CAU (Código Aduaneiro da União), que vigorará em plenitude em 1 de junho de 2016.

Curioso é verificar que, apesar da cristalina transparência da situação, parece existirem dúvidas de quem tinha o dever de defender os interesses do país global

Fernando Carmo  
Presidente da CDO

# Nacional

## ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Relatório e Contas do Ano de 2014

No dia 31 de março de 2015, reuniu a Assembleia Geral da CDO, na sua Sede em Lisboa, para discussão e votação:

- **Relatório do Conselho Diretivo 2014**
- **Contas da CDO do ano de 2014**
  - *Balancete Razão Dezembro;*
  - *Balancete Geral Dezembro;*
  - *Mapa de Valores Comparativos de janeiro a Dezembro;*
  - *Justificação dos Desvios ao Mapa de Valores Comparativos;*
  - *Demonstração de Resultados*
  - *Balanço*
- **Parecer do Conselho Deontológico e Fiscalizador**

Após a discussão tida por conveniente, foram os documentos, as contas e o parecer, aprovados pelos Associados presentes.

## COMUNIDADES PORTUÁRIAS

Nas várias reuniões das diversas Comunidades Portuárias em que a ODO sempre se faz representar, foram com especial relevância, discutidas as seguintes questões:

- Fórum para a Simplificação de Procedimentos no Porto de Setúbal (16.07.2015)
  - Apresentação do Projeto SAPEC Bay – “Blue Atlantic” que pretende constituir uma alternativa de um modelo integrado de plataforma logística.
- Fórum para a Simplificação de Procedimentos no Porto de Lisboa

Decorreu no dia 21 de setembro a 50.ª Reunião do Fórum em epígrafe, tendo-se concluído, em síntese:

- A inspeção comunitária nos PIF's de Lisboa decorreu de forma positiva.
- Continua sem acordo a situação laboral no âmbito dos operadores dos terminais.
- A alteração dos procedimentos de Verificação Aduaneira no Terminal da LISCONT, encontra-se em fase adiantada.
- Foi chamado a atenção para a entrada em vigor em junho de 2016 do Regulamento Solas.
- Foi posto em causa e mais uma vez, a deficiente velocidade informática de resposta do JUP.

A CDO foi representada pelo seu Vice-Presidente do Conselho Diretivo, Rui Casimiro.

- Fórum para a Simplificação de Procedimentos no Porto de Sines (22.09.2015)
  - Foi analisado e perspectivado o panorama das Comunidades Portuárias daqui a 25 anos.

## CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS

Nas diversas reuniões do CNOP nas quais a ODO, vem participando, representada pela Diretora Executiva, Dra. Cláudia Louzada, foram discutidos essencialmente os seguintes temas:

- 18.05.2015
  - Desconhecimento sobre se as várias alterações dos Estatutos, foram acolhidas em Sede da Comissão.

- 26.06.2015
  - Informação de que as Disposições Transitórias serão iguais para todas as Ordens.
  - Eliminação das Assembleias Gerais.
- 30.09.2015
  - Prazos considerados reduzidos para a revisão de tantos e variados regulamentos.

### CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE TRANSITÁRIOS (APAT)

Realizou-se nos dias 9 e 10 de outubro, o Congresso Nacional da APAT.

A ODO esteve representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Dr. Fernando Carmo, que após a saudação aos Ilustres Membros dos Órgãos Sociais da APAT e seus Associados, apresentou o novo Enquadramento Jurídico da Ordem dos Despachantes Oficiais, bem como o Regime das Sociedades Profissionais sujeitas a Associações Públicas Profissionais, como a ODO.

Tal regime permite um amplo acesso de outros profissionais do sector às referidas sociedades, por força do alargamento do seu objeto social, como sócios não profissionais, a tudo acrescentando mesmo a possibilidade dos Despachantes Oficiais exercerem a sua atividade em regime de subordinação jurídica.

### LIVRO "COMÉRCIO INTERNACIONAL"

Ocorreu no dia 10 de novembro, na Sede da Ordem dos Despachantes Oficiais e no dia 18 de dezembro na sua Secção do Porto a apresentação do Livro Comércio Internacional, da autoria do Professor José Manuel Albuquerque Martins.

Definindo conceitos, apontando políticas e perspetivando o futuro, a Obra em causa cons-



titui um bom contributo para compreensão do ambiente internacional em que o Despachante Oficial desenvolve a sua actividade.



### ASSEMBLEIA GERAL DA ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Conforme convocatória constante da Circular 13636 de 12.11.2015 da ODO, realizou-se em 30 de novembro de 2015, na Secção do Porto, a sua Assembleia Geral, em sessão ordinária, tendo como:

Ponto Único

- **Discussão e votação do Orçamento da Ordem dos Despachantes Oficiais para o ano de 2016, Plano de Atividades e Parecer do Conselho Fiscal.**



Foram presentes os seguintes documentos:

- *Proposta de Orçamento, com justificação de valores, elaborado pelo Conselho Diretivo para o ano de 2016;*
- *Regulamento Anual de Execução Financeira;*
- *Parecer do Conselho Deontológico;*
- *Plano de Atividades*

Após várias intervenções, em sede de votação, foram aprovados, o Orçamento da Ordem dos Despachantes Oficiais para o ano de 2016, o Plano de Atividades e o Parecer do Conselho Fiscal.

### ACESSO A DESPACHANTE OFICIAL

Como anualmente ocorre, realizou-se a Prova de Avaliação de Equivalência do Curso de Formação e de Acesso a Despachante Oficial, em substituição do Curso de Formação e de Acesso que não reuniu para o efeito, o número de candidatos legalmente necessário. Após a realização da respetiva avaliação, constituída por prova escrita e oral, foram aprovados os seguintes candidatos:

DR. ANTÓNIO JOSÉ BARBOSA DE MAGALHÃES

DRA. FILIPA ALEXANDRA CHAVES DIAS

JORGE DOS SANTOS FERREIRA

DR. JOSÉ JORGE DA SILVA DÂMASO

DR. PEDRO GIL FERREIRA LIMA

DR. RUI PEDRO SIMÕES DE CARVALHO

DR. VALTER ANDRÉ PINHAL DA CUNHA

### ATUALIZAÇÃO DOS DESPACHANTES OFICIAIS E FORMAÇÃO DOS SEUS EMPREGADOS

Como habitualmente, decorreu de 7 de Outubro a 2 de Dezembro, uma Ação de Formação dos Empregados dos Despachantes Oficiais, coincidindo com uma atualização dos conhecimentos dos nossos Associados.

Foram lecionadas as seguintes matérias:

- IEC – Impostos Especiais de Consumo

- Contrafação
- Dívida Aduaneira
- Transporte Marítimo
- Direito de Representação
- Regimes Aduaneiros
- Pauta Aduaneira
- Medidas de Proteção do Comércio Internacional
- Incoterms e a sua Importância no Valor Aduaneiro







## ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

Realizou-se no dia 28 de Dezembro, a Assembleia Geral Eleitoral dos membros dos Órgãos Sociais da Ordem dos Despachantes Oficiais para o quadriénio de 2016 a 2019, tendo sido eleitos os candidatos constantes da Lista A e que a seguir se indicam:

### \* ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA \*

LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES  
MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO  
NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP  
ANTONIO MORGADO MACEDO  
JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO  
MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE  
VASCO DE ALMEIDA  
FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO  
CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA  
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA  
ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO  
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA  
ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA  
MANUEL LIMA MONTEIRO  
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO  
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA  
ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA  
LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS  
FERNANDA DA SILVA ARAÚJO  
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA LEITÃO

### SUPLENTES:

FERNANDO GONÇALVES DIAS  
DELFINO LEITE DA COSTA OLIVEIRA  
NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA  
PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAR AMARAL  
SÉRGIO ALEXANDRE FERNANDES BORGES

### \* BASTONÁRIO \*

FERNANDO MANUEL DO CARMO

### \* CONSELHO DIRECTIVO \*

**Bastonário** – FERNANDO MANUEL DO CARMO

**Vice-Presidente** – RUI PAULO DOS SANTOS  
CASIMIRO

**Vice-Presidente** – EDUARDO MANUEL AMORIM  
DOS SANTOS PEREIRA

**Vogal** – JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE

**Vogal** – RICARDO JOSÉ NEVES DA SILVA

**Suplente** – FERNANDO MANUEL FERREIRA  
CARDOSO

**Suplente** – CARLOS MANUEL ROSA CARDOSO  
DIAS

### \* CONSELHO DEONTOLÓGICO \*

**Presidente** – NORBERTO DIAS DOS SANTOS

**Vice-Presidente** – LUIS ARTUR PEREIRA DE  
ALMEIDA

**Vice-Presidente** – GRAÇA MARIA NASCIMENTO  
VILHENA

**Vogal** – HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA

**Vogal** – JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA

**Suplente** – JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA  
MAGALHÃES

**Suplente** – CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS

### \* CONSELHO FISCAL \*

**Presidente** – MARIA MADALENA DOS SANTOS  
NOGUEIRA CARACOL

**Vogal** – IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA  
BRANCO VASCO

**R.O.C.** – BRUNO MÁRCIO FONSECA CABRAL DA  
TRINDADE

**Suplente** – MARIA ALEXANDRA DOS SANTOS  
TROVISCO AIRES VARGAS

# Legislação



ORDEM DOS  
DESPACHANTES  
OFICIAIS

## Enquadramento Jurídico

- 1 REGIME JURÍDICO DE CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS.**  
(Lei 2/2013 de 10 de janeiro)
- 2 TRANSFORMAÇÃO DA CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS EM ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS E ALTERAÇÃO DO RESPETIVO ESTATUTO.**  
(Lei 112/2015 de 27 de agosto)
- 3 REGIME JURÍDICO DA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS QUE ESTEJAM SUJEITAS A ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS.**  
(Lei 53/2015 de 11 de junho)

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Decreto do Presidente da República n.º 9/2013

de 10 de janeiro

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, o seguinte:

É confirmada a exoneração do cargo de Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea do Tenente-General Piloto Aviador Victor Manuel Lourenço Morato, efetuada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 27 de dezembro de 2012, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2013.

Assinado em 4 de janeiro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

### Decreto do Presidente da República n.º 10/2013

de 10 de janeiro

O Presidente da República decreta, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º da Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, o seguinte:

É confirmada a nomeação para o cargo de Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea do Tenente-General Piloto Aviador Carlos José Tia, efetuada por despacho do Ministro da Defesa Nacional de 27 de dezembro de 2012, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2013.

Assinado em 4 de janeiro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Lei n.º 2/2013

de 10 de janeiro

#### Estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### Artigo 1.º

##### Objeto

A presente lei estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

##### Artigo 2.º

##### Associações públicas profissionais

Para efeitos da presente lei, consideram-se associações públicas profissionais as entidades públicas de estrutura associativa representativas de profissões que devam ser

sujeitas, cumulativamente, ao controlo do respetivo acesso e exercício, à elaboração de normas técnicas e de princípios e regras deontológicos específicos e a um regime disciplinar autónomo, por imperativo de tutela do interesse público prosseguido.

##### Artigo 3.º

##### Constituição

1 — A constituição de associações públicas profissionais é excecional, podendo apenas ter lugar quando:

- a) Visar a tutela de um interesse público de especial relevo que o Estado não possa assegurar diretamente;
- b) For adequada, necessária e proporcional para tutelar os bens jurídicos a proteger; e
- c) Respeitar apenas a profissões sujeitas aos requisitos previstos no artigo anterior.

2 — A constituição de novas associações públicas profissionais é sempre precedida dos seguintes procedimentos:

- a) Apresentação de estudo, elaborado por entidade de independência e mérito reconhecidos, sobre as exigências referidas no artigo anterior e o cumprimento dos requisitos previstos no número anterior, bem como sobre o seu impacto na regulação da profissão em causa;
- b) Audição das associações representativas da profissão;
- c) Submissão a consulta pública, por um período não inferior a 60 dias, de projetos de diploma de criação e de estatutos da associação pública profissional, acompanhado do estudo referido na alínea a).

3 — A cada profissão regulada corresponde apenas uma única associação pública profissional, podendo esta representar mais do que uma profissão, desde que tenham uma base comum de natureza técnica ou científica.

##### Artigo 4.º

##### Natureza e regime jurídico

1 — As associações públicas profissionais são pessoas coletivas de direito público e estão sujeitas a um regime de direito público no desempenho das suas atribuições.

2 — Em tudo o que não estiver regulado na presente lei e na respetiva lei de criação, bem como nos seus estatutos, são subsidiariamente aplicáveis às associações públicas profissionais:

- a) No que respeita às suas atribuições e ao exercício dos poderes públicos que lhes sejam conferidos, o Código do Procedimento Administrativo, com as necessárias adaptações, e os princípios gerais de direito administrativo;
- b) No que respeita à sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

##### Artigo 5.º

##### Atribuições

1 — São atribuições das associações públicas profissionais, nos termos da lei:

- a) A defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços;
- b) A representação e a defesa dos interesses gerais da profissão;
- c) A regulação do acesso e do exercício da profissão;



d) A concessão, em exclusivo, dos títulos profissionais das profissões que representem;

e) A concessão, quando existam, dos títulos de especialidade profissional;

f) A atribuição, quando existam, de prémios ou títulos honoríficos;

g) A elaboração e a atualização do registo profissional;

h) O exercício do poder disciplinar sobre os seus membros;

i) A prestação de serviços aos seus membros, no respeitante ao exercício profissional, designadamente em relação à informação e à formação profissional;

j) A colaboração com as demais entidades da Administração Pública na prossecução de fins de interesse público relacionados com a profissão;

k) A participação na elaboração da legislação que diga respeito ao acesso e exercício das respetivas profissões;

l) A participação nos processos oficiais de acreditação e na avaliação dos cursos que dão acesso à profissão;

m) O reconhecimento de qualificações profissionais obtidas fora do território nacional, nos termos da lei, do direito da União Europeia ou de convenção internacional;

n) Quaisquer outras que lhes sejam cometidas por lei.

2 — As associações públicas profissionais estão impedidas de exercer ou de participar em atividades de natureza sindical ou que se relacionem com a regulação das relações económicas ou profissionais dos seus membros.

3 — As associações públicas profissionais não podem, por qualquer meio, seja ato ou regulamento, estabelecer restrições à liberdade de acesso e exercício da profissão que não estejam previstas na lei, nem infringir as regras da concorrência na prestação de serviços profissionais, nos termos dos direitos nacional e da União Europeia.

#### Artigo 6.º

##### Princípio da especialidade

1 — Sem prejuízo da observância do princípio da legalidade no domínio da gestão pública, e salvo disposição expressa em contrário, a capacidade jurídica das associações públicas profissionais abrange a prática de todos os atos jurídicos, o gozo de todos os direitos e a sujeição a todas as obrigações necessárias à prossecução dos respetivos fins e atribuições.

2 — As associações públicas profissionais não podem prosseguir atividades nem usar os seus poderes fora das suas atribuições nem dedicar os seus recursos a finalidades diversas das que lhes tenham sido legalmente cometidas.

#### Artigo 7.º

##### Criação

1 — As associações públicas profissionais são criadas por lei.

2 — O projeto de diploma de criação de cada associação pública profissional deve ser acompanhado de uma nota justificativa da necessidade da sua constituição, nos termos do artigo 3.º, bem como as opções que nele foram tomadas.

3 — A lei de criação de cada associação pública profissional define os aspetos essenciais do seu regime, nomeadamente:

a) Denominação;

b) Profissões abrangidas;

c) Fins e atribuições.

4 — As associações públicas profissionais são criadas por tempo indefinido e só podem ser extintas, fundidas ou cindidas nos termos do artigo 3.º e dos números anteriores.

#### Artigo 8.º

##### Estatutos

1 — Os estatutos das associações públicas profissionais são aprovados por lei e devem regular, nomeadamente, as seguintes matérias:

a) Âmbito de atuação, fins e atribuições;

b) Aquisição e perda da qualidade de membro;

c) Estágios profissionais ou outros, previstos em lei especial, que sejam justificadamente necessários para o acesso e exercício da profissão;

d) Número de períodos de inscrição por ano, nos casos em que esteja prevista a realização de estágio profissional ou exame;

e) Categoria de membros;

f) Direitos e deveres dos membros;

g) Organização interna e competência dos órgãos;

h) Incompatibilidades no respeitante ao exercício dos cargos associativos;

i) Eleições e respetivo processo eleitoral;

j) Princípios e regras deontológicos;

k) Procedimento disciplinar e respetivas sanções;

l) Regime económico e financeiro, em especial relativo à fixação, cobrança e repartição de quotas;

m) Colégios de especialidades profissionais, se os houver;

n) Regimes de incompatibilidades e de impedimentos relativos ao exercício da profissão, se os houver;

o) Reconhecimento das qualificações profissionais obtidas fora do território nacional, nos termos da lei, do direito da União Europeia ou de convenção internacional;

p) Provedor dos destinatários dos serviços, se o houver.

2 — Para os efeitos das alíneas c) e d) do número anterior, os estatutos devem estabelecer o regime do estágio de acesso à profissão ou, sendo o caso, do período formativo correspondente, nomeadamente, quanto aos seguintes aspetos:

a) Duração máxima do estágio, que não pode exceder os 18 meses, a contar da data de inscrição e incluindo as fases eventuais de formação e de avaliação;

b) Direitos e deveres do orientador ou patrono;

c) Direitos e deveres do estagiário;

d) Regime de suspensão e cessação do estágio;

e) Seguro de acidentes pessoais;

f) Seguro profissional.

3 — A organização das fases eventuais de formação e de avaliação dos estágios profissionais referidos no número anterior é da exclusiva responsabilidade das associações públicas profissionais respetivas, salvo se a lei definir o envolvimento de entidades públicas nos procedimentos de implementação ou de execução do estágio profissional ou regimes de financiamento das entidades formadoras públicas e, sendo caso disso, o envolvimento de entidades empregadoras públicas na realização dos estágios.

4 — Nas situações em que a realização do estágio profissional ou do necessário processo formativo deva ocorrer em entidades empregadoras públicas, as matérias referidas nas alíneas c) e d) do n.º 1 são reguladas por decreto-lei.

**Artigo 9.º****Autonomia administrativa**

1 — No exercício dos seus poderes públicos as associações públicas profissionais praticam os atos administrativos necessários ao desempenho das suas funções e aprovam os regulamentos previstos na lei e nos estatutos.

2 — Ressalvados os casos previstos na lei, os atos e regulamentos das associações públicas profissionais não estão sujeitos a aprovação governamental.

**Artigo 10.º****Autonomia patrimonial e financeira**

1 — As associações públicas profissionais dispõem de património próprio e de finanças próprias, bem como de autonomia orçamental.

2 — A autonomia financeira inclui o poder de fixar, nos termos da lei, o valor de:

- a) Quota mensal ou anual dos seus membros;
- b) Taxas pelos serviços prestados, de acordo com critérios de proporcionalidade.

**Artigo 11.º****Denominações**

1 — As associações públicas profissionais têm a denominação «ordem profissional» quando correspondam a profissões cujo exercício é condicionado à obtenção prévia de uma habilitação académica de licenciatura ou superior e a denominação «câmara profissional» no caso contrário.

2 — A utilização das denominações «ordem profissional» e «câmara profissional» bem como da denominação «colégio de especialidade profissional» é exclusiva das associações públicas profissionais ou seus organismos, respetivamente.

**Artigo 12.º****Cooperação com outras entidades**

1 — As associações públicas profissionais podem constituir ou participar em associações de direito privado e cooperar com entidades afins, nacionais ou estrangeiras, especialmente no âmbito da União Europeia, do Espaço Económico Europeu e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2 — Para melhor desempenho das suas atribuições, as associações públicas profissionais podem estabelecer acordos de cooperação com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ressalvadas as entidades de natureza sindical ou política.

3 — As associações públicas profissionais devem ainda prestar e solicitar às associações públicas profissionais ou autoridades administrativas competentes dos outros Estados membros e à Comissão Europeia assistência mútua e tomar as medidas necessárias para cooperar eficazmente, no âmbito dos procedimentos relativos a prestadores de serviços já estabelecidos em outro Estado membro, nos termos dos artigos 26.º a 29.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade

de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno, nomeadamente através do Sistema de Informação do Mercado Interno.

4 — Em matéria de reconhecimento das qualificações profissionais, as associações públicas profissionais exercem as competências previstas no n.º 9 do artigo 47.º e no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, sob a coordenação da entidade que exerça as atribuições previstas no artigo 52.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto.

**CAPÍTULO II****Organização interna****Artigo 13.º****Âmbito geográfico**

1 — As associações públicas profissionais têm âmbito nacional.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as associações públicas profissionais podem compreender estruturas regionais e locais, às quais incumbe a prossecução das atribuições daquelas na respetiva área territorial, nos termos dos estatutos.

3 — No caso previsto no número anterior, o estatuto de cada associação profissional especifica quais as delegações regionais e locais em que se estrutura, bem como a sua organização e competências.

4 — Excetuados os controlos que, por razões imperiosas de interesse público, devam incidir direta e especificamente sobre determinadas instalações físicas, têm validade nacional:

a) As permissões administrativas concedidas por estruturas regionais e locais; e

b) As formalidades de controlo praticadas pelos profissionais, pelas sociedades de profissionais ou por outras organizações associativas de profissionais a prestar serviços em território nacional nos termos do n.º 4 do artigo 37.º perante estruturas regionais e locais.

**Artigo 14.º****Colégios de especialidade profissionais**

1 — Sempre que a lei preveja a existência de especialidades profissionais, as associações públicas profissionais correspondentes podem organizar-se internamente em colégios de especialidade profissionais, de âmbito nacional.

2 — Os estatutos estabelecem a organização e as competências dos colégios de especialidade profissionais, podendo prever, por razões imperiosas de interesse público ou inerentes à própria capacidade das pessoas, a sujeição a período de estágio ou probatório ou a realização de exame para a obtenção de título de especialidade profissional.

3 — Nos casos em que a qualificação obtida noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu diga respeito ao exercício de atividades comparáveis àquelas exercidas pelos profissionais especializados em território nacional, o procedimento de reconhecimento de qualificações profissionais especializadas segue os termos do artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto.

4 — Sempre que uma especialidade obtida noutro Estado membro não tenha correspondência em Portugal e não seja possível reconhecer as qualificações do profissional

de forma global com recurso a medidas de compensação, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, o acesso às especialidades nacionais é regulado pelas disposições aplicáveis aos profissionais cujas qualificações de base foram obtidas em território nacional, sem qualquer discriminação, seguindo os termos do artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, apenas o reconhecimento das qualificações profissionais de base.

#### Artigo 15.º

##### Órgãos

1 — As associações públicas profissionais dispõem de órgãos próprios e a sua organização interna está sujeita ao princípio da separação de poderes.

2 — Constituem órgãos obrigatórios das associações públicas profissionais:

a) Uma assembleia representativa, com poderes deliberativos gerais, nomeadamente em matéria de aprovação do orçamento, do plano de atividades, e de projetos de alteração dos estatutos, de aprovação de regulamentos, de quotas e de taxas ou de criação de colégios de especialidade;

b) Um órgão executivo colegial, que exerce poderes de direção e de gestão, nomeadamente em matéria administrativa e financeira, bem como no tocante à representação externa dos interesses da associação;

c) Um órgão de supervisão, que vela pela legalidade da atividade exercida pelos órgãos da associação e exerce poderes de controlo, nomeadamente em matéria disciplinar;

d) Um órgão de fiscalização da gestão patrimonial e financeira, que inclui um revisor oficial de contas.

3 — Os estatutos das associações públicas profissionais podem prever a existência de um presidente ou bastonário, como presidente do órgão executivo ou como órgão autónomo, com competências próprias, designadamente de representação externa da associação.

4 — Os estatutos podem prever ainda a existência de outros órgãos para deliberar sobre questões de carácter geral, bem como órgãos técnicos e consultivos.

5 — Os mandatos dos titulares dos órgãos das associações públicas profissionais não podem ser superiores a quatro anos, sendo renováveis apenas por uma vez.

6 — A denominação dos órgãos é livremente escolhida pelo estatuto de cada associação pública profissional, ressalvada a designação «bastonário», que é privativa do presidente das ordens.

7 — A assembleia representativa e o órgão de supervisão das associações públicas profissionais são eleitos por sufrágio universal, direto, secreto e periódico.

8 — A assembleia representativa é eleita através do sistema de representação proporcional, nos círculos territoriais definidos nos estatutos, podendo porém incluir uma representação das estruturas regionais, se existirem.

9 — Em caso de eleição direta do presidente ou bastonário, deve ser observado o regime previsto na Constituição para a eleição do Presidente da República, com as necessárias adaptações.

10 — O órgão de supervisão é independente no exercício das suas funções, podendo incluir elementos estranhos à profissão, até um terço da sua composição.

11 — As estruturas regionais e locais, se existirem, têm como órgãos obrigatórios a assembleia dos profissionais

inscritos na respetiva circunscrição territorial e um órgão executivo eleito por aquela assembleia.

12 — Os cargos executivos permanentes podem ser remunerados, nos termos dos estatutos ou do regulamento da associação.

#### Artigo 16.º

##### Elegibilidade

1 — Qualquer profissional membro efetivo com a inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos pode votar e ser eleito para os órgãos da respetiva associação.

2 — Os estatutos podem condicionar a elegibilidade para o cargo de membro dos órgãos com competências executivas à verificação de um tempo mínimo de exercício da profissão, nunca superior a cinco anos, e para o cargo de presidente, de bastonário ou de membro do órgão com competência disciplinar, nunca superior a 10 anos.

3 — A designação dos membros dos órgãos das associações públicas profissionais não está sujeita a homologação governamental.

#### Artigo 17.º

##### Poder regulamentar

1 — Os regulamentos das associações públicas profissionais aplicam-se aos seus membros e, bem assim, aos candidatos ao exercício da profissão.

2 — A elaboração dos regulamentos segue o regime previsto no Código do Procedimento Administrativo, incluindo o disposto quanto à consulta pública e à participação dos interessados, com as devidas adaptações.

3 — Os regulamentos das associações públicas profissionais com eficácia externa são publicados na 2.ª série do *Diário da República*, sem prejuízo da sua publicação na revista oficial ou no sítio eletrónico da associação.

#### Artigo 18.º

##### Poder disciplinar

1 — As associações públicas profissionais exercem, nos termos dos respetivos estatutos e com respeito, nomeadamente, pelos direitos de audiência e defesa, o poder disciplinar sobre os seus membros, inscritos nos termos dos artigos 24.º, 25.º e 37.º, bem como sobre os profissionais em livre prestação de serviços, na medida em que os princípios e regras deontológicos lhes sejam aplicáveis, nos termos dos n.ºs 2 e 6 do artigo 36.º

2 — Os estatutos de cada associação pública profissional enunciam os factos que constituem infração disciplinar bem como as sanções disciplinares aplicáveis.

3 — As sanções disciplinares de suspensão e de expulsão da associação pública profissional são aplicáveis apenas às infrações graves e muito graves praticadas no exercício da profissão, não podendo ter origem no incumprimento pelo membro do dever de pagar quotas ou de qualquer outro dever de natureza pecuniária.

4 — Excetua-se do disposto no número anterior o incumprimento pelo membro do dever de pagar quotas que pode dar lugar à aplicação de sanção disciplinar de suspensão quando se apure que aquele incumprimento é culposos e se prolongue por um período superior a 12 meses.

5 — Na situação prevista no número anterior, o pagamento voluntário das quotas em dívida determina a impossibilidade de aplicação de sanção disciplinar de suspensão ou a sua extinção, caso já tenha sido aplicada.

6 — A sanção disciplinar de expulsão é aplicável quando, tendo em conta a natureza da profissão, a infração disciplinar tenha posto em causa a vida, a integridade física das pessoas ou seja gravemente lesiva da honra ou do património alheios ou de valores equivalentes, sem prejuízo do direito à reabilitação, nos termos dos respetivos estatutos.

7 — O exercício das funções disciplinares das associações públicas profissionais é definido nos respetivos estatutos, competindo, pelo menos em última instância, ao órgão previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º

8 — Nos casos omissos, são aplicáveis, com as necessárias adaptações, as normas procedimentais previstas no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores Que Exercem Funções Públicas.

9 — Têm legitimidade para participar factos suscetíveis de constituir infração disciplinar ao órgão com competência disciplinar, designadamente:

- a) Os órgãos de governo da associação;
- b) O provedor dos destinatários dos serviços, quando exista;
- c) O Ministério Público; e
- d) Qualquer pessoa direta ou indiretamente afetada pelos factos participados.

#### Artigo 19.º

##### Incompatibilidades no exercício de funções

1 — O exercício das funções executivas, disciplinares e de fiscalização em órgãos das associações públicas profissionais é incompatível entre si.

2 — O cargo de titular de órgão das associações públicas profissionais é incompatível com o exercício de quaisquer funções dirigentes na função pública e com qualquer outra função com a qual se verifique um manifesto conflito de interesses.

3 — A regra prevista na primeira parte do número anterior pode ser excecional, e fundamentadamente, derogada pelos estatutos da respetiva associação pública profissional.

#### Artigo 20.º

##### Provedor

1 — Sem prejuízo do estatuto do Provedor de Justiça, as associações públicas profissionais podem designar uma personalidade independente com a função de defender os interesses dos destinatários dos serviços profissionais prestados pelos membros daquelas.

2 — O provedor dos destinatários dos serviços é designado nos termos previstos nos estatutos da associação e não pode ser destituído, salvo por falta grave no exercício das suas funções.

3 — Compete ao provedor analisar as queixas apresentadas pelos destinatários dos serviços e fazer recomendações, tanto para a resolução dessas queixas, como em geral para o aperfeiçoamento do desempenho da associação.

4 — O cargo de provedor pode ser remunerado, nos termos dos estatutos ou do regulamento da associação.

5 — No caso de ser membro da associação pública profissional, a pessoa designada para o cargo de provedor requer a suspensão da sua inscrição nos termos dos estatutos ou do regulamento da associação.

#### Artigo 21.º

##### Referendo interno

1 — Os estatutos das associações públicas profissionais podem prever a submissão a referendo, com carácter vinculativo ou consultivo, mediante deliberação da assembleia representativa, sobre questões de particular relevância para a associação que caibam nas respetivas atribuições.

2 — São obrigatoriamente submetidas a referendo interno as propostas de dissolução da associação.

3 — Os estatutos de cada associação pública profissional podem especificar outras questões a submeter obrigatoriamente a referendo interno.

4 — A realização de referendos é obrigatoriamente precedida da verificação da sua conformidade legal ou estatutária pelo órgão de supervisão previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º

#### Artigo 22.º

##### Balcão único

1 — Todos os pedidos, comunicações e notificações ou declarações relacionados com a profissão organizada em associação pública profissional entre a associação e o profissional, sociedade de profissionais ou prestadores de serviços referidos na parte final do n.º 2 do artigo 24.º, com exceção dos relativos a procedimentos disciplinares, são efetuados por transmissão eletrónica de dados, através do balcão único eletrónico dos serviços, acessível através do sítio na Internet da respetiva associação pública profissional.

2 — A apresentação de documentos em forma simples nos termos do número anterior dispensa a remessa dos documentos originais, autênticos, autenticados ou certificados, sem prejuízo do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 3 e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

3 — Quando não for possível o cumprimento do disposto no n.º 1, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, bem como nos casos em que o interessado não disponha de meios que lhe permitam aceder às mesmas, a transmissão da informação em apreço pode ser feita por entrega nos serviços da associação profissional respetiva, por remessa pelo correio sob registo, por telecópia ou por correio eletrónico.

4 — São ainda aplicáveis aos procedimentos que decorram entre a associação e o profissional ou sociedade de profissionais o disposto nas alíneas d) e e) do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

#### Artigo 23.º

##### Transparência

Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e do n.º 4 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno, as associações públicas profissionais devem disponibilizar ao público em geral, através do sítio eletrónico da associação, pelo menos, as seguintes informações:

- a) Regime de acesso e exercício da profissão;
- b) Princípios e regras deontológicas e normas técnicas aplicáveis aos seus associados;



c) Registo atualizado dos respetivos profissionais inscritos que contemple, pelo menos:

i) O nome, o domicílio profissional e o número de carteira ou cédula profissionais;

ii) A designação do título e das especialidades profissionais;

iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da atividade, se for caso disso;

d) Registo atualizado dos profissionais em livre prestação de serviços no território nacional, que se consideram inscritos nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, que contemple, pelo menos:

i) O nome e o domicílio profissionais e, caso exista, a designação do título profissional de origem e das respetivas especialidades;

ii) A identificação da associação pública profissional no Estado membro de origem, na qual o profissional se encontre inscrito;

iii) A situação de suspensão ou interdição temporária do exercício da atividade, se for caso disso;

iv) A informação relativa às sociedades de profissionais ou outras formas de organização associativa de profissionais para que prestem serviços no Estado membro de origem, caso aqui prestem serviços nessa qualidade;

e) Registo atualizado de sociedades de profissionais e de outras formas de organização associativa inscritas que contemple, nomeadamente, a designação, a sede, o número de inscrição e o número de identificação fiscal ou equivalente;

f) Registo atualizado dos demais prestadores de serviços profissionais referidos na parte final do n.º 2 do artigo seguinte, caso exista a obrigação de registo, que contemple o respetivo nome ou designação e o seu domicílio, sede ou estabelecimento principal;

g) Procedimento de apresentação de queixa ou reclamações pelos destinatários relativamente aos serviços prestados pelo profissional no âmbito da sua atividade;

h) Ofertas de emprego na associação pública profissional.

### CAPÍTULO III

#### Acesso e exercício da profissão

##### Artigo 24.º

###### Acesso e registo

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 36.º, o exercício de profissão organizada em associação pública profissional, seja a título individual seja sob a forma de sociedade de profissionais ou outra organização associativa de profissionais nos termos do n.º 4 do artigo 37.º, depende de inscrição prévia enquanto membro daquela associação pública, salvo se regime diferente for estabelecido na lei de criação da respetiva associação.

2 — A lei pode estender a obrigação de inscrição prevista no número anterior a todos os profissionais e sociedades de profissionais ou outras organizações associativas de profissionais a prestar serviços em território nacional nos termos do n.º 4 do artigo 37.º e impor ainda uma obrigação de registo em associação pública profissional aos demais prestadores de serviços profissionais, estabelecidos

em território nacional, empregadores ou subcontratantes de profissionais qualificados, que envolvam a prática de atos próprios da profissão em causa, salvo se aqueles estiverem abrangidos por outro registo público obrigatório de âmbito setorial.

3 — Caso seja exigido, nos termos do número anterior, o registo de empregadores ou subcontratantes de profissionais que, não sendo profissionais qualificados, sociedades de profissionais ou outra organização associativa de profissionais a prestar serviços em território nacional nos termos do n.º 4 do artigo 37.º, prestem ainda assim serviços profissionais a terceiros, não pode o mesmo assumir caráter de permissão administrativa nem o seu incumprimento determinar a interdição do exercício da atividade.

4 — A inscrição para estágio de acesso à profissão, caso seja obrigatório, depende apenas da titularidade da habilitação legalmente exigida para o exercício da profissão.

5 — Os requisitos de que depende a inscrição definitiva em associação pública profissional são taxativamente fixados na lei de criação da associação ou na lei de regulação da profissão.

6 — Para efeitos do número anterior, a inscrição definitiva de profissional depende apenas da titularidade da habilitação legalmente exigida para o exercício da profissão e, caso sejam justificadamente necessários para o exercício desta, por razões imperiosas de interesse público ou inerentes à própria capacidade das pessoas, do cumprimento de algum dos seguintes requisitos:

a) Verificação das capacidades profissionais pela sujeição a estágio profissional ou outro, previstos em lei especial;

b) Formação e verificação dos conhecimentos relativos ao código deontológico da profissão;

c) Realização de exame final de estágio com o objetivo de avaliar os conhecimentos e as competências necessárias para a prática de atos de confiança pública.

7 — Sem prejuízo do disposto n.º 1 do artigo 33.º, em caso algum pode verificar-se a fixação de *numerus clausus* no acesso à profissão, incluindo a qualquer especialidade, associado ou não a restrições territoriais em função da população ou de distâncias geográficas entre profissionais ou suas sociedades e organizações associativas, ou a acreditação, pelas associações públicas profissionais, de cursos oficialmente reconhecidos.

8 — Salvo disposição legal em contrário, a concessão de permissões administrativas para o acesso à profissão, individualmente ou em sociedade de profissionais ou outra organização associativa de profissionais nos termos do n.º 4 do artigo 37.º, não está sujeita ao princípio do deferimento tácito, sendo no entanto sempre aplicável o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

##### Artigo 25.º

###### Inscrição

1 — Têm direito a inscrever-se nas associações públicas profissionais todos os que preencham os requisitos legais para o acesso à profissão e a desejem exercer, individualmente ou em sociedade de profissionais.

2 — Em caso de aplicação de pena que tenha como efeito a interdição definitiva do exercício da profissão, cessa automaticamente a inscrição na associação pública

profissional, sem prejuízo do direito à reabilitação, nos termos dos respetivos estatutos.

3 — Sem prejuízo do regime de reconhecimento de qualificações obtidas fora de Portugal por nacional de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, os requisitos referidos no n.º 1 não podem ser discriminatórios em razão da nacionalidade, do local de residência ou do domicílio profissional de cidadão de Estado membro, nem em razão da nacionalidade, do local de constituição, sede ou administração principal noutro Estado membro de sociedade de profissionais ou outra forma de organização associativa de profissionais, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, nem violar o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 11.º daquele decreto-lei.

4 — O disposto no número anterior não prejudica a imposição de requisitos específicos aos profissionais ou às suas sociedades ou organizações associativas, diretamente justificados por critérios objetivos com base no exercício da autoridade pública que o exercício da profissão comporte, na missão específica de interesse público em causa ou em razões de ordem, segurança e saúde públicas, nomeadamente a necessidade de manter em território nacional arquivo documental, a imposição de atuação concertada com profissional estabelecido de forma imediata no território nacional ou a necessidade de indicar um domicílio, próprio ou de outro profissional, em território nacional, para receção de citações e notificações, salvo quando a lei admitir a citação e notificação por telecópia ou sistema eletrónico de informação e tal seja expressamente aceite pelo profissional.

5 — É proibida a imposição dos pressupostos, dos requisitos e das condições referidos nas alíneas *b*) a *h*) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

6 — Todas as restrições ao acesso e exercício de determinada profissão, incluindo as referentes a qualificações profissionais, devem fundamentar-se em razões imperiosas de interesse público, nomeadamente atendendo à missão específica de interesse público em causa, em função da autoridade pública que o exercício da profissão comporte, ou em razões inerentes à própria capacidade da pessoa.

## Artigo 26.º

### Exercício da profissão em geral

1 — Sem prejuízo das normas técnicas e dos princípios e regras deontológicos aplicáveis, o exercício da profissão deve observar o princípio da livre concorrência, bem como as regras da defesa da concorrência e de proteção contra a concorrência desleal.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 33.º, a permissão para o acesso e exercício de uma profissão organizada em associação pública profissional é concedida por tempo indeterminado e só pode caducar quando deixem de se verificar os pressupostos, os requisitos ou as condições de que depende a sua concessão, não podendo a referida permissão ser sujeita a qualquer outro termo ou condição.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 33.º, não podem ser estabelecidas restrições territoriais ou ao número de estabelecimentos, imposições de números mínimos de trabalhadores ou de prestadores de serviços, nem restrições à fixação de preços a praticar ou imposições de serviços a prestar a par dos serviços contratados no exercício de profissão organizada em associação pública profissional.

4 — Os prestadores de serviços profissionais, incluindo as sociedades de profissionais ou outras formas de organização associativa de profissionais referidas no n.º 4 do artigo 37.º e os demais empregadores ou subcontratantes de profissionais, ficam sujeitos aos requisitos constantes dos n.ºs 1 e 2 do artigo 19.º e dos artigos 20.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e ainda, no que se refere a serviços prestados por via eletrónica, ao disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2009, de 10 de março, e pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto.

5 — O disposto no número anterior não se aplica aos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, nem às demais pessoas coletivas públicas não empresariais.

## Artigo 27.º

### Sociedades de profissionais

1 — Podem ser constituídas sociedades de profissionais que tenham por objeto principal o exercício de profissões organizadas numa única associação pública profissional, em conjunto ou em separado com o exercício de outras profissões ou atividades, desde que seja observado o regime de incompatibilidades e impedimentos aplicável.

2 — As sociedades de profissionais constituídas em Portugal podem ser sociedades civis ou assumir qualquer forma jurídica admissível por lei para o exercício de atividades comerciais.

3 — Podem ser sócios, gerentes ou administradores das sociedades referidas no número anterior pessoas que não possuam as qualificações profissionais exigidas para o exercício das profissões organizadas na associação pública profissional respetiva, salvo se, atentos os estatutos da sociedade, tal colocar em causa a reserva de atividade estabelecida nos termos do artigo 30.º, devendo, no entanto, ser sempre assegurado o cumprimento do disposto no n.º 1 e pelo menos:

*a*) A maioria do capital social com direito de voto pertencer aos profissionais em causa estabelecidos em território nacional, a sociedades desses profissionais constituída ao abrigo do direito nacional ou a outras formas de organização associativa de profissionais equiparados constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, cujo capital e direitos de voto caiba maioritariamente aos profissionais em causa; e

*b*) Um dos gerentes ou administradores ser membro da associação pública profissional respetiva ou, caso a inscrição seja facultativa, cumprir os requisitos de acesso à profissão em território nacional.

4 — Podem ser estabelecidas restrições ao disposto nos números anteriores, por via dos estatutos das associações públicas profissionais, apenas com fundamento no exercício de poderes de autoridade pública que a profissão comporte ou em razões imperiosas de interesse público ligadas à missão de interesse público que a profissão, na sua globalidade, prossiga.

## Artigo 28.º

### Princípios e regras deontológicos e normas técnicas

1 — O exercício de profissão organizada em associação pública profissional deve respeitar o cumprimento dos princípios e regras deontológicos e das normas técnicas.

cas aplicáveis, quer a atividade profissional seja exercida individualmente, em nome próprio ou por profissional empregado ou subcontratado, quer sob a forma de sociedade de profissionais previstas no artigo anterior ou outra organização associativa de profissionais nos termos do n.º 4 do artigo 37.º

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 33.º, não pode ser proibido o exercício da atividade profissional em regime de subordinação jurídica, nem exigido que o empregador seja profissional qualificado ou sociedade de profissionais, desde que sejam observados os princípios e regras deontológicos e o respeito pela autonomia técnica e científica e pelas garantias conferidas aos profissionais pelos respetivos estatutos, e cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 30.º

3 — O empregador, o beneficiário e os sócios, gerentes ou administradores de sociedades de profissionais que não possuam as qualificações profissionais exigidas para o exercício da profissão organizada em associação pública profissional devem respeitar os princípios e regras deontológicos, a autonomia técnica e científica e as garantias conferidas aos profissionais pela lei e pelos respetivos estatutos.

#### Artigo 29.º

##### Incompatibilidades e impedimentos

Os estatutos podem prever regras relativas a incompatibilidades e impedimentos no exercício da profissão, desde que respeitem o disposto na presente lei e se mostrem proporcionais ao objetivo de garantir a independência, imparcialidade e integridade da profissão e, caso se justifique, o segredo profissional.

#### Artigo 30.º

##### Reserva de atividade

1 — Sem prejuízo do disposto na alínea b) do artigo 358.º do Código Penal, as atividades profissionais associadas a cada profissão só lhe são reservadas quando tal resulte expressamente da lei, fundada em razões imperiosas de interesse público, de acordo com critérios de proporcionalidade.

2 — Os serviços profissionais que envolvam a prática de atos próprios de cada profissão e se destinem a terceiros, ainda que prestados em regime de subordinação jurídica, são exclusivamente assegurados por profissionais legalmente habilitados para praticar aqueles atos.

3 — O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores dos serviços e organismos da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, nem das demais pessoas coletivas públicas não empresariais no âmbito das respetivas funções, exceto se a tal estiverem obrigados pelos estatutos das respetivas associações públicas profissionais.

#### Artigo 31.º

##### Seguro de responsabilidade profissional

Sem prejuízo do disposto no artigo 38.º, os estatutos das associações públicas profissionais podem fazer depender o exercício da profissão da subscrição de um seguro obrigatório de responsabilidade civil profissional ou da prestação de garantia ou instrumento equivalente, os quais devem ser adequados à natureza e à dimensão do risco, e apenas

na medida em que o serviço profissional apresente risco direto e específico para a saúde ou segurança do destinatário do serviço ou terceiro ou para a segurança financeira do destinatário do serviço.

#### Artigo 32.º

##### Publicidade

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, não podem ser estabelecidas normas que imponham uma proibição absoluta de qualquer das modalidades de publicidade relativa a profissão organizada em associação pública profissional.

2 — Podem ser impostas restrições em matéria de publicidade quando essas restrições não sejam discriminatórias, sejam justificadas por razões imperiosas de interesse público, designadamente para assegurar o respeito pelo sigilo profissional, e estejam de acordo com critérios de proporcionalidade.

3 — É aplicável aos profissionais que prestem serviços por via eletrónica o disposto nos artigos 20.º a 23.º do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2009, de 10 de março, e pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

#### Artigo 33.º

##### Serviços profissionais de interesse económico geral e exercício de poderes de autoridade pública

1 — No caso de profissões que prossigam, na globalidade ou em alguns dos seus atos e atividades, missões específicas de interesse público, ou no caso de profissões cuja globalidade de atos ou atividades tenha uma ligação direta e específica ao exercício de poderes de autoridade pública, podem ser estabelecidos, nos respetivos estatutos, requisitos contrários ao disposto no n.º 7 do artigo 24.º, nos n.ºs 2 a 3 do artigo 26.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no n.º 1 do artigo anterior, desde que se mostrem justificados e proporcionais, respetivamente, por razões imperiosas de interesse geral ligadas à prossecução da missão de interesse público em causa, ou ao exercício daqueles poderes de autoridade pública.

2 — Aos profissionais nacionais de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu qualificados fora de Portugal para o exercício de atividades comparáveis a atividades que, em Portugal, estão relacionadas com o exercício de poderes de autoridade pública, nos termos do artigo 51.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, não são aplicáveis os regimes previstos no Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2009, de 10 de março, e pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto, na Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, na medida daquele exercício de poderes de autoridade.

#### Artigo 34.º

##### Direitos dos membros

São direitos dos membros das associações públicas profissionais:

- a) Eleger os órgãos da associação e candidatar-se às eleições, ressalvadas as inelegibilidades estabelecidas na lei e nos estatutos;
- b) Participar nas atividades da associação;

- c) Beneficiar dos serviços proporcionados pela associação, sem qualquer discriminação;
- d) Outros previstos na lei e nos estatutos.

### Artigo 35.º

#### Deveres dos membros

São deveres dos membros das associações públicas profissionais:

- a) Participar na vida da associação;
- b) Pagar as quotas;
- c) Contribuir para o prestígio da associação;
- d) Os demais deveres legais e estatutários.

## CAPÍTULO IV

### Livre prestação de serviços e liberdade de estabelecimento

#### Artigo 36.º

##### Livre prestação de serviços

1 — O profissional legalmente estabelecido em Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que desenvolva atividades comparáveis às atividades de profissão organizada em Portugal em associação pública profissional podem exercê-las, de forma ocasional e esporádica, em território nacional, nos termos previstos na Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, nomeadamente o disposto nos seus capítulos II e IV.

2 — Ao profissional referido no número anterior é ainda aplicável o disposto no n.º 7 do artigo 24.º, no n.º 4 do artigo 25.º, no artigo 26.º, no n.º 2 do artigo 28.º e no artigo 30.º, a proibição constante das alíneas b) e d) a h) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e ainda as normas legais ou regulamentares relativas à conduta profissional, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto.

3 — O profissional que preste serviços, de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio ou que atue como gerente ou administrador no Estado membro de origem, no âmbito de sociedade de profissionais ou outra forma de organização associativa de profissionais e pretenda exercer a sua atividade profissional em território nacional nessa qualidade, em regime de livre prestação de serviços, deve identificar a sociedade ou a organização associativa, por conta da qual presta serviços, na declaração ou no requerimento referidos nos artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto, respetivamente, sem necessidade de a sociedade ou organização associativa ser titular de qualquer permissão administrativa nem estar inscrita ou registada na associação pública profissional em causa.

4 — Os demais requisitos aplicáveis ao profissional em livre prestação de serviços em território nacional devem ser especificados por lei e ser fundamentados em razões imperiosas de ordem pública, saúde pública, segurança pública e proteção do ambiente, em razões imperiosas ligadas à missão específica de interesse público que a profissão, na sua globalidade, prossiga enquanto serviço de interesse económico geral, no exercício de poderes de autoridade pública que o exercício da profissão comporte ou em razões inerentes à própria capacidade da pessoa.

5 — O disposto nos n.ºs 2 e 4 aplica-se à livre prestação de serviços por correio, telefone ou telecópia ou através de qualquer outro meio de prestação não eletrónica à distância.

6 — Os requisitos aplicáveis aos profissionais ou às suas organizações associativas legalmente estabelecidos noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que prestem serviços destinados ao território nacional, através de comércio eletrónico, devem constar de lei e ser fundamentados em razões imperiosas de ordem pública, saúde pública, segurança pública e proteção do consumidor, no exercício de poderes de autoridade pública que o exercício da profissão comporte ou em razões inerentes à própria capacidade da pessoa.

7 — Aplica-se ainda ao regime de livre prestação de serviços profissionais organizados em Portugal em associação pública profissional o disposto no n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

#### Artigo 37.º

##### Direito de estabelecimento

1 — O reconhecimento das qualificações profissionais adquiridas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu por nacional de Estado membro é regulado pela Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto.

2 — Sem prejuízo do estabelecimento de condições de reciprocidade, o reconhecimento das qualificações obtidas fora da União Europeia por nacional de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu ou equiparado é regulado pela Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de agosto.

3 — Podem ainda inscrever-se nas associações públicas profissionais os nacionais de Estados terceiros, em condições de reciprocidade, desde que obtenham o reconhecimento das qualificações necessárias, nos termos da lei em vigor.

4 — Os profissionais estabelecidos em Portugal que prestem serviços de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio ou que atuem como gerentes ou administradores no âmbito de sociedade de profissionais ou outra forma de organização associativa de profissionais a operar noutro Estado só podem prestar serviços de forma habitual em território nacional naquela qualidade caso a organização em causa se estabeleça, ela própria, em Portugal, a título principal ou secundário, nomeadamente pela constituição de uma sociedade de profissionais, quando legalmente admissível nos termos do artigo 27.º, ou pela constituição de representação permanente, nos termos da lei comercial, sempre que a organização cumpra, ela própria, o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 27.º, devidamente adaptado.

5 — Os profissionais estabelecidos em Portugal que pertençam a sociedade de profissionais ou outra forma de organização associativa de profissionais a operar noutro Estado devem informar a respetiva associação pública profissional desse facto, identificando a organização em causa.

#### Artigo 38.º

##### Seguro de responsabilidade profissional

1 — Não pode ser imposta a um prestador de serviços profissionais estabelecido noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu a subscrição de



um seguro de responsabilidade profissional pela atividade desenvolvida em território nacional caso o mesmo tenha essa atividade, total ou parcialmente, coberta por seguro, garantia ou instrumento equivalente subscrito ou prestado no Estado membro onde se encontre estabelecido.

2 — Caso o seguro, a garantia ou o instrumento equivalente subscrito noutro Estado membro cubra parcialmente os riscos decorrentes da atividade, o prestador de serviços deve complementá-lo de forma a abranger os elementos ou riscos não cobertos.

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, o profissional deve entregar à associação pública profissional a respetiva certidão emitida por instituição de crédito ou empresa de seguros estabelecida em qualquer outro Estado membro, a qual é título bastante para a demonstração do cumprimento do requisito de cobertura da atividade por seguro ou garantia equivalente subscrito ou prestado no Estado membro onde se encontre estabelecido.

### Artigo 39.º

#### Comunicação de requisitos de acesso e de exercício e de medidas restritivas

1 — O Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando solicitado pelo ministério setorial competente, comunica à Comissão Europeia, nos termos da legislação aplicável, a criação ou alteração de requisitos de acesso e exercício aplicáveis aos profissionais provenientes de outro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu que exerçam em Portugal atividade de profissão organizada em associação pública profissional, nomeadamente:

a) Requisitos previstos nas alíneas i) a g) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, aplicáveis a profissionais estabelecidos em território nacional, que não resultem de legislação europeia, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 15.º da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno;

b) Requisitos aplicáveis a profissionais em livre prestação de serviços em território nacional que não resultem de legislação europeia, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 39.º da diretiva referida na alínea anterior;

c) Requisitos exclusivamente aplicáveis aos profissionais que prestem serviços por via eletrónica, de acordo com o disposto na Diretiva n.º 98/34/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de junho de 1998, relativa a um procedimento de informação no domínio das normas e regulamentações técnicas e das regras relativas aos serviços da sociedade da informação;

d) Requisitos aplicáveis a prestadores em livre prestação de serviços por via eletrónica, que não resultem de legislação europeia nem devam ser comunicados nos termos da alínea anterior, de acordo com o disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 3.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno.

2 — As medidas restritivas da livre prestação de serviços de profissionais provenientes de outro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, que exerçam em Portugal atividade de profissão organizada em

associação pública profissional, são tomadas e comunicadas à Comissão e ao Estado membro de estabelecimento do profissional em causa, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, ou dos artigos 7.º a 9.º do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2009, de 10 de março, alterada pela Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto.

### Artigo 40.º

#### Carteira profissional europeia

As associações públicas profissionais podem estabelecer formas de colaboração ou de cooperação com outras entidades estrangeiras que visem facilitar e incentivar a mobilidade dos profissionais, nomeadamente através da emissão, validação e utilização da carteira profissional europeia.

## CAPÍTULO V

### Regime laboral, financeiro e fiscal

### Artigo 41.º

#### Pessoal

1 — Aos trabalhadores das associações públicas profissionais é aplicável o regime previsto no Código do Trabalho e o disposto nos números seguintes.

2 — A celebração de contrato de trabalho deve ser precedida de um processo de seleção que obedeça aos princípios da igualdade, da transparência, da publicidade e da fundamentação com base em critérios objetivos de seleção.

3 — As regras a que deve obedecer o processo de seleção constam obrigatoriamente dos estatutos próprios ou dos regulamentos internos das associações públicas profissionais.

### Artigo 42.º

#### Orçamento, gestão financeira e contratos públicos

1 — As associações públicas profissionais têm orçamento próprio, proposto pelo órgão executivo e aprovado pela assembleia representativa.

2 — As associações públicas profissionais estão sujeitas:

a) Às regras de equilíbrio orçamental e de limitação do endividamento estabelecidas em diploma próprio;

b) Ao regime do Código dos Contratos Públicos;

c) Ao regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), que integra o Sistema de Normalização Contabilística.

3 — O Estado não garante as responsabilidades financeiras das associações públicas profissionais, nem é responsável pelas suas dívidas.

### Artigo 43.º

#### Receitas

1 — São receitas das associações públicas profissionais:

a) As quotas dos seus membros;

b) As taxas cobradas pela prestação de serviços;

c) Os rendimentos do respetivo património;

- d) O produto de heranças, legados e doações;  
e) Outras receitas previstas na lei e nos estatutos.

2 — O Estado só pode financiar as associações públicas profissionais quando se trate da contrapartida de serviços determinados, estabelecidos mediante protocolo e não compreendidos nas suas incumbências legais.

3 — As deliberações sobre a fixação das quotas e das taxas são aprovadas pela assembleia representativa, por maioria absoluta, sob proposta do órgão executivo, e na base de um estudo que fundamente adequadamente os montantes propostos, observados os requisitos substantivos previstos na lei geral sobre as taxas e outras contribuições da Administração Pública.

4 — A cobrança dos créditos resultantes das receitas previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 segue o processo de execução tributária.

#### Artigo 44.º

##### Serviços

1 — As associações públicas profissionais instituem os serviços operacionais e técnicos necessários para o desempenho das suas atribuições, sem prejuízo da faculdade de externalização de tarefas.

2 — As associações públicas profissionais podem estabelecer acordos de cooperação com os serviços de inspeção da Administração Pública para o desempenho da tarefa de fiscalização do cumprimento dos deveres profissionais por parte dos seus membros.

3 — Podem ser estabelecidos acordos de cooperação com os serviços de inspeção indicados no número anterior, que visem impedir o exercício ilegal da profissão, nomeadamente por quem não reúna as qualificações legalmente estabelecidas.

### CAPÍTULO VI

#### Tutela, controlo judicial e responsabilidade

#### Artigo 45.º

##### Tutela administrativa

1 — As associações públicas profissionais não estão sujeitas a superintendência governamental nem a tutela de mérito, ressalvados, quanto a esta, os casos especialmente previstos na lei.

2 — As associações públicas profissionais estão sujeitas a tutela de legalidade idêntica à exercida pelo Governo sobre a administração autónoma territorial.

3 — A lei de criação ou os estatutos de cada associação pública profissional estabelecem qual o membro do Governo que exerce os poderes de tutela sobre cada associação pública profissional.

4 — Ressalvado o disposto no número seguinte, a tutela administrativa sobre as associações públicas profissionais é de natureza inspetiva.

5 — No âmbito da tutela de legalidade, os regulamentos que versem sobre os estágios profissionais, as provas profissionais de acesso à profissão e as especialidades profissionais só produzem efeitos após homologação da respetiva tutela, que se considera dada se não houver decisão em contrário nos 90 dias seguintes ao da sua receção.

6 — Para efeitos do número anterior, o membro do Governo que exerce os poderes de tutela sobre a associação pública profissional deve solicitar os esclarecimentos e os documentos necessários à decisão sobre a homologação dos regulamentos nos 45 dias posteriores à receção do requerimento da associação pública profissional.

7 — A associação pública profissional deve responder às solicitações do membro do Governo que exerce os poderes de tutela nos 10 dias seguintes, não se suspendendo o prazo previsto no n.º 5, salvo se este prazo for ultrapassado.

8 — É aplicável às associações públicas profissionais, com as necessárias adaptações, o disposto na Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.

#### Artigo 46.º

##### Controlo jurisdicional

1 — As decisões das associações públicas profissionais praticadas no exercício de poderes públicos estão sujeitas ao contencioso administrativo, nos termos das leis do processo administrativo.

2 — Têm legitimidade para impugnar a legalidade dos atos e regulamentos das associações públicas profissionais:

- a) Os interessados, nos termos das leis do processo administrativo;
- b) O Ministério Público;
- c) O membro do Governo que exerce os poderes de tutela sobre a respetiva associação pública profissional;
- d) O Provedor de Justiça.

#### Artigo 47.º

##### Fiscalização pelo Tribunal de Contas

As associações públicas profissionais estão sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, nos termos estabelecidos na Lei de Organização e Processo e no Regulamento Geral do Tribunal de Contas.

#### Artigo 48.º

##### Relatório anual e deveres de informação

1 — As associações públicas profissionais elaboram anualmente um relatório sobre o desempenho das suas atribuições, o qual deve ser apresentado à Assembleia da República e ao Governo, até 31 de março de cada ano.

2 — As associações públicas profissionais prestam à Assembleia da República e ao Governo toda a informação que lhes seja solicitada relativamente ao exercício das suas atribuições.

3 — Os bastonários e os presidentes dos órgãos executivos devem corresponder ao pedido das comissões parlamentares competentes para prestarem as informações e esclarecimentos de que estas necessitem.

#### Artigo 49.º

##### Processo penal

As associações públicas profissionais podem constituir-se assistentes nos processos penais relacionados com o exercício da profissão que representam ou com o desempenho de cargos nos seus órgãos, salvo quando se trate de factos que envolvam responsabilidade disciplinar.

## CAPÍTULO VII

**Disposições complementares, transitórias e finais****Artigo 50.º****Comissões instaladoras**

1 — Até à tomada de posse dos órgãos das novas associações públicas profissionais, os respetivos estatutos devem prever, pelo período máximo de um ano, a existência de comissões instaladoras, às quais incumbe a prática dos atos necessários à eleição da assembleia representativa e à instalação definitiva daqueles órgãos.

2 — Os membros das comissões instaladoras, sendo um deles o presidente, são nomeados pelo membro do Governo que exerce os poderes de tutela sobre a associação pública profissional, ouvidas as associações profissionais interessadas.

**Artigo 51.º****Sistema de Certificação de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão**

1 — As associações públicas profissionais devem facultar aos seus associados mecanismos eletrónicos de certificação da qualidade de associado, bem como dos respetivos títulos profissionais atribuídos.

2 — A certificação de atributos profissionais prevista no número anterior pode ser efetuada com interação eletrónica entre o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão e os sistemas mantidos e geridos pela associação pública profissional.

3 — A associação pública profissional, sempre que opte por um sistema distinto do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão, indicado no número anterior, deve proceder, em conjunto com a Agência para a Modernização Administrativa, I. P., a uma análise custo-benefício do sistema adotado face ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão.

4 — Quando não for possível o cumprimento do disposto no n.º 1, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, bem como nos casos em que o interessado não disponha de meios que lhe permitam aceder às mesmas, a prova da qualidade de associado e respetivos títulos profissionais pode ser feita através de outros meios previstos nos respetivos estatutos ou regulamentação emitida pela associação pública profissional.

**Artigo 52.º****Imperatividade**

1 — As normas constantes da presente lei prevalecem sobre as normas legais ou estatutárias que as contrariem.

2 — O disposto na presente lei não prejudica os regimes especiais previstos em diretivas ou regulamentos europeus ou em convenções internacionais aplicáveis às profissões reguladas por associações públicas profissionais.

**Artigo 53.º****Normas transitórias e finais**

1 — O regime previsto na presente lei aplica-se às associações públicas profissionais já criadas e em processo legislativo de criação.

2 — As associações públicas profissionais já criadas devem adotar as medidas necessárias para o cumprimento do disposto na presente lei.

3 — No prazo máximo de 30 dias a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação da presente lei, cada associação pública profissional já criada fica obrigada a apresentar ao Governo um projeto de alteração dos respetivos estatutos e de demais legislação aplicável ao exercício da profissão, que os adequa ao regime previsto na presente lei.

4 — Para efeitos do número anterior e independentemente das normas previstas na lei de criação de cada associação pública profissional ou nos respetivos estatutos, a elaboração, aprovação e apresentação ao Governo dos referidos projetos compete, em exclusivo, ao órgão executivo colegial daquela.

5 — No prazo de 90 dias a contar do 1.º dia útil seguinte ao da publicação da presente lei, o Governo apresenta à Assembleia da República as propostas de alteração dos estatutos das associações públicas profissionais já criadas e demais legislação aplicável ao exercício da profissão que se revelem necessárias para a respetiva adaptação ao regime previsto na presente lei.

6 — A inobservância do disposto nos n.ºs 2 a 4 determina a inaplicabilidade das normas dos estatutos das associações públicas profissionais que não sejam conformes com o disposto na presente lei, sendo diretamente aplicável o regime nesta consagrado.

7 — Por força do disposto no artigo 6.º, as associações públicas profissionais devem, no prazo de um ano a contar da entrada em vigor da presente lei, cessar todas as atividades comerciais que extravasem os respetivos fins e atribuições, nomeadamente encerrando todos os estabelecimentos que explorem e alienando todas as participações que detenham em entidades comerciais com objeto diverso das suas atribuições.

8 — Em caso de incumprimento do disposto no número anterior, o membro do Governo que exerce os poderes de tutela nos termos do n.º 3 do artigo 45.º pode determinar a aplicação de uma sanção pecuniária compulsória, fixada segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, e cujo montante reverte para o Estado.

9 — O montante diário da sanção pecuniária compulsória pode ser fixado entre € 500 e € 100 000, não podendo o valor acumulado ultrapassar o montante de € 3 000 000 nem a duração máxima de 30 dias.

**Artigo 54.º****Norma revogatória**

É revogada a Lei n.º 6/2008, de 13 de fevereiro.

**Artigo 55.º****Entrada em vigor**

Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 5 do artigo 53.º, a presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 23 de novembro de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 27 de dezembro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 28 de dezembro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.



**Delegação de Alverca**  
Alverca - Estrada Nacional 10 Km 127 -  
Edifício Patinter, 2.º - Gab. 4  
2615 ALVERCA DO RIBATEJO



Rua de Pedras Rubras, 123 - 4470-639 - Moreira Mai - Portugal  
Telf. 351 22 9419405/6 Fax. 351 22 9428901 E-mail: [geral@abfdesp.mai.pt](mailto:geral@abfdesp.mai.pt)  
Registada na Conservatória do Registo Comercial do Porto Nº 39.991  
Contribuinte - Nº 501518 134  
Estatuto de PME Líder 2012



NA ALFÂNDEGA  
DESDE 1911  
UM SÉCULO



**AUTHORISED  
ECONOMIC  
OPERATORS**

[www.mrijo.com.pt](http://www.mrijo.com.pt)



**Lei n.º 112/2015**

de 27 de agosto

**Transforma a Câmara dos Despachantes Oficiais em Ordem dos Despachantes Oficiais e procede à terceira alteração ao respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, revogando o Decreto-Lei n.º 445/99, de 3 de novembro.**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º****Objeto**

A presente lei procede à transformação da Câmara dos Despachantes Oficiais em Ordem dos Despachantes Oficiais e procede à terceira alteração ao respetivo Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/98, de 26 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 73/2001, de 26 de fevereiro, e 228/2007, de 11 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais.

**Artigo 2.º****Alteração ao Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais**

O Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/98, de 26 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 73/2001, de 26 de fevereiro, e 228/2007, de 11 de junho, passa a designar-se Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais com a redação constante do anexo I à presente lei, da qual faz parte integrante.

**Artigo 3.º****Sucessão**

1 — A Ordem dos Despachantes Oficiais sucede na personalidade jurídica e nos fins da Câmara dos Despachantes Oficiais, constituída pelo Decreto n.º 34514, de 20 de abril de 1945.

2 — Todas as referências legais e regulamentares à Câmara dos Despachantes Oficiais ou ao Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais devem ser consideradas como feitas, respetivamente, à Ordem dos Despachantes Oficiais e ao Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais.

3 — Os despachantes oficiais membros da Câmara dos Despachantes Oficiais passam a ser considerados membros da Ordem dos Despachantes Oficiais e assumem os respetivos direitos e obrigações.

4 — As sociedades profissionais de despachantes oficiais atualmente existentes mantêm-se válidas até à sua extinção, estando, contudo, qualquer alteração societária ou de administração sujeita ao cumprimento das disposições do Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais que consta do anexo I à presente lei.

**Artigo 4.º****Disposição transitória**

1 — Até às eleições dos titulares dos órgãos da Ordem dos Despachantes Oficiais, que, sem prejuízo dos prazos relativos às eleições, deve obrigatoriamente ocorrer no prazo de seis meses após a entrada em vigor da presente

lei, as respetivas funções são asseguradas interinamente pelos atuais titulares dos órgãos já existentes, assumindo o presidente do conselho diretivo as funções de bastonário e o conselho deontológico e fiscalizador, em conjunto com o revisor oficial de contas nomeado pelo conselho diretivo, as que competem ao conselho fiscal.

2 — Podem inscrever-se na Ordem dos Despachantes Oficiais os candidatos aprovados no curso de formação e de acesso à profissão de despachante oficial ou na prova de equivalência já realizados e que ainda não tenham procedido à sua inscrição na Câmara dos Despachantes Oficiais, desde que o façam no prazo de cinco anos, a contar da data da entrada em vigor da presente lei, e preencham os requisitos previstos no artigo 60.º do Estatuto que consta do anexo I à presente lei.

**Artigo 5.º****Norma revogatória**

São revogados:

a) O Decreto-Lei n.º 445/99, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2001, de 26 de fevereiro;

b) Todas as demais disposições legais contrárias ao Estatuto que consta do anexo I à presente lei e que dela faz parte integrante.

**Artigo 6.º****Republicação**

É republicado no anexo II à presente lei, da qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 173/98, de 26 de junho, com a redação atual e as demais correções materiais.

**Artigo 7.º****Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Aprovada em 3 de julho de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 15 de agosto de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 18 de agosto de 2015.

Pelo Primeiro-Ministro, *Paulo Sacadura Cabral Portas*,  
Vice-Primeiro-Ministro.

**ANEXO I**

(a que se refere o artigo 2.º)

**Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais****CAPÍTULO I****Disposições gerais****Artigo 1.º****Natureza e regime jurídico**

1 — A Ordem dos Despachantes Oficiais, doravante designada por Ordem, é a associação pública profissional

representativa de todos os que, em conformidade com disposto no presente Estatuto e nas demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de despachante oficial, a qual inclui a de representante aduaneiro, nos termos do direito da União Europeia.

2 — A Ordem é uma pessoa coletiva de direito público que, no exercício dos seus poderes públicos, pratica os atos administrativos necessários ao desempenho das suas funções e aprova os regulamentos previstos na lei e no presente Estatuto.

3 — Ressalvados os casos previstos na lei, os atos e regulamentos da Ordem não estão sujeitos a aprovação governamental.

4 — A Ordem dispõe de património próprio e de finanças próprias, bem como de autonomia orçamental.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito geográfico e sede

1 — A Ordem tem âmbito nacional e a sua sede em Lisboa.

2 — A Ordem dispõe de serviços administrativos desconcentrados no Porto, ou em outros locais, nos termos de regulamento interno.

#### Artigo 3.º

##### Atribuições

São atribuições da Ordem:

a) Defender os interesses gerais dos destinatários dos serviços;

b) Defender os direitos e interesses legítimos dos seus membros, no que respeita ao exercício da atividade profissional;

c) Regular o acesso e o exercício da atividade profissional em território nacional;

d) Organizar os cursos e exames de acesso à atividade profissional, previstos na lei e no presente Estatuto;

e) Atribuir, em exclusivo, o título profissional de despachante oficial;

f) Atribuir, quando existam, prémios ou títulos honoríficos;

g) Elaborar e manter atualizado o registo oficial dos despachantes oficiais;

h) Exercer o poder disciplinar sobre os seus membros;

i) Promover o aperfeiçoamento profissional, designadamente a informação e a formação;

j) Promover o apoio e a solidariedade entre os seus membros;

k) Colaborar com a Administração Pública na prossecução de fins de interesse público relacionados com a profissão;

l) Zelar pela dignidade e pelo prestígio da atividade profissional;

m) Participar na elaboração da legislação que diga respeito ao acesso e exercício da atividade de despachante oficial;

n) Participar nos processos oficiais de acreditação e na avaliação dos cursos que dão acesso à profissão;

o) Reconhecer as qualificações profissionais obtidas fora de Portugal, nos termos da lei, do direito da União Europeia ou de convenção internacional;

p) Quaisquer outras que lhes sejam cometidas por lei.

#### Artigo 4.º

##### Tutela administrativa

Os poderes de tutela administrativa sobre a Ordem são exercidos pelo membro do Governo responsável pela área das finanças.

## CAPÍTULO II

### Dos órgãos

#### SECÇÃO I

##### Disposições gerais

#### Artigo 5.º

##### Órgãos

São órgãos da Ordem:

- a) O congresso;
- b) A assembleia representativa;
- c) O bastonário;
- d) O conselho diretivo;
- e) O conselho deontológico;
- f) O conselho fiscal.

#### Artigo 6.º

##### Responsabilidade dos órgãos

O bastonário e os membros do conselho diretivo, do conselho deontológico e do conselho fiscal respondem perante a assembleia representativa.

#### Artigo 7.º

##### Eleição e duração dos mandatos

1 — Os membros da assembleia representativa, o bastonário, os membros do conselho diretivo, do conselho deontológico e do conselho fiscal, com exceção do Revisor Oficial de Contas, são eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, nos termos dos artigos 31.º e seguintes.

2 — O mandato dos titulares dos órgãos da Ordem tem a duração de quatro anos, sendo renovável apenas por uma vez, para as mesmas funções.

#### SECÇÃO II

### Congresso

#### Artigo 8.º

##### Composição

O congresso é o órgão superior da Ordem e é composto por todos os despachantes oficiais que se encontrem no pleno exercício dos seus direitos.

#### Artigo 9.º

##### Reuniões

1 — O congresso funciona como assembleia eleitoral e reúne de quatro em quatro anos.

2 — A mesa da assembleia representativa preside ao congresso.

3 — O congresso é convocado pelo presidente da mesa da assembleia representativa, com 90 dias de antecedência.

## SECÇÃO III

**Assembleia representativa****Artigo 10.º****Composição**

1 — A assembleia representativa é composta por 20 membros, eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, que se encontrem no pleno exercício dos seus direitos.

2 — Os membros da assembleia representativa são representativos de todos os despachantes oficiais inscritos na Ordem.

**Artigo 11.º****Mesa**

1 — A mesa da assembleia representativa é composta por um presidente, por um vice-presidente e um secretário, eleitos pelos seus membros, na primeira reunião após as eleições.

2 — No caso de ausência ou impedimento, os membros da mesa são substituídos por despachantes oficiais nomeados, para o efeito, pela assembleia representativa ou designados pelo respetivo presidente.

**Artigo 12.º****Convocatória**

A assembleia representativa é convocada pelo presidente da mesa, com a antecedência mínima de 30 dias, devendo a ordem de trabalhos constar de aviso convocatório a enviar a todos os membros, que deve conter o dia, hora e local da reunião.

**Artigo 13.º****Local das reuniões**

A assembleia representativa reúne em local a designar pelo presidente da mesa.

**Artigo 14.º****Funcionamento**

1 — A assembleia representativa considera-se constituída desde que, à hora marcada no aviso convocatório, esteja presente mais de metade dos seus membros.

2 — Não existindo o quórum referido no número anterior, a assembleia representativa considera-se constituída uma hora depois da primeira convocação, com os membros presentes e com a mesma ordem de trabalhos.

3 — Excetua-se do disposto no número anterior, a assembleia representativa convocada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º, a qual só se considera constituída validamente com a presença mínima de dois terços dos subscritores do pedido da sua convocação.

4 — É admitida a representação, não podendo o despachante oficial representar mais de três membros, devendo, para o efeito, apresentar as respetivas credenciais ao presidente da mesa da assembleia representativa antes do início da reunião.

**Artigo 15.º****Deliberações**

1 — A assembleia representativa só pode deliberar sobre os assuntos constantes do aviso convocatório.

2 — A assembleia representativa não pode aprovar deliberações que envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas da Ordem não previstas no orçamento.

**Artigo 16.º****Competências**

São competências da assembleia representativa:

a) Votar o orçamento da Ordem e respetivos plano e relatório de atividades, o parecer do conselho fiscal e o orçamento suplementar;

b) Votar o relatório e contas, com os respetivos anexos;

c) Votar as propostas de alteração ao presente Estatuto;

d) Votar os regulamentos da Ordem;

e) Fixar o montante da taxa de inscrição, reinscrição, das quotas e das outras contribuições devidas à Ordem nos termos da lei, do presente Estatuto e demais regulamentos;

f) Votar as propostas de referendo interno;

g) Deliberar sobre qualquer assunto que se enquadre no âmbito das atribuições da Ordem, com exceção dos assuntos da competência de outros órgãos.

**Artigo 17.º****Reuniões ordinárias**

1 — A assembleia representativa reúne, ordinariamente, em março e outubro de cada ano.

2 — Na reunião de março, são submetidos a aprovação o relatório de atividades e as contas do ano económico anterior.

3 — Na reunião de outubro, é submetido a aprovação o orçamento e o plano de atividades para o ano económico seguinte.

**Artigo 18.º****Reuniões extraordinárias**

1 — As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente da mesa, ou por quem o substitua, por solicitação:

a) Do bastonário;

b) Do conselho diretivo, do conselho deontológico ou do conselho fiscal, desde que, nesse sentido, expressamente tenham deliberado por maioria simples;

c) De, pelo menos, 20 % dos seus membros.

2 — O pedido de convocação da assembleia representativa extraordinária deve ser formulado por escrito e indicar a respetiva ordem de trabalhos.

**Artigo 19.º****Maiorias**

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as deliberações da assembleia representativa são tomadas por maioria de votos dos membros presentes e representados.

2 — As deliberações relativas às matérias enunciadas nas alíneas d) e f) do artigo 16.º são aprovadas por dois terços dos votos validamente expressos.

## SECÇÃO IV

**Bastonário****Artigo 20.º****Bastonário**

1 — O bastonário é, por inerência, o presidente do conselho diretivo.

2 — Apenas pode ser candidato a bastonário o membro da Ordem que se encontre em pleno exercício dos seus direitos, com, pelo menos, oito anos de exercício de atividade, devendo a respetiva eleição observar o regime previsto na Constituição para a eleição do Presidente da República, com as necessárias adaptações.

#### Artigo 21.º

##### Competências

1 — Compete ao bastonário:

a) Representar a Ordem em juízo e fora dele, e vinculá-la em todos os atos e contratos, a nível nacional e internacional;

b) Convocar e presidir ao conselho diretivo.

2 — O bastonário pode delegar poderes em qualquer membro do conselho diretivo e é substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pelo vice-presidente para o efeito designado por si ou pelo conselho diretivo.

#### SECÇÃO V

##### Conselho diretivo

#### Artigo 22.º

##### Composição

1 — O conselho diretivo é composto:

a) Pelo bastonário;

b) Por dois vice-presidentes;

c) Por dois vogais.

2 — Na sua primeira reunião, o conselho diretivo nomeia, entre os seus membros, um tesoureiro.

3 — Os membros do conselho diretivo que exerçam funções executivas permanentes podem ser remunerados, nos termos a definir por regulamento interno.

#### Artigo 23.º

##### Competências do conselho diretivo

1 — Compete ao conselho diretivo:

a) Zelar pelos direitos e interesses legítimos dos despachantes oficiais em tudo o que respeite ao exercício da sua profissão;

b) Elaborar e emitir as diretivas, os formulários e as informações necessárias ao cumprimento do presente Estatuto e demais legislação e regulamentos aplicáveis;

c) Elaborar os orçamentos ordinários, suplementares e plano de atividades e submetê-los à assembleia representativa para aprovação com o respetivo parecer do conselho fiscal;

d) Elaborar o relatório de contas e submetê-lo à assembleia representativa, para aprovação com o respetivo relatório do conselho fiscal;

e) Elaborar e propor à assembleia representativa o regulamento de acesso à profissão;

f) Para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do artigo 29.º, deve o conselho diretivo, nos prazos definidos nos artigos 57.º e 58.º, remeter respetivamente a proposta de orçamento e as contas ao conselho fiscal;

g) Constituir grupos de trabalho técnicos, consultivos ou outros;

h) Propor à assembleia representativa a fixação do valor das contribuições estatutárias;

i) Gerir o orçamento da Ordem;

j) Administrar o património da Ordem;

k) Ocupar-se de tudo o que respeite à negociação e contratação de benefícios sociais para os despachantes oficiais;

l) Organizar os referendos internos;

m) Organizar os estágios e exames de acesso à profissão de despachante oficial, previstos na lei e no presente Estatuto;

n) Atribuir o título profissional;

o) Elaborar e manter atualizado o registo oficial dos membros da Ordem;

p) Participar na elaboração de legislação relativa à Ordem e à profissão de despachante oficial;

q) Promover a solidariedade entre os despachantes oficiais e entre os titulares dos órgãos sociais;

r) Estabelecer e desenvolver as relações internacionais e as relações com os órgãos da Administração Pública central, regional e local;

s) Executar as deliberações do conselho deontológico;

t) Contratar o diretor executivo;

u) Promover ações de atualização e de formação aos seus membros;

v) Designar o Revisor Oficial de Contas que integra o conselho fiscal, sobre proposta deste;

w) Elaborar anualmente o regulamento de execução financeira;

x) Elaborar e remeter às entidades competentes, nos prazos previstos na lei, o relatório sobre o desempenho das atribuições da Ordem;

y) Elaborar e aprovar os seus regulamentos internos.

#### Artigo 24.º

##### Reuniões e deliberações

1 — O conselho diretivo reúne por iniciativa do bastonário ou de três dos seus membros.

2 — O conselho diretivo só se considera validamente constituído com a presença do bastonário, ou de quem o substituir, e com a maioria simples dos seus membros.

3 — O conselho diretivo delibera validamente com os votos favoráveis da maioria simples dos seus membros presentes, tendo o bastonário voto de qualidade.

#### SECÇÃO VI

##### Conselho deontológico

#### Artigo 25.º

##### Composição

1 — O conselho deontológico funciona na sede da Ordem e é composto:

a) Pelo presidente;

b) Por dois vice-presidentes;

c) Por dois vogais.

2 — No caso de ausência ou impedimento do presidente, este é substituído pelo vice-presidente que o presidente ou o conselho deontológico designar.

3 — Apenas pode ser presidente do conselho deontológico o membro que se encontre em pleno exercício dos seus direitos e com pelo menos oito anos de exercício da atividade.

## Artigo 26.º

**Competências**

1 — Compete ao conselho deontológico:

- a) Velar pela legalidade e controlo da atividade exercida pelos órgãos da Ordem;
- b) Fiscalizar o respeito pelas regras deontológicas e exercer o poder disciplinar;
- c) Publicar todos os documentos respeitantes à deontologia profissional;
- d) Promover e difundir o respeito pelas normas éticas da profissão;
- e) Analisar os problemas deontológicos decorrentes da atividade profissional;
- f) Proceder à instauração dos inquéritos que entenda por convenientes;
- g) Apreçar e decidir pedidos de levantamento do sigilo profissional;
- h) Verificar a conformidade legal ou estatutária da proposta de referendo interno;
- i) Dirimir os conflitos existentes entre membros da Ordem;
- j) Elaborar e aprovar os seus regulamentos internos.

2 — O conselho deontológico pode contratar profissionais para o auxiliarem no exercício das suas funções, não podendo a vigência dos respetivos contratos exceder o prazo restante do mandato dos seus membros.

## Artigo 27.º

**Reuniões e deliberações**

1 — No exercício das suas competências deontológicas, o conselho deontológico reúne com a periodicidade que julgar necessária, devendo fazê-lo, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

2 — O conselho deontológico delibera validamente com os votos favoráveis da maioria simples dos seus membros presentes, tendo o seu presidente voto de qualidade.

3 — O conselho deontológico pode delegar, caso a caso, em qualquer dos seus membros as suas competências, com exceção do poder disciplinar sobre os titulares dos órgãos da Ordem.

## SECÇÃO VII

**Conselho fiscal**

## Artigo 28.º

**Composição**

1 — O conselho fiscal é composto:

- a) Pelo presidente;
- b) Pelo vogal;
- c) Por um revisor oficial de contas.

2 — O presidente tem voto de qualidade.

## Artigo 29.º

**Competências**

Compete ao conselho fiscal:

- a) Elaborar o parecer sobre o projeto de orçamento da Ordem;

b) Fiscalizar e emitir o relatório sobre as contas da Ordem;

c) Acompanhar toda a atividade financeira e patrimonial da Ordem;

d) Aprovar o respetivo regulamento interno;

e) Pronunciar-se sobre os demais assuntos que lhe sejam submetidos pelos restantes órgãos da Ordem.

## Artigo 30.º

**Reuniões**

O conselho fiscal reúne com a periodicidade que julgar necessária, devendo fazê-lo, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

## SECÇÃO VIII

**Eleições**

## Artigo 31.º

**Escrutínio**

1 — As eleições dos titulares dos órgãos da Ordem fazem-se por escrutínio universal, direto, secreto e periódico.

2 — O presidente da mesa do congresso convida um representante de cada lista para acompanhar e fiscalizar os trabalhos da assembleia eleitoral, os quais constituem a comissão eleitoral.

## Artigo 32.º

**Listas**

1 — Só são admitidas a sufrágio as listas apresentadas ao presidente da mesa da assembleia representativa até 60 dias antes da data das eleições e desde que subscritas por um mínimo de 30 despachantes oficiais.

2 — As listas admitidas a sufrágio são referenciadas pelas primeiras letras do alfabeto, segundo a ordem de apresentação, e todas devem ser impressas no mesmo papel com o mesmo formato.

3 — As listas a apresentar incluem obrigatoriamente o nome dos candidatos, com a indicação dos órgãos a que se candidatam, bem com as respetivas declarações de aceitação.

4 — As listas admitidas devem apresentar cinco suplentes para a assembleia representativa, dois para o conselho diretivo e para o conselho deontológico e um suplente para o conselho fiscal, os quais podem ser chamados a exercer funções em caso de ausência ou impedimento dos membros efetivos.

## Artigo 33.º

**Votação**

1 — O voto pode ser exercido presencialmente, por correspondência ou por meio eletrónico.

2 — O voto presencial é feito nas mesas de voto designadas pelo presidente da mesa da assembleia representativa.

3 — O ato de votação presencial é fiscalizado por um membro da mesa da assembleia representativa e por um membro do conselho deontológico.

4 — Para efeitos do voto por correspondência, o boletim é encerrado num sobrescrito em branco e incluído noutro dirigido ao presidente da mesa da assembleia re-



presentativa, com indicação expressa do membro eleitor, e enviado para o local onde a mesma decorrer através de correio registado.

5 — Apenas são considerados os votos por correspondência que tenham chegado ao presidente da mesa nas condições atrás referidas e até ao início dos trabalhos de apuramento da votação.

6 — O voto por meio eletrónico pode ainda ser exercido nas condições que o congresso vier a definir para o efeito.

#### Artigo 34.º

##### Funções de gestão corrente

Os titulares dos órgãos sociais da Ordem mantêm-se em funções de gestão corrente após o termo dos respetivos mandatos e até à posse dos novos titulares, a qual deve ocorrer no prazo de 30 dias, a contar da data do apuramento dos resultados eleitorais.

#### Artigo 35.º

##### Eleições intercalares

1 — Caso se verifique a cessação de funções da maioria dos titulares de qualquer órgão da Ordem, designadamente por renúncia, destituição ou demissão, os mesmos continuam em exercício de funções, com poderes de gestão corrente, até à tomada de posse dos novos titulares, que são eleitos de acordo com os procedimentos eleitorais previstos no presente Estatuto, para o efeito imediatamente desencadeados.

2 — O mandato dos titulares dos órgãos eleitos nos termos do número anterior cessa no termo do mandato que se encontra em curso para os restantes órgãos.

### CAPÍTULO III

#### Deontologia

##### SECÇÃO I

##### Disposições gerais

#### Artigo 36.º

##### Aplicabilidade

Todos os despachantes oficiais estão sujeitos aos princípios e regras deontológicas previstos nos artigos seguintes, assim como na demais legislação aplicável.

#### Artigo 37.º

##### Princípios gerais

1 — O despachante oficial deve, em todas as circunstâncias, pautar a sua conduta pessoal e profissional por princípios de moralidade, dignidade e probidade, cumprindo escrupulosamente os deveres deontológicos e abstendo-se de qualquer comportamento que possa ser considerado desprestigiante para a profissão que exerce.

2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes, o despachante oficial deve ainda exercer a sua atividade profissional com honestidade, zelo, brio, lealdade e em conformidade com as normas técnicas e outras disposições legais aplicáveis.

3 — O despachante oficial deve, no exercício da sua profissão, coadjuvar as respetivas autoridades na luta con-

tra a fraude, a evasão fiscal e aduaneira, na proteção do meio ambiente, de segurança e da saúde pública.

4 — O despachante oficial obriga-se a cumprir integralmente as disposições legais aplicáveis, assim como os princípios, os regulamentos e as orientações emitidos pela Ordem, através dos seus órgãos competentes.

#### SECÇÃO II

##### Princípios fundamentais

#### Artigo 38.º

##### Independência

1 — O despachante oficial deve exercer a sua profissão com independência e objetividade, nunca se colocando numa posição que possa diminuir a sua capacidade de formular uma opinião justa e desinteressada e abstendo-se de promover quaisquer diligências dilatórias ou reconhecidamente inúteis.

2 — O despachante oficial deve ainda pautar a sua conduta, com os titulares dos órgãos da Ordem com quem tem de manter relações profissionais, de forma a não comprometer a sua independência e isenção.

#### Artigo 39.º

##### Competência

1 — No exercício das suas funções, o despachante oficial obriga-se a aplicar todos os conhecimentos inerentes às exigências técnico-profissionais, devendo o seu trabalho e o dos seus trabalhadores ser planeado, revisto, executado e documentado.

2 — No desenvolvimento do seu trabalho, o despachante oficial pode, sob sua inteira responsabilidade e supervisão, solicitar a terceiros pareceres ou informações técnicas sobre aspetos que transcendam o âmbito da sua especialização e que se tornem imprescindíveis à efetivação do seu trabalho.

3 — O despachante oficial pode socorrer-se da colaboração dos serviços do seu cliente, designadamente contabilísticos.

4 — O despachante oficial não deve aceitar a realização de trabalhos para os quais não possua os meios técnicos e humanos necessários à sua execução.

5 — O despachante oficial deve, nos termos previstos no presente Estatuto e demais legislação e regulamentação aplicável, realizar as ações de atualização e formação necessárias, organizadas, direta ou indiretamente, pela Ordem.

#### Artigo 40.º

##### Sigilo profissional

1 — O despachante oficial está obrigado a guardar sigilo profissional sobre factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções.

2 — O despachante oficial está impedido, por si ou por interposta pessoa, de utilizar, para fins diversos dos relacionados com as suas funções, as informações de que tenha tomado conhecimento no exercício das mesmas.

3 — O despachante oficial pode ser dispensado do cumprimento do disposto no n.º 1, quando:

a) A lei o imponha;

b) Seja devidamente autorizado, por escrito, pelo seu cliente, devendo o despachante oficial dar conhecimento de tal situação ao conselho deontológico;

c) Seja absolutamente necessário para a defesa da dignidade, direitos e interesses legítimos do próprio despachante oficial, mediante prévia autorização do conselho deontológico.

4 — O despachante oficial deve conservar a documentação e as informações em geral, qualquer que seja o suporte ou forma sob que se apresentem, e protegê-las adequadamente, de modo a impedir que outrem, indevidamente, delas tenha conhecimento.

#### Artigo 41.º

##### Publicidade

1 — O despachante oficial pode divulgar por qualquer meio a sua atividade profissional, de forma objetiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do sigilo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se objetiva, verdadeira e digna, a seguinte publicidade:

- a) A identificação pessoal e ou denominação social da sociedade;
- b) A indicação da cédula profissional e ou do registo da sociedade junto da Ordem;
- c) As moradas profissionais;
- d) Os telefones, faxes, correio eletrónico, sítio na *Internet* e outros elementos de comunicação de que disponha;
- e) O horário de funcionamento;
- f) As áreas de atividade e especialidades, se reconhecidas nos termos do presente Estatuto;
- g) Os títulos académicos;
- h) Os cargos exercidos na Ordem;
- i) As certificações;
- j) O logótipo ou outro sinal distintivo;
- k) A inclusão de fotografias e ilustrações.

3 — É considerada publicidade ilícita:

- a) A menção à qualidade do escritório e serviço;
- b) A promessa ou indução de produção de resultados.

4 — As disposições previstas nos números anteriores são aplicáveis ao exercício da profissão, quer a título individual quer a título societário.

#### Artigo 42.º

##### Relações recíprocas entre despachantes oficiais

1 — No exercício da sua atividade, deve o despachante oficial:

- a) Proceder com correção, urbanidade e solidariedade para com os demais despachantes oficiais;
- b) Abster-se de se pronunciar publicamente sobre as funções que são confiadas a outros despachantes oficiais, salvo com o seu acordo prévio;
- c) Atuar com lealdade.

2 — Sempre que o despachante oficial seja solicitado pelo cliente a substituir um outro despachante oficial num processo em curso, deve:

- a) Informar, de forma expressa, o seu antecessor desse facto;
- b) Comunicar esse facto ao conselho deontológico;

c) Diligenciar no sentido de que os honorários e demais quantias que a este sejam devidas lhe sejam pagos.

3 — Em caso de recusa justificada por parte de um despachante oficial, o respetivo substituto só deve aceitar prestar os serviços após consulta ao substituído e ao conselho deontológico, a fim de se informar dos fundamentos da recusa.

4 — Entre o despachante oficial que termina funções e o que lhe sucede deve existir um relacionamento institucional, devendo o primeiro tornar acessível ao segundo toda a informação profissional necessária à execução dos trabalhos pendentes.

5 — O despachante oficial pode, nos termos do n.º 2 do artigo 45.º, dividir os seus honorários com os despachantes oficiais que lhe tenham prestado colaboração.

6 — Em caso de diferendo entre despachantes oficiais, deve, em primeiro lugar, procurar-se a conciliação e, só em último caso, solicitar-se a intervenção do conselho deontológico.

#### Artigo 43.º

##### Relações com clientes

1 — A relação entre o despachante oficial e o cliente deve pautar-se pela confiança, independência e salvaguarda dos interesses legítimos do cliente, sem prejuízo do estrito cumprimento das normas legais e deontológicas e do interesse público associado ao exercício da atividade.

2 — O despachante oficial não pode aceitar cláusulas contratuais que, explícita ou implicitamente, possam constituir derrogação dos princípios e preceitos contidos na legislação nacional e comunitária e nas normas emanadas da Ordem ou que, por qualquer forma, procurem limitar ou condicionar a sua aplicação.

3 — O despachante oficial pode, no cumprimento das suas obrigações, fazer-se assistir, sob sua exclusiva responsabilidade, por técnicos qualificados.

4 — No relacionamento entre o despachante oficial e o seu cliente observam-se as disposições respeitantes ao contrato de mandato.

5 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o despachante oficial está obrigado a apresentar contas finais, as quais, sempre que solicitado para o efeito pelo cliente, devem incluir os bens ou documentos que tenha recebido por conta do contrato de mandato.

6 — Em caso de incumprimento pelo cliente da sua obrigação de pagamento, ao despachante oficial, dos créditos resultantes da sua atividade, este goza do direito de retenção sobre os bens que lhe tiverem sido entregues.

#### Artigo 44.º

##### Relação do despachante oficial com a Ordem e outras entidades

1 — O despachante oficial deve colaborar com a Ordem na prossecução dos seus fins legais e estatutários e na dignificação da atividade.

2 — O despachante oficial deve proceder com urbanidade, correção e cortesia, em todas as suas relações com quaisquer entidades públicas ou privadas.

3 — O despachante oficial deve ainda exercer os cargos para que tenha sido eleito e desempenhar os mandatos que lhe forem conferidos na Ordem.

4 — O despachante oficial deve dar cumprimento às normas, diretivas e deliberações emanadas dos órgãos competentes da Ordem.

5 — O despachante oficial deve obrigatoriamente utilizar a vinheta de controlo e garantia prevista no presente Estatuto, de acordo com a respetiva regulamentação.

6 — O despachante oficial deve proceder ao pagamento atempado de todas as contribuições estatutárias ou resultantes dos regulamentos da Ordem.

7 — O despachante oficial deve sujeitar-se a todos os atos de fiscalização que legitimamente sejam determinados pelos órgãos competentes da Ordem no sentido da verificação do cumprimento das disposições previstas no presente Estatuto.

8 — O despachante oficial deve comunicar à Ordem, para efeitos de participação ao Ministério Público, quaisquer factos detetados no exercício das suas funções que constituam crime público.

9 — Os membros da Ordem ou os titulares dos seus órgãos, que tenham sido eleitos para titulares de órgãos sociais de quaisquer organizações ou associações nacionais, internacionais ou comunitárias que a Ordem integre, transmitam ao conselho diretivo o conteúdo da sua atividade.

#### Artigo 45.º

##### Honorários

1 — O despachante oficial deve proceder à fixação de honorários, atendendo ao tempo despendido, à dificuldade, à urgência e à importância do serviço.

2 — A divisão de honorários entre despachantes oficiais só é admitida em consequência de efetiva colaboração na execução dos trabalhos.

3 — O despachante oficial pode solicitar e receber provisões dos seus clientes, por conta dos honorários ou pagamento de despesas a efetuar na execução do mandato recebido, podendo renunciar ou recusar o serviço, caso o cliente não proceda à entrega da provisão solicitada.

4 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, bem como das demais obrigações previstas no presente Estatuto ou na legislação aplicável, o despachante oficial pode estabelecer com os seus clientes uma forma de pagamento global, aferida a um determinado período de tempo.

5 — O despachante oficial está obrigado a estabelecer uma tabela de preços relativa aos serviços que presta.

6 — A prática de honorários injustificadamente desconformes é considerada como ofensiva da ética profissional e pode configurar uma situação de concorrência desleal.

#### Artigo 46.º

##### Sanções disciplinares

A violação dolosa ou negligente de algum dos deveres previstos no presente Estatuto ou na legislação aplicada à profissão constitui infração disciplinar, nos termos do artigo 70.º

#### Artigo 47.º

##### Outros sujeitos

Estão ainda obrigados ao cumprimento dos princípios e regras deontológicas estatuídos no presente capítulo, com as necessárias adaptações, todos os funcionários e colaboradores dos despachantes oficiais, bem como os profissionais referidos no artigo 102.º

## CAPÍTULO IV

### Referendos internos

#### Artigo 48.º

##### Objeto

Mediante deliberação da assembleia representativa, a Ordem pode realizar referendos internos, a nível nacional, com carácter vinculativo ou consultivo, destinados a submeter à votação as questões consideradas de particular relevância.

#### Artigo 49.º

##### Iniciativa e organização

1 — O referendo interno pode ser proposto pelo conselho diretivo, pelo conselho deontológico ou por 25 % dos membros da assembleia representativa.

2 — Compete ao conselho diretivo fixar a data do referendo interno, após parecer do conselho deontológico, e organizar o respetivo processo.

3 — As questões a referendar devem ser formuladas com clareza e exigir respostas de «sim» ou «não».

4 — O teor das questões a submeter a referendo interno é divulgado junto de todos os membros da Ordem e pode ser objeto de reuniões de esclarecimento.

#### Artigo 50.º

##### Efeitos

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o referendo interno tem efeito vinculativo, se o número de votantes for superior a metade dos membros em pleno gozo dos seus direitos.

2 — Quando o referendo interno incida sobre a dissolução da Ordem, a sua aprovação carece do voto expresso de dois terços dos membros em pleno gozo dos seus direitos.

## CAPÍTULO V

### Regime administrativo e financeiro

#### SECÇÃO I

##### Diretor executivo

#### Artigo 51.º

##### Diretor executivo

1 — O diretor executivo é responsável por, sob a coordenação do conselho diretivo, supervisionar e superintender os serviços da Ordem, sendo-lhe, para o efeito, cometidas as competências previstas no artigo seguinte.

2 — Caso o diretor executivo seja membro da Ordem, antes de iniciar o exercício de funções suspende o exercício da atividade, devendo, para o efeito, requerer o cancelamento da caução profissional, mantendo, no entanto, todos os direitos e deveres inerentes à sua inscrição.

#### Artigo 52.º

##### Competências

Ao diretor executivo incumbe:

- Assessorar o bastonário em todas as suas atividades;
- Superintender os serviços administrativos;

c) Supervisionar as operações administrativas de controlo;

d) Gerir os recursos humanos da Ordem e propor as suas requalificações e remunerações;

e) Comunicar ao conselho diretivo e ao conselho deontológico a identificação dos membros que tenham dívidas, bem como os respetivos montantes;

f) Gerir a tesouraria e apresentar ao conselho diretivo as propostas de pagamento e de gestão de fundos;

g) Promover a apresentação trimestral de balancetes e do respetivo relatório de análise;

h) Promover, segundo as orientações do conselho diretivo, a elaboração dos projetos de orçamentos e plano de atividades, das contas anuais e relatório de atividades;

i) Promover, segundo as orientações do conselho diretivo, a elaboração do projeto de relatório de desempenho;

j) Secretariar as reuniões do conselho diretivo;

k) Prestar ao conselho deontológico e ao conselho fiscal as informações por estes solicitadas, na área da sua competência.

## SECÇÃO II

### Regime patrimonial

#### Artigo 53.º

##### Património

1 — O património da Ordem é administrado pelo conselho diretivo.

2 — A alienação, aquisição ou oneração de bens imobiliários da Ordem carece de autorização da assembleia representativa.

#### Artigo 54.º

##### Receitas

1 — Constituem receitas da Ordem, designadamente:

- a) As taxas devidas pelo acesso e frequência de estágio;
- b) A taxa de inscrição e reinscrição na Ordem;
- c) A taxa de emissão de cédulas profissionais;
- d) As quotas dos membros;
- e) A venda de impressos fornecidos pela Ordem;
- f) A venda das vinhetas de controlo e garantia;
- g) As taxas correspondentes a serviços prestados;
- h) As taxas devidas por cursos e ações de formação;
- i) O produto das sanções disciplinares de natureza pecuniária;
- j) Os donativos, heranças, doações e legados que venham a ser instituídos a seu favor;
- k) Os rendimentos do respetivo património;
- l) Quaisquer outras receitas eventuais.

2 — Não é permitida a consignação de receitas no orçamento da Ordem.

#### Artigo 55.º

##### Despesas

1 — Constituem despesas da Ordem as imputáveis ao funcionamento dos seus órgãos e serviços e ainda todas aquelas que resultem de atividades que afetem a classe no seu conjunto.

2 — Nenhuma despesa ou movimentação de conta pode ser efetuada sem a assinatura do bastonário e do tesoureiro do conselho diretivo.

## SECÇÃO III

### Orçamento e contas

#### Artigo 56.º

##### Regime

O orçamento e as contas da Ordem são elaborados em correspondência com o ano civil e em conformidade com o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, que integra o Sistema de Normalização Contabilística.

#### Artigo 57.º

##### Orçamento

1 — Até ao dia 15 de setembro de cada ano, o conselho diretivo elabora o respetivo projeto de orçamento, que contém a previsão de receitas e despesas para o ano seguinte, bem como o respetivo plano de atividades.

2 — O projeto de orçamento deve permitir verificar, em cada rubrica e em cada total ou subtotal das receitas e das despesas, a divisão orçamental onde são geradas as receitas e aplicadas as despesas.

3 — O conselho fiscal deve, no prazo de 10 dias, a contar da data da apresentação do projeto de orçamento por parte do conselho diretivo, juntar parecer sobre o mesmo.

4 — O projeto de orçamento a submeter à assembleia representativa deve conter, em anexo, os seguintes documentos:

- a) Justificação da previsão das despesas e receitas, seus montantes e respetivas variações em relação a anos anteriores;
- b) Regulamento anual de execução financeira;
- c) Parecer do conselho fiscal.

5 — O conselho diretivo pode apresentar à assembleia representativa os orçamentos suplementares que julgue convenientes ou necessários.

#### Artigo 58.º

##### Contas

1 — Até ao fim do mês de fevereiro do ano seguinte a que dizem respeito, deve o conselho diretivo remeter ao conselho fiscal as contas e os respetivos anexos.

2 — O conselho fiscal deve, no prazo de 10 dias, a contar da data da receção das contas, emitir relatório sobre as mesmas.

3 — As contas devem conter os montantes orçamentados e os montantes efetivamente realizados, bem como os respetivos desvios.

4 — Os desvios negativos nas contas devem ser justificados pelo conselho diretivo e apreciados no relatório do conselho fiscal.

5 — As contas devem conter, em anexo:

- a) Os documentos justificativos da execução orçamental e das suas variações;
- b) O relatório do conselho fiscal.

## Artigo 59.º

**Divulgação**

1 — A proposta de orçamento, as contas e os respetivos anexos devem estar disponíveis para consulta no sítio da Ordem na *Internet*, com a antecedência mínima de 10 dias relativamente à data de realização da respetiva assembleia representativa.

2 — Os documentos justificativos das contas devem igualmente estar disponíveis para consulta por qualquer membro na sede da Ordem.

## CAPÍTULO VI

**Despachantes oficiais**

## SECÇÃO I

**Inscrição na Ordem**

## Artigo 60.º

**Inscrição obrigatória**

1 — Só podem usar o título de despachante oficial as pessoas inscritas na Ordem.

2 — Só podem requerer a inscrição na Ordem as pessoas que, cumulativamente:

*a)* Sejam detentoras de licenciatura nas áreas de Economia, Gestão ou Administração de Empresas, Direito, Relações Internacionais, Comércio Internacional, Logística e Aduaneira ou de um grau académico superior estrangeiro numa dessas áreas a que tenha sido conferida equivalência ao grau de licenciado ou que tenha sido reconhecido com o nível deste;

*b)* Frequentem estágio de formação, com a duração de seis meses, e sejam aprovados nos exames de avaliação final.

## Artigo 61.º

**Estágio de formação**

1 — Anualmente é realizado um estágio obrigatório de acesso à profissão para os candidatos inscritos que sejam titulares da habilitação académica legalmente exigida para o respetivo exercício profissional.

2 — O estágio versa sobre matérias relevantes para o exercício da atividade profissional de despachante oficial, conforme as disposições do respetivo regulamento da Ordem, considerando a salvaguarda dos superiores interesses públicos, a luta contra a fraude aduaneira e fiscal e, bem assim, os princípios deontológicos da profissão.

3 — Compete à Ordem disponibilizar um seguro de acidentes pessoais durante a vigência do estágio de formação, sendo o respetivo custo suportado pelos beneficiários do mesmo.

4 — A celebração e a manutenção da caução e do seguro de responsabilidade civil profissional não são obrigatórios durante o estágio de formação.

## Artigo 62.º

**Exame**

1 — O exame de avaliação final é composto por uma prova escrita e por uma prova oral, que incidem sobre as matérias ministradas no estágio de formação.

2 — São aprovados no exame os candidatos que, após aprovação na prova escrita com classificação superior a 8 valores, obtenham na prova oral a classificação igual ou superior a 10 e no conjunto das duas provas perfaçam no mínimo igual média.

## SECÇÃO II

**Direitos e deveres**

## Artigo 63.º

**Direitos**

Os despachantes oficiais gozam dos seguintes direitos:

- a)* Praticar em exclusivo os atos próprios dos despachantes oficiais;
- b)* Eleger e ser eleito para os órgãos da Ordem, nos termos e condições do presente Estatuto;
- c)* Participar nas atividades da Ordem;
- d)* Apresentar propostas, sugestões ou reclamações sobre assuntos que julguem de interesse para a classe;
- e)* Frequentar as instalações da Ordem;
- f)* Beneficiar dos serviços proporcionados pela Ordem;
- g)* Beneficiar de isenção de quotas, em caso de incapacidade para o exercício da profissão, reforma sem exercício da respetiva atividade ou suspensão;
- h)* Reclamar e recorrer dos atos e deliberações dos órgãos da Ordem contrários à lei, ao presente Estatuto e aos regulamentos;
- i)* Ser informado regularmente de toda a atividade da Ordem;
- j)* Dispor de condições de acesso a ações de formação, para atualização e aperfeiçoamento profissionais;
- k)* Outros direitos previstos na lei, no presente Estatuto e demais regulamentos da Ordem.

## Artigo 64.º

**Deveres**

1 — Constituem deveres dos despachantes oficiais:

- a)* Participar na atividade da Ordem;
- b)* Desempenhar os cargos para que sejam designados pelos órgãos da Ordem, salvo escusa justificada;
- c)* Contribuir para o prestígio da Ordem e para a defesa dos direitos e interesses legítimos dos despachantes oficiais;
- d)* Recusar trabalho para o qual por razões de ordem técnica não esteja devidamente habilitado;
- e)* Pagar atempadamente todas as contribuições estatutárias ou resultantes dos regulamentos da Ordem;
- f)* Cumprir as disposições previstas no presente Estatuto, nos regulamentos emanados pelos órgãos da Ordem e nas deliberações e diretivas dos mesmos;
- g)* Comunicar à Ordem, no prazo de 30 dias, qualquer mudança de domicílio profissional, bem como qualquer outra ocorrência relevante no seu estatuto profissional;
- h)* Solicitar ao conselho diretivo autorização para a constituição ou alteração do estatuto da sociedade de despachantes oficiais;
- i)* Facultar ao conselho diretivo, no prazo de 30 dias, a contar da data da constituição ou da alteração do estatuto da sociedade, um exemplar do pacto social atualizado, para efeitos de registo interno;



j) Comunicar à Ordem, para efeitos de participação ao Ministério Público, quaisquer factos detetados no exercício das suas funções que constituam crime público;

k) Participar ao conselho deontológico os atos lesivos dos direitos estatutários;

l) Utilizar em todas as suas contas o modelo aprovado de acordo com a legislação em vigor;

m) Adquirir, para cada declaração aduaneira de exportação e importação, uma vinheta de controlo e garantia, a qual deve ser aposta na respetiva fatura ou em qualquer outro documento que a acompanhe;

n) Outros deveres previstos na lei, no presente Estatuto e nos demais regulamentos da Ordem.

2 — Todas as contribuições devidas à Ordem, designadamente a título de quotas, vinhetas de controlo e garantia, taxas ou pela prestação de quaisquer serviços, são pagas nos prazos concedidos para o efeito, devendo o tesoureiro, na falta de pagamento voluntário, notificar o despachante oficial, por carta registada, para proceder ao seu pagamento no prazo de 15 dias, acrescido de juros à taxa legal, majorados de 3 %.

3 — Para efeito de cobrança coerciva e sem prejuízo do respetivo processo disciplinar, na falta de pagamento voluntário no prazo previsto no número anterior, deve o tesoureiro extrair a respetiva certidão de dívida, a qual constitui título executivo.

#### Artigo 65.º

##### Pleno exercício de direitos

1 — Encontram-se em pleno exercício dos seus direitos, os despachantes oficiais que:

- a) Beneficiem do regime de isenção de quotas;
- b) Não se encontrem em situação de suspensão.

2 — O não pagamento de contribuições por um período superior a seis meses, após aviso prévio, determina o impedimento de participação na vida institucional da Ordem, bem como de usufruir dos seus serviços, enquanto perdurar aquela situação.

#### Artigo 66.º

##### Atos próprios dos despachantes

1 — São atos próprios do despachante oficial:

a) A representação dos operadores económicos junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e demais entidades públicas ou privadas com intervenção, direta ou indireta, no cumprimento das formalidades aduaneiras subjacentes às mercadorias e respetivos meios de transporte;

b) A prática dos atos e demais formalidades previstos na legislação aduaneira, incluindo a apresentação de declarações para atribuição de destinos aduaneiros, declarações com implicações aduaneiras para mercadorias e respetivos meios de transporte e declarações respeitantes a mercadorias sujeitas a impostos especiais sobre o consumo.

2 — São ainda atos próprios do despachante oficial, os seguintes:

a) A elaboração, em nome e mediante solicitação dos operadores económicos, de requerimentos, petições e exposições tendentes a obter regimes simplificados, económicos ou outros, previstos na legislação aduaneira;

b) A apresentação, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e sob qualquer forma permitida por lei, das garantias da dívida aduaneira ou fiscal gerada pelas declarações que submete.

3 — Consideram-se ainda atos próprios dos despachantes oficiais, os que, nos termos dos números anteriores, forem exercidos no interesse de terceiros e no âmbito de atividade profissional.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, não se consideram praticados no interesse de terceiros os atos praticados pelos representantes legais de pessoas singulares ou coletivas, públicas ou privadas, nessa qualidade.

### SECÇÃO III

#### Caução e seguro de responsabilidade civil profissional

##### Artigo 67.º

##### Caução e seguro

1 — O despachante oficial, para exercer a sua profissão, deve prestar uma caução por depósito, fiança bancária ou seguro-caução no valor de € 49 879,79, que serve de garantia ao Estado e aos restantes lesados, se os houver.

2 — A caução pode ser prestada pela Ordem em relação a todos os seus membros, desde que estejam em pleno exercício dos seus direitos.

3 — A caução deve cobrir os atos praticados no exercício da atividade, quer pelo despachante oficial quer pelos seus trabalhadores.

4 — A caução deve ser apresentada na alfândega de controlo do domicílio fiscal do despachante oficial.

5 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o exercício da profissão de despachante oficial está ainda dependente da subscrição e manutenção de um seguro de responsabilidade civil profissional destinado a cobrir todos os riscos que possam resultar da mesma, cujo montante mínimo não pode ser inferior € 50 000.

### SECÇÃO IV

#### Incompatibilidades e impedimentos

##### Artigo 68.º

##### Incompatibilidade para o exercício de cargos em órgãos sociais

1 — O exercício de funções executivas, disciplinares e de fiscalização na Ordem é incompatível entre si.

2 — O exercício do cargo de titular de órgãos da Ordem é incompatível com o exercício de quaisquer funções dirigentes na Administração Pública central, regional e local e com qualquer outra função com a qual se verifique um manifesto conflito de interesses, designadamente, com o exercício de funções na Autoridade Tributária e Aduaneira.

3 — No caso previsto na primeira parte do número anterior, pode a assembleia representativa autorizar expressamente a acumulação do exercício das funções dirigentes com o exercício dos cargos de titular de órgão da Ordem, desde que, fundamentadamente, demonstre não existir efetivo conflito de interesses.

## Artigo 69.º

**Inelegibilidades**

Não são elegíveis para os órgãos da Ordem, os despachantes oficiais que:

- a) Não se encontrem no pleno uso dos seus direitos;
- b) Tenham sofrido sanção disciplinar, por dolo, de graduação igual ou superior a multa, nos dois anos anteriores à data da eleição.

## CAPÍTULO VII

**Ação disciplinar**

## Artigo 70.º

**Infração disciplinar**

1 — Considera-se infração disciplinar toda a ação ou omissão que consista na violação, por qualquer membro da Ordem, dos deveres consignados na lei, no presente Estatuto ou nos respetivos regulamentos.

2 — As infrações disciplinares previstas no presente Estatuto e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis são puníveis a título de dolo ou negligência.

3 — A tentativa é punível com a sanção aplicável à infração consumada, especialmente atenuada.

## Artigo 71.º

**Responsabilidade disciplinar**

1 — Os despachantes oficiais estão sujeitos à jurisdição disciplinar do conselho deontológico, nos termos previstos no presente Estatuto.

2 — Estão ainda sujeitos à ação disciplinar do conselho deontológico, todos aqueles que, nos termos da legislação em vigor, estejam igualmente sujeitas ao poder disciplinar da Ordem.

3 — A ação disciplinar é independente de eventual responsabilidade civil ou criminal.

4 — A responsabilidade disciplinar perante a Ordem é independente da responsabilidade disciplinar perante os respetivos empregadores, por infração dos deveres emergentes de relações de trabalho.

5 — Quando, com fundamento nos mesmos factos, tiver sido instaurado processo criminal contra membro da Ordem, pode ser ordenada a suspensão do processo disciplinar, devendo a autoridade judiciária, em qualquer caso, ordenar a remessa à Ordem de cópia do despacho de acusação ou de pronúncia.

6 — Sempre que, em processo criminal contra membro da Ordem, for designado dia para julgamento, o tribunal deve ordenar a remessa à Ordem, preferencialmente por via eletrónica, do despacho de acusação, da decisão instrutória e da contestação, quando existam, bem como quaisquer outros elementos solicitados pelo conselho deontológico ou pelo bastonário.

## Artigo 72.º

**Responsabilidade disciplinar das sociedades profissionais**

As pessoas coletivas que sejam membros da Ordem estão sujeitas ao poder disciplinar dos seus órgãos, nos termos do presente Estatuto e da lei que estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de

profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

## Artigo 73.º

**Exercício da ação disciplinar**

1 — O procedimento disciplinar é instaurado pelo conselho deontológico, por sua iniciativa ou mediante participação, designadamente:

- a) De outro órgão da Ordem;
- b) De membros da Ordem;
- c) Da Autoridade Tributária e Aduaneira;
- d) Do Ministério Público;
- e) De qualquer interessado, direta ou indiretamente, afetado pelos factos participados.

2 — Os tribunais e demais autoridades públicas devem dar conhecimento à Ordem da prática, por despachantes oficiais, de atos suscetíveis de constituir infração disciplinar.

3 — Sem prejuízo do disposto na lei acerca do segredo de justiça, o Ministério Público e as demais entidades com poderes de investigação criminal dão conhecimento à Ordem das participações apresentadas contra despachantes oficiais por atos relacionados com o exercício da profissão.

## Artigo 74.º

**Instauração do processo disciplinar**

1 — Qualquer órgão da Ordem, oficiosamente ou tendo por base queixa, denúncia ou participação apresentada por pessoa devidamente identificada, contendo factos suscetíveis de integrarem infração disciplinar do associado, comunica, de imediato, os factos ao conselho deontológico, para efeitos de instauração de processo disciplinar.

2 — Quando se conclua que a participação é infundada, dela se dá conhecimento ao membro visado e são emitidas as certidões que o mesmo entenda necessárias para a tutela dos seus direitos e interesses legítimos.

3 — O procedimento disciplinar contra o bastonário ou contra qualquer membro do conselho deontológico em efetividade de funções só pode ser instaurado por deliberação da assembleia representativa, aprovada por maioria absoluta.

## Artigo 75.º

**Desistência de participação**

A desistência da participação disciplinar pelo interessado extingue o processo disciplinar, salvo se a infração imputada afetar a dignidade do membro visado e, neste caso, este manifeste intenção de continuação do processo, ou o prestígio da Ordem ou da profissão, em qualquer uma das suas especialidades.

## Artigo 76.º

**Prescrição do procedimento disciplinar**

1 — O direito a instaurar o procedimento disciplinar prescreve no prazo de três anos, a contar da data da prática da infração, salvo o disposto no número seguinte.

2 — A responsabilidade disciplinar de titulares de órgãos da Ordem prescreve no prazo de três anos, a contar da data de cessação das respetivas funções.

3 — As infrações disciplinares que constituam simultaneamente ilícito penal prescrevem no mesmo prazo que o procedimento criminal, quando este for superior.

4 — Verifica-se, igualmente, a prescrição, se o procedimento disciplinar não se iniciar no prazo de um ano, a contar da data do conhecimento da infração por qualquer órgão da Ordem.

5 — O prazo de prescrição suspende-se durante o tempo em que:

a) O processo disciplinar estiver suspenso, a aguardar despacho de acusação ou de pronúncia em processo criminal;

b) A decisão final do processo disciplinar não puder ser notificada ao arguido, por motivo que lhe seja imputável.

6 — A suspensão, quando resulte da situação prevista na alínea b) do número anterior, não pode ultrapassar o prazo de dois anos.

7 — O prazo prescricional volta a correr a partir do dia em que cessar a causa da suspensão.

8 — O prazo de prescrição do processo disciplinar interrompe-se com a notificação ao arguido:

a) Da instauração do processo disciplinar;

b) Da acusação.

9 — Após cada período de interrupção começa a correr novo prazo de prescrição.

#### Artigo 77.º

##### Manutenção da responsabilidade disciplinar

A responsabilidade disciplinar permanece durante o período de suspensão e não cessa com o pedido de demissão da Ordem relativamente a factos anteriormente praticados.

#### Artigo 78.º

##### Procedimento disciplinar

1 — O procedimento disciplinar é composto pelas seguintes fases:

- a) Instrução;
- b) Defesa do arguido;
- c) Decisão;
- d) Execução.

2 — Independentemente da fase do procedimento disciplinar, são asseguradas ao arguido todas as garantias de defesa, nos termos gerais de direito.

3 — Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto, o procedimento disciplinar rege-se por regulamento aprovado pela assembleia representativa, sendo supletivamente aplicável a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

#### Artigo 79.º

##### Sanções disciplinares

1 — As sanções disciplinares são as seguintes:

- a) Repreensão;
- b) Repreensão registada;

c) Multa de € 50 a € 100 000, no caso de pessoas singulares, ou de € 100 a € 200 000, no caso de pessoas coletivas;

d) Suspensão até 10 anos;

e) Expulsão.

2 — As sanções de repreensão e de repreensão escrita são aplicadas a infrações leves no exercício da atividade, por forma a evitar a sua repetição ou a formular um juízo de reprovação.

3 — A sanção de multa é aplicada a infrações cometidas a título de negligência ou dolo, às quais não seja aplicada a sanção de suspensão ou de expulsão.

4 — A sanção prevista na alínea d) do n.º 1 pode ser de:

a) Suspensão até seis meses, por infração disciplinar que configure negligência grave ou acentuado desinteresse pelo cumprimento dos deveres e obrigações profissionais;

b) Suspensão superior a seis meses e inferior a dois anos, por infração disciplinar que afete gravemente a dignidade e o prestígio profissional do despachante oficial;

c) Suspensão superior a dois anos e até 10 anos, por infração disciplinar que constitua crime punível com pena de prisão superior a três anos.

5 — A sanção prevista na alínea e) do n.º 1 é aplicada quando a infração disciplinar é muito grave e tenha posto em causa a vida, a integridade física das pessoas, ou seja gravemente lesiva da honra ou do património de terceiros ou de valores equivalentes, e inviabilize definitivamente o exercício da atividade profissional.

6 — No caso de profissionais que exercem a atividade no território nacional no regime de livre prestação de serviços, as sanções previstas nos n.ºs 4 e 5 assumem a forma de interdição definitiva do exercício de atividade em Portugal.

7 — Existe acumulação quando são praticados diversos tipos de infrações ou a mesma infração é cometida várias vezes.

8 — Existe reincidência quando seja cometida uma infração no prazo de dois anos, a contar do momento do cometimento de infração do mesmo tipo.

9 — A sanção de expulsão só pode ser aplicada por deliberação unânime do conselho deontológico.

10 — A aplicação de sanção mais grave do que a de repreensão registada a membro que exerça algum cargo nos órgãos da Ordem determina a imediata destituição desse cargo, sem dependência de deliberação da assembleia representativa nesse sentido.

11 — As sanções previstas nas alíneas d) e e) do n.º 1 são comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira e devidamente publicadas pela Ordem em 2.ª série do *Diário da República*, sendo as restantes apenas objeto de publicação.

#### Artigo 80.º

##### Medida e graduação da sanção

A determinação e graduação da sanção deve ter em consideração a culpa do arguido, a gravidade e as consequências da infração, os antecedentes profissionais e disciplinares e as demais circunstâncias agravantes e atenuantes.

## Artigo 81.º

**Prescrição das sanções**

As sanções disciplinares prescrevem nos seguintes prazos:

- a) As de repreensão e repreensão registada, em dois anos;
- b) As de multa, em quatro anos;
- c) As de suspensão e expulsão ou de interdição definitiva do exercício da atividade profissional, em cinco anos.

## Artigo 82.º

**Instrução**

1 — A instrução do processo disciplinar compreende as diligências necessárias ao apuramento da verdade material, devendo o relator remover os obstáculos ao seu regular e rápido andamento e, sem prejuízo do direito de defesa, recusar tudo o que for inútil ou dilatatório.

2 — Até ao despacho de acusação o processo é secreto.

## Artigo 83.º

**Termo da instrução**

1 — Finda a instrução, o instrutor profere despacho de acusação ou emite parecer fundamentado em que conclua no sentido do arquivamento do processo.

2 — Não sendo proferido despacho de acusação, o instrutor apresenta o parecer ao conselho deontológico, a fim de ser deliberado o arquivamento do processo ou determinado que este prossiga com a realização de diligências suplementares ou com o despacho de acusação, podendo neste último caso ser designado novo instrutor.

## Artigo 84.º

**Despacho de acusação**

1 — O despacho de acusação deve indicar a identidade do arguido, os factos imputados e as circunstâncias em que estes foram praticados, as normas legais e regulamentares infringidas e o prazo para a apresentação de defesa.

2 — O arguido é notificado da acusação pessoalmente ou por carta registada com aviso de receção, endereçada para o domicílio profissional, com a entrega da respetiva cópia.

## Artigo 85.º

**Direito de defesa**

1 — O arguido, querendo, pode apresentar defesa, seja para contestar a acusação, seja para facultar ao processo factos atenuantes da sua responsabilidade.

2 — O prazo para apresentação da defesa é de 20 dias, a contar da data da notificação do despacho de acusação, e deve ser entregue na sede ou nos serviços desconcentrados da Ordem ou para aqui remetida por carta registada com aviso de receção.

3 — A defesa, a apresentar por escrito, deve expor clara e concisamente os factos e as razões que a fundamentam.

4 — Com a defesa, deve o arguido apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer as diligências necessárias para o apuramento dos factos relevantes.

5 — Não podem ser apresentadas mais de três testemunhas por cada facto, não podendo o total delas exceder 10.

## Artigo 86.º

**Relatório final**

Realizadas as diligências a que se refere o artigo anterior e outras que sejam determinadas pelo relator, este elabora o relatório final, do qual constam, nomeadamente, os factos apurados, a sua qualificação e gravidade, a proposta de sanção concretamente a aplicar ou a proposta de arquivamento.

## Artigo 87.º

**Decisão**

1 — Finda a instrução, o processo é presente ao conselho deontológico, sendo lavrada e assinada a respetiva decisão.

2 — A decisão é imediatamente notificada ao arguido e aos interessados, por carta registada com aviso de receção, e, quando aplicável, comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, bem como às entidades que tenham participado a infração.

## Artigo 88.º

**Meios impugnatórios**

Os atos proferidos em processo disciplinar podem ser impugnados jurisdicionalmente, nos termos da Lei de Processo nos Tribunais Administrativos.

## Artigo 89.º

**Processo de inquérito**

Pode ser ordenada a abertura de processo de inquérito, sempre que não esteja concretizada a infração ou não seja conhecido o seu autor e quando seja necessário proceder a averiguações destinadas ao esclarecimento dos factos.

## Artigo 90.º

**Termo de instrução em processo de inquérito**

1 — Finda a instrução, o relator emite um parecer fundamentado em que propõe o prosseguimento do processo como disciplinar ou o seu arquivamento, consoante considere existirem ou não indícios suficientes da prática de infração disciplinar.

2 — O relator apresenta o seu parecer em reunião do conselho deontológico, que delibera no sentido de o processo prosseguir como disciplinar, ser arquivado ou de serem realizadas diligências complementares.

3 — Caso o parecer não seja aprovado, pode ser designado novo relator de entre os membros do conselho deontológico que façam vencimento.

## Artigo 91.º

**Execução das decisões**

1 — Compete ao conselho diretivo executar as decisões disciplinares.

2 — O cumprimento da sanção de suspensão ou de expulsão tem início a partir do dia da respetiva notificação ao arguido.

3 — Se, à data do início da suspensão, estiver cancelada ou suspensa a inscrição do arguido, o cumprimento da sanção de suspensão tem início a partir do dia imediato àquele em que tiver lugar o levantamento da sus-

penção da inscrição, ou a reinscrição, ou a partir do dia em que termina a execução da anterior pena de suspensão.

4 — Quando na pendência de processo disciplinar ou de cumprimento de sanção de suspensão, o despachante oficial pedir o cancelamento da cédula ou a suspensão da inscrição na Ordem, só pode exercer a atividade de representação perante as autoridades aduaneiras, sob qualquer forma, após a conclusão do processo ou o cumprimento da sanção de suspensão aplicada.

5 — No caso de expulsão, o arguido fica impedido do exercício, sob qualquer forma, de representação perante as autoridades aduaneiras, por um período de 25 anos.

#### Artigo 92.º

##### Revisão da decisão

1 — As decisões disciplinares definitivas podem ser revistas a pedido do interessado, com fundamento em novos factos ou novas provas, suscetíveis de alterar o sentido daquelas, ou quando outra decisão definitiva considerar falsos os elementos ou meios de prova que tenham sido determinantes da decisão a rever.

2 — A concessão da revisão depende de deliberação adotada pela maioria absoluta dos membros do conselho deontológico.

#### Artigo 93.º

##### Reabilitação profissional

O membro a quem tenha sido aplicada a sanção de expulsão pode, mediante requerimento, ser sujeito a processo de reabilitação, desde que se verifiquem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) Tenham decorrido mais de 10 anos sobre a data da decisão que aplicou a sanção de expulsão;

b) O reabilitando tenha revelado boa conduta, podendo, para o demonstrar, utilizar todos os meios de prova admitidos em direito.

### CAPÍTULO VIII

#### Sociedades

#### Artigo 94.º

##### Objeto social

1 — As sociedades profissionais de despachantes oficiais têm como objeto principal o exercício da atividade permitida a despachantes oficiais, nos termos da legislação aplicável, podendo desenvolvê-la a título exclusivo ou em conjunto com o exercício de outras atividades profissionais, desde que, neste último caso, seja observado o regime de incompatibilidades e impedimentos.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a prática de atos próprios de despachantes oficiais perante quaisquer autoridades públicas ou privadas é reservada aos despachantes oficiais.

#### Artigo 95.º

##### Forma

1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as sociedades profissionais de despachantes oficiais podem assumir a forma de sociedades civis ou qualquer outra

forma jurídica admissível por lei para o exercício de atividades comerciais.

2 — No caso de a sociedade profissional de despachantes oficiais assumir a forma de sociedade comercial anónima, as suas ações são obrigatoriamente tituladas e nominativas.

3 — Independentemente da forma jurídica assumida, podem ser sócios das sociedades profissionais de despachantes oficiais pessoas que não possuam as qualificações profissionais para o exercício da profissão de despachante oficial, desde que a maioria do capital social com direito a voto pertença a despachantes oficiais.

#### Artigo 96.º

##### Responsabilidade

1 — A sociedade profissional de despachantes oficiais e os seus sócios são responsáveis por todas as obrigações fiscais e aduaneiras assumidas pelo despachante oficial, nos termos do n.º 2 do artigo 94.º, sendo a responsabilidade dos sócios subsidiária face à da sociedade.

2 — O regime da responsabilidade previsto no presente artigo é aplicável quer a sociedade em causa assuma a forma civil ou comercial e, neste caso, independentemente do tipo adotado.

3 — O sócio que, por força do disposto no número anterior, satisfizer obrigações da sociedade, tem direito de regresso contra os restantes sócios, na medida em que o pagamento realizado exceda a importância que lhe caberia suportar segundo as regras aplicáveis à sua participação nas perdas sociais.

#### Artigo 97.º

##### Administração

Podem ser gerentes ou administradores da sociedade pessoas que não possuam as qualificações profissionais para o exercício da profissão de despachante oficial, desde que pelo menos um dos gerentes ou administrador seja despachante oficial com a inscrição em vigor.

#### Artigo 98.º

##### Denominação

A denominação da sociedade profissional tem obrigatoriamente de incluir, consoante o tipo, uma das seguintes expressões, seguida de «Sociedade Profissional» ou abreviadamente «SP»:

- a) «Despachante Oficial»;
- b) «Despachante Oficial, Unipessoal»;
- c) «Despachantes Oficiais».

#### Artigo 99.º

##### Registo

Aprovado o estatuto da sociedade e rececionada cópia do pacto social, nos termos das alíneas g) e h) do n.º 1 do artigo 64.º, a Ordem procede ao respetivo registo interno, bem como à sua inclusão no respetivo sítio na *Internet*.

#### Artigo 100.º

##### Regime das sociedades profissionais

Às sociedades profissionais de despachantes oficiais aplica-se, subsidiariamente, o regime jurídico de consti-



tuição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

## CAPÍTULO IX

### Normas do mercado interno

#### Artigo 101.º

##### Direito de estabelecimento

1 — O reconhecimento das qualificações profissionais de nacional de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu obtidas fora de Portugal para a sua inscrição como membro da Ordem, é regulado pela Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio, sem prejuízo de condições especiais de reciprocidade, caso as qualificações em causa tenham sido obtidas fora da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.

2 — O profissional que pretenda inscrever-se na Ordem nos termos do número anterior e que preste serviços, de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio ou que atue como gerente ou administrador no Estado membro de origem, no âmbito de organização associativa de profissionais, deve identificar a organização em causa no pedido apresentado nos termos do artigo 47.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

3 — Caso o facto a comunicar nos termos do número anterior ocorra após a apresentação do pedido de reconhecimento de qualificações, deve a organização associativa em causa ser identificada perante a Ordem, no prazo de 60 dias.

4 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, deve ainda o profissional cumprir com os requisitos estabelecidos na legislação aduaneira comunitária para o exercício noutro Estado membro.

#### Artigo 102.º

##### Livre prestação de serviços

1 — Os profissionais legalmente estabelecidos noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu e que aí desenvolvam atividades comparáveis à atividade profissional de despachante oficial regulada pelo presente Estatuto, podem exercê-las, de forma ocasional e esporádica, em território nacional, em regime de livre prestação de serviços, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

2 — Os profissionais referidos no número anterior são equiparados a despachantes oficiais, para todos os efeitos legais, exceto quando o contrário resulte da lei.

3 — O profissional que preste serviços, de forma subordinada ou autónoma ou na qualidade de sócio ou que atue como gerente ou administrador no Estado membro de origem, no âmbito de organização associativa de profissionais e pretenda exercer a sua atividade profissional em território nacional nessa qualidade, em regime de livre prestação de serviços, deve identificar perante a Ordem a organização associativa, por conta da qual presta serviços, na declaração referida no artigo 5.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

4 — A Ordem inscreve automaticamente os profissionais em livre prestação de serviços no registo referido na alínea f) do artigo 104.º, no seguimento da declaração prévia à deslocação do prestador de serviços ao território nacional, após verificação das qualificações profissionais, nos termos e condições previstas, respetivamente, nos artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

5 — O exercício da profissão de despachante oficial, por cidadãos de países não pertencentes à União Europeia ou ao Espaço Económico Europeu, que se encontrem domiciliados em Portugal, depende da reciprocidade estabelecida em acordo ou convenção internacional e da respetiva inscrição na Ordem.

6 — Aos candidatos a que se refere o número anterior pode ser exigida, pela Ordem, para efeitos de inscrição, prova de conhecimentos da língua portuguesa e a realização de exame de avaliação para o exercício da profissão.

## CAPÍTULO X

### Informação e cooperação

#### Artigo 103.º

##### Balcão único

1 — Todos os pedidos, comunicações e notificações previstos no presente Estatuto entre a Ordem e os profissionais, as sociedades de despachantes oficiais ou outras organizações associativas de profissionais, com exceção dos relativos a procedimentos disciplinares, são realizados por meios eletrónicos, através do balcão único eletrónico dos serviços, referido nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, no sítio da Ordem na *Internet*, acessível através dos Portais do Cidadão e da Empresa.

2 — Quando, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, não for possível o cumprimento do disposto no número anterior, a transmissão da informação em apreço é efetuada por correio eletrónico para o endereço criado especificadamente para o efeito pela Ordem, publicitado no respetivo sítio da *Internet* e na plataforma existente para tramitação do procedimento.

3 — Sempre que o recurso ao correio eletrónico não seja tecnicamente possível, a transmissão da informação pode ser feita por entrega na Ordem, por remessa pelo correio sob registo, telecópia ou por qualquer outro meio legalmente admissível.

4 — A apresentação de documentos em forma simples, nos termos dos números anteriores, dispensa a remessa dos documentos originais, autênticos, autenticados ou certificados, sem prejuízo do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 3 e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

5 — Sempre que um elemento que deva instruir um dos pedidos, comunicações e notificações ou declarações a que se refere o n.º 1 já se encontrar na posse de qualquer entidade administrativa nacional pode o despachante oficial ou a Sociedade Profissional de Despachantes Oficiais optar por substituir a sua entrega pela indicação expressa da identificação e localização do mesmo, cabendo à Ordem a sua obtenção oficiosa.

6 — O incumprimento dos prazos previstos para a emissão de pareceres ou práticas de atos não impede que o procedimento prossiga e seja decidido

7 — É ainda aplicável aos procedimentos referidos no presente artigo o disposto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

8 — O balcão único previsto no presente artigo cumpre o disposto na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho.

#### Artigo 104.º

##### Identificação e credenciação

No acesso e utilização de plataformas eletrónicas, bem com na aposição de assinatura em documentos eletrónicos, a prova do despachante oficial deve ser garantida através do recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais a que se refere o artigo 51.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro.

#### Artigo 105.º

##### Informação na Internet

A Ordem deve disponibilizar ao público em geral, através do seu sítio eletrónico na Internet, as informações referidas no artigo 23.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e no n.º 4 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, no mercado interno.

#### Artigo 106.º

##### Cooperação administrativa

A cooperação entre a Ordem e as autoridades administrativas dos outros Estados membros e do Espaço Económico Europeu e a Comissão Europeia, nos termos do capítulo VI do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º da Diretiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2000, relativa a certos aspetos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio eletrónico, é exercida pela via eletrónica, através do Sistema de Informação do Mercado Interno.

### CAPÍTULO XI

#### Disposição final

#### Artigo 107.º

##### Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver regulado no presente Estatuto, é aplicável o disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, sendo ainda aplicáveis, subsidiariamente e com as necessárias adaptações:

a) Às atribuições e ao exercício dos poderes públicos pela Ordem, o Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo;

b) À organização interna da Ordem, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado;

c) Ao procedimento disciplinar, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

#### ANEXO II

(a que se refere o artigo 6.º)

#### Republicação do Decreto-Lei n.º 173/98, de 26 de junho

#### Artigo 1.º

##### Objeto

É aprovado o Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais, que se publica em anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

#### Artigo 2.º

##### Disposições transitórias

1 — A direção da Câmara dos Despachantes Oficiais atualmente em funções deve, no prazo de seis meses a contar da entrada em vigor do presente decreto-lei:

- a) Preparar os atos eleitorais para os órgãos nacionais e de secção;
- b) Realizar todos os atos necessários ao normal funcionamento da Câmara dos Despachantes Oficiais;
- c) Conferir posse aos titulares dos órgãos eleitos;
- d) Prestar contas do mandato exercido.

2 — Aos despachantes oficiais detentores de alvará concedido pela alfândega, nos termos da legislação anterior, é reconhecido o direito de inscrição na Câmara dos Despachantes Oficiais.

#### Artigo 3.º

##### Revogação

É revogado o Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 450/80, de 7 de outubro, exceto as disposições referentes ao funcionamento dos atuais órgãos, as quais se manterão em vigor até à substituição dos respetivos titulares, de acordo com as novas disposições estatutárias.

#### Estatuto da Ordem dos Despachantes Oficiais

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

#### Artigo 1.º

##### Natureza e regime jurídico

1 — A Ordem dos Despachantes Oficiais, doravante designada por Ordem, é a associação pública profissional representativa de todos os que, em conformidade com disposto no presente Estatuto e nas demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de despachante oficial, a qual inclui a de representante aduaneiro, nos termos do direito da União Europeia.

2 — A Ordem é uma pessoa coletiva de direito público que, no exercício dos seus poderes públicos, pratica os atos administrativos necessários ao desempenho das suas funções e aprova os regulamentos previstos na lei e no presente Estatuto.



## JOSÉ ESPERANÇA

DESPACHANTE OFICIAL  
SOC. UNIPESSOAL, LDA

Rua Hintze Ribeiro, 585 - 3.º - Sala 302  
4450-692 LEÇA DA PALMEIRA

TEL: 229 968 502 - 229 968 503 • FAX: 229 968 506 • TLM 962 435 585  
Email: [despachante@joseesperanca.pt](mailto:despachante@joseesperanca.pt)

## MANUEL DOS SANTOS PEREIRA

DESPACHANTES OFICIAIS, LDA.

ESPECIALISTAS ADUANEIROS DESDE  
CUSTOMS BROKERS SINCE  
**1969**

Estrada Nacional 107, N.º 4142, Sala 108 - Freixo - 4455 - 491 Perafita - Portugal  
Telefone: +351 229 959 486 - Telemóvel: +351 936 051 810  
E-mail: [santos.pereira@despachante.cdo.pt](mailto:santos.pereira@despachante.cdo.pt)



## ILDA MONTEIRO

Despachante Oficial

Rua de Xabregas n.º 2, Piso 2 - Sala 14 - 1900-440 Lisboa  
Tel.: 218 623 836/7 - 218 680 311/12/13 | Fax: 218 623 838 | Tlm.: 919 662 961  
[gerencia@ildamonteiro.pt](mailto:gerencia@ildamonteiro.pt) | [geral@ildamonteiro.pt](mailto:geral@ildamonteiro.pt) | [financeira@ildamonteiro.pt](mailto:financeira@ildamonteiro.pt)



**MOPAR – Moreira e Palha, Despachantes Oficiais Associados, Lda.**

ESCRITÓRIO SEDE:  
Rua Cidade de Batena, 18 A, Esclafino 39.1  
1850-079 Lisboa  
Portugal

T. +351 21 522 48109  
F. +351 21 247 2873  
E. [mopar.sede@mopar.pt](mailto:mopar.sede@mopar.pt)

ESCRITÓRIO AEROPORTO:  
Terminal de Carga, Edifício 134, Piso 2, Gabinetes 2104/05/06  
Aeroporto de Lisboa - 1750-364 Lisboa  
Portugal

T. +351 21 844 03908  
F. +351 21 844 0396  
E. [mopar.aeroporto@mopar.pt](mailto:mopar.aeroporto@mopar.pt)



**antónio  
coelho barbosa**  
[despachanteoficial@antoniocb.com](mailto:despachanteoficial@antoniocb.com)

SEDE MATOSINHOS

Rua dos Titanóides, N.º 10  
1.º Sala 80  
4455-545 Perafita  
T. +351 229 962 030 / 31  
F. +351 229 962 032

DELEGACÃO COVILHÃ

Av. AML, N.º 7  
1.º Escritório 2  
6200-502 Covilhã  
T. +351 922 210 262



## NUNO DE MESQUITA PIRES

Despachante Oficial Associado, Lda.

SETUBAL . LISBOA . SINES

Sede Social: Av. D. João II, 48C - 2.º C/D - Apartado 44 . 2901-858 SETÚBAL  
Tel.: 265 546 640 - Fax: 265 546 660  
Internet: [www.nmesquitapires.pt](http://www.nmesquitapires.pt) . E-Mail: [nmp@nmesquitapires.pt](mailto:nmp@nmesquitapires.pt)

Nuno Gabriel Mesquita Pires

Fernando Santos Claudino

(Despachantes Oficiais)

Despachos de Navios – Importação – Exportação – Trânsitos

## AGP

ADRIANO GOMES PINHAL  
DESPACHANTE OFICIAL

Avenida Mário Brito,  
N.º 3427 - 1.º E  
4455-495 Matosinhos  
Tel +351 229 998 800  
Fax +351 229 998 806  
Tlm +351 933 351 532

[www.agp.com.pt](http://www.agp.com.pt)  
[adelinop@agp.com.pt](mailto:adelinop@agp.com.pt)

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### Lei n.º 53/2015

de 11 de junho

#### Regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### Artigo 1.º

###### Objeto

A presente lei estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais.

##### Artigo 2.º

###### Âmbito de aplicação

1 — A presente lei aplica-se às sociedades de profissionais e entidades equiparadas estabelecidas em território nacional, que tenham por objeto principal o exercício em comum de atividades profissionais organizadas numa única associação pública profissional.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, entende-se por exercício em comum de atividades profissionais organizadas, a prestação de serviços profissionais através de pessoa coletiva constituída nos termos da presente lei.

3 — A presente lei aplica-se às sociedades de revisores oficiais de contas e demais sociedades de profissionais regidas pelo direito da União Europeia, na medida em que não contrarie a legislação que lhes é especialmente aplicável.

4 — A presente lei não se aplica às pessoas coletivas que, não sendo sociedades de profissionais ou entidades equiparadas, prestem serviços profissionais através de profissionais seus sócios, administradores, gerentes ou seus colaboradores.

##### Artigo 3.º

###### Definições

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

a) «Capital profissional», a parte do capital social representado pelas participações sociais dos sócios profissionais;

b) «Estabelecimento», o exercício de uma atividade profissional no território de um Estado, por tempo indeterminado, de acordo com as seguintes modalidades:

i) «Imediato», o primeiro estabelecimento de uma pessoa singular num determinado Estado, após adquiridas, nesse ou noutro Estado, as qualificações legalmente exigidas para o acesso à atividade;

ii) «Principal», o estabelecimento num determinado Estado através de domicílio ou sede principais e efetivos da administração da atividade do profissional, sociedade de profissionais ou organização associativa de profissionais;

iii) «Secundário», o estabelecimento num determinado Estado através de escritório, representação permanente ou participação numa sociedade de profissionais, sob a direção de domicílio ou sede localizados noutro Estado;

c) «Organização associativa de profissionais», a entidade constituída ao abrigo do direito de outro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu para o exercício em comum de atividade profissional;

d) «Sociedade de profissionais», a sociedade constituída nos termos da presente lei ou do direito da União Europeia para o exercício em comum de atividade profissional, responsabilizando-se contratual e disciplinarmente por esse exercício;

e) «Sócio profissional», o sócio de sociedade de profissionais que detenha participações sociais e preste, naquela sociedade, os serviços profissionais incluídos no respetivo objeto principal; e

f) «Sócio não profissional», o sócio de sociedade de profissionais que detenha participações sociais, mas não preste, naquela sociedade, os serviços profissionais incluídos no respetivo objeto principal, ainda que para tanto se encontre habilitado.

##### Artigo 4.º

###### Liberdade de forma e direito subsidiário

1 — As sociedades de profissionais podem ser sociedades civis ou assumir qualquer forma jurídica societária admissível segundo a lei comercial, salvo o disposto no número seguinte.

2 — As sociedades de profissionais não podem constituir-se enquanto sociedades anónimas europeias.

3 — No que a presente lei não dispuser, são aplicáveis às sociedades de profissionais as normas da lei civil ou da lei comercial, consoante se trate de uma sociedade de profissionais sob a forma civil ou de uma sociedade de profissionais sob a forma comercial, respetivamente.

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, são aplicáveis às sociedades de profissionais que se constituam enquanto sociedades unipessoais por quotas as disposições da presente lei compatíveis com a sua natureza.

##### Artigo 5.º

###### Personalidade jurídica

1 — As sociedades de profissionais gozam de personalidade jurídica, sendo esta adquirida a partir da data do registo definitivo do contrato de sociedade no registo nacional de pessoas coletivas ou no registo comercial, consoante o que ao caso seja aplicável.

2 — Com o registo definitivo do contrato, a sociedade de profissionais assume os direitos e obrigações dos atos praticados em seu nome no período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o seu registo.

3 — Com o registo definitivo do contrato, a sociedade de profissionais assume ainda os direitos e obrigações emergentes de negócios jurídicos concluídos antes do ato de constituição, desde que especificados e expressamente ratificados.

##### Artigo 6.º

###### Capacidade

1 — A capacidade da sociedade de profissionais compreende os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu objeto social e que sejam compatíveis com a sua natureza.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a sociedade de profissionais apenas pode iniciar o exercício da atividade profissional que constitua o respetivo objeto principal após a sua inscrição na associação pública profissional correspondente.

## CAPÍTULO II

### Objeto social e composição da sociedade de profissionais

#### Artigo 7.º

##### Objeto social

1 — O objeto principal das sociedades de profissionais consiste no exercício em comum de atividades profissionais organizadas numa única associação pública profissional.

2 — As sociedades de profissionais podem ainda desenvolver, a título secundário, qualquer atividade, incluindo atividades profissionais organizadas em associação pública profissional, desde que seja observado o regime de incompatibilidades e impedimentos aplicável.

#### Artigo 8.º

##### Sócios

1 — As sociedades de profissionais, com exceção das que se constituam enquanto sociedades unipessoais por quotas, dispõem obrigatoriamente de pelo menos dois sócios profissionais, podendo igualmente dispor, caso o contrato de sociedade não o proíba, de sócios não profissionais, observado o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo seguinte.

2 — Podem ser sócios profissionais:

a) As pessoas singulares legalmente estabelecidas em território nacional para o exercício da profissão em causa, independentemente da modalidade de estabelecimento em causa;

b) As sociedades de profissionais cujo objeto principal consista no exercício em comum de atividades profissionais organizadas na associação pública profissional a que se encontra sujeita a sociedade participada;

c) As organizações associativas de profissionais equiparadas a profissionais sujeitos à associação pública profissional a que a sociedade participada se encontra sujeita, constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu para o exercício da atividade profissional em causa, cujo capital e direitos de voto caiba maioritariamente aos profissionais em causa.

3 — O requisito de capital referido na alínea c) do número anterior não é aplicável caso esta não disponha de capital social.

4 — Uma pessoa singular, as sociedades de profissionais ou entidades equiparadas só podem ser sócios profissionais de uma única sociedade de profissionais cujo objeto principal seja o exercício de determinada atividade profissional, e apenas quando não participem noutra organização associativa de profissionais constituída noutro Estado membro para o exercício da atividade profissional em causa, enquanto profissionais equiparados aos que caracterizam a sociedade em que participam.

5 — Sempre que o contrato de sociedade não o proíba, a pessoa singular que seja sócia de uma sociedade de profissionais pode exercer a atividade profissional em causa a título individual.

6 — O juízo de equiparação a que se refere a alínea c) do n.º 2 e o n.º 4 é regido:

a) Quanto a nacionais de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, pelo n.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio;

b) Quanto a nacionais de países terceiros cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal, pelo regime de reciprocidade internacionalmente vigente.

7 — Um sócio profissional só pode participar em sociedade de profissionais caso não esteja impedido de exercer a atividade profissional em causa por decisão judicial ou disciplinar, nem se encontre em situação de incompatibilidade ou impedimento.

8 — As incompatibilidades e os impedimentos para o exercício da atividade profissional objeto principal da sociedade de profissionais que afete um dos seus sócios profissionais determina a incompatibilidade ou impedimento da sociedade e dos demais sócios profissionais durante o mesmo período, exceto se aquele transmitir a sua participação, se exonerar ou for excluído da sociedade.

9 — As entidades referidas no n.º 2 podem ser sócias não profissionais de sociedades de profissionais, ficando-lhes no entanto vedado o exercício da atividade profissional objeto principal da sociedade de profissionais em causa enquanto sócios dessa mesma sociedade.

#### Artigo 9.º

##### Capital social, controlo, administração, mandato e conflitos de interesses

1 — O capital social de uma sociedade de profissionais é estipulado pelas partes, com respeito pela legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

2 — A maioria do capital social com direito de voto de uma sociedade de profissionais ou a maioria dos direitos de voto, conforme aplicável, pertencem obrigatoriamente aos seus sócios profissionais.

3 — Pelo menos um dos gerentes ou administradores da sociedade de profissionais, que desempenhe funções executivas, deve estar legalmente estabelecido em território nacional para o exercício da profissão em causa, independentemente da modalidade de estabelecimento.

4 — A sociedade de profissionais e os seus sócios profissionais autorizados a exercer atividade profissional a título individual, nos termos do n.º 5 do artigo 8.º, não podem prestar serviços que consubstanciem, entre eles, uma situação de conflito de interesses.

#### Artigo 10.º

##### Participações sociais

1 — As participações em sociedades de profissionais são obrigatoriamente nominativas.

2 — As participações sociais de sócio profissional não podem ser detidas em contitularidade.

#### Artigo 11.º

##### Entradas

1 — São admitidas entradas em dinheiro, bens ou indústria, nos termos previstos na legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

2 — As entradas em indústria não são computadas na formação do capital social e presumem-se iguais, salvo estipulação em contrário do contrato de sociedade.

3 — Os sócios profissionais ficam ainda obrigados, para além das respetivas entradas, a exercer em nome da sociedade de profissionais a atividade profissional que constitua o respetivo objeto principal.

#### Artigo 12.º

##### Transmissão de participações sociais

1 — As participações de indústria são intransmissíveis e extinguem-se sempre que o respetivo titular deixe, por qualquer razão, de ser sócio da sociedade.

2 — Extinguindo-se a participação, o sócio ou os seus herdeiros têm direito, salvo convenção em contrário, a receber da sociedade, relativamente à sua participação de indústria e na proporção desta:

a) Uma importância correspondente à quota-parte das reservas sociais constituídas com referência ao período de tempo em que o sócio efetivamente exerceu a sua atividade na sociedade;

b) Uma importância correspondente aos lucros do exercício em curso, em cujo cálculo se inclui o valor dos serviços já prestados e ainda não faturados, na proporção do tempo decorrido desse exercício.

#### Artigo 13.º

##### Aumento de capital

Nos aumentos de capital para permitir a entrada de sócio profissional na sociedade ou para aumentar a participação social de sócio profissional, não há direito de preferência dos demais sócios não profissionais.

#### Artigo 14.º

##### Aquisição de participações próprias

1 — A sociedade de profissionais pode adquirir participações próprias, na medida em que a legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º o permita, mas apenas até ao limite de 10 %, sendo consideradas como participações sociais de sócio profissional.

2 — A sociedade de profissionais só pode deter participações próprias pelo prazo máximo de um ano, devendo neste prazo alienar a participação ou amortizá-la.

3 — A participação própria de capital profissional só pode ser transmitida a sócio profissional.

### CAPÍTULO III

#### Regime de responsabilidade

#### Artigo 15.º

##### Responsabilidade civil

A responsabilidade civil das sociedades de profissionais e das organizações associativas referidas no artigo 27.º rege-se pela legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

#### Artigo 16.º

##### Direito de regresso

As sociedades de profissionais e as organizações associativas referidas no artigo 27.º têm direito de regresso contra os sócios, administradores, gerentes ou colaboradores responsáveis pelos atos ou omissões culposos

geradores de responsabilidade civil da sociedade ou organização, presumindo-se iguais as culpas das pessoas responsáveis.

#### Artigo 17.º

##### Seguro de responsabilidade civil

Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, a legislação que rege atividades profissionais organizadas em associação pública profissional pode obrigar as sociedades de profissionais e as organizações associativas referidas no artigo 27.º a cobrir os riscos inerentes ao exercício da atividade profissional dos seus sócios, administradores, gerentes ou colaboradores.

#### Artigo 18.º

##### Responsabilidade disciplinar

1 — As sociedades de profissionais e as organizações associativas referidas no artigo 27.º respondem, enquanto membros, disciplinarmente perante a associação pública profissional em que se encontram inscritas, nos termos da legislação que rege a atividade em causa.

2 — As entidades referidas no número anterior são responsáveis pelas infrações disciplinares quando cometidas:

a) Em seu nome e no interesse coletivo, por pessoas que nelas ocupem uma posição de liderança, de facto ou de direito; ou

b) Por quem aja sob a autoridade das pessoas referidas na alínea anterior, em virtude de uma violação dos deveres de vigilância ou controlo que lhes incumbem.

3 — A responsabilidade disciplinar das sociedades de profissionais e das organizações associativas referidas no artigo 27.º é excluída quando o infrator tiver atuado contra ordens ou instruções expressas de quem de direito.

4 — A responsabilidade disciplinar das sociedades de profissionais e das organizações associativas referidas no artigo 27.º não exclui a responsabilidade disciplinar individual dos respetivos infratores, nem depende da responsabilização destes.

5 — A assunção pela sociedade de profissionais de negócios jurídicos concluídos antes do seu ato de constituição não determina a sua responsabilização disciplinar por atos praticados no âmbito daqueles negócios jurídicos antes do ato de criação.

6 — No período compreendido entre a celebração do contrato de sociedade e o seu registo definitivo, a entidade é responsável disciplinarmente, nos termos do presente artigo.

7 — A cisão e a fusão não determinam a extinção da responsabilidade disciplinar da entidade, respondendo pela prática da infração:

a) A sociedade que resulte da fusão, a sociedade incorporante ou a entidade equiparada; e

b) As sociedades ou entidades equiparadas que resultaram da cisão.

8 — Sem prejuízo do direito de regresso quanto às quantias pagas, as pessoas que ocupem uma posição de liderança são subsidiariamente responsáveis pelo pagamento das multas em que a entidade for condenada, relativamente às infrações:

a) Praticadas no período de exercício do seu cargo, sem a sua oposição expressa;



b) Praticadas anteriormente, quando tiver sido por culpa sua que o património da entidade se tornou insuficiente para o respetivo pagamento; ou

c) Praticadas anteriormente, quando a decisão definitiva de as aplicar tiver sido notificada durante o período de exercício do seu cargo e lhes seja imputável a falta de pagamento.

9 — Sendo várias as pessoas responsáveis nos termos do número anterior, é solidária a sua responsabilidade.

10 — Se as multas forem aplicadas a uma entidade sem personalidade jurídica, responde por elas o património comum e, na sua falta ou insuficiência, solidariamente, o património de cada um dos sócios ou associados.

11 — A perda da condição de sócio ou a sua exclusão, qualquer que seja a causa, não exonera o sócio da responsabilidade disciplinar que pudesse ser-lhe exigível, nos termos da presente lei, por atos praticados enquanto foi sócio.

12 — As sociedades de profissionais e as organizações associativas referidas no artigo 27.º não podem ser responsabilizadas disciplinarmente por atos praticados, a título individual, por pessoa singular que seja sócia de uma sociedade de profissionais.

13 — Nos casos em que a sociedade de profissionais desenvolva atividade a título secundário, os seus sócios, administradores, gerentes ou colaboradores que, de facto, prestem os serviços em causa, assumem, de forma exclusivamente individual, a responsabilidade disciplinar pelos mesmos.

14 — Para efeitos do disposto no presente artigo, entende-se que ocupam uma posição de liderança, os órgãos e representantes da entidade e quem nela tiver autoridade para exercer o controlo da sua atividade.

## CAPÍTULO IV

### Contrato de sociedade, constituição e inscrição

#### Artigo 19.º

##### Contrato de sociedade

1 — O contrato de sociedade deve conter as menções obrigatórias nos termos da legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º e, em qualquer caso, o nome e firma de todos os sócios profissionais e respetivos números de inscrição na associação pública profissional que organiza a atividade profissional objeto principal da sociedade, caso a inscrição seja obrigatória para o exercício da atividade em território nacional por prestadores estabelecidos.

2 — O contrato de sociedade só pode ser celebrado após aprovação, nos termos do artigo 21.º, do respetivo projeto pela associação pública profissional que organiza a atividade profissional objeto principal da sociedade.

#### Artigo 20.º

##### Firma de sociedade de profissionais

1 — A firma das sociedades de profissionais rege-se pela legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — A firma da sociedade pode conter o nome, completo ou abreviado, de anteriores sócios, mediante autorização escrita destes ou dos seus herdeiros, dada a qualquer momento.

3 — Quando o nome do anterior sócio tenha figurado na firma da sociedade por mais de 20 anos, deixa de ser necessária a autorização referida no número anterior.

4 — A firma das sociedades de profissionais inclui sempre a menção do título profissional dos respetivos sócios profissionais, seguido da expressão «sociedade de profissionais» ou «SP», imediatamente antes da menção da forma jurídica societária que concretamente assuma, e à qual esteja obrigada nos termos da legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

5 — A expressão «sociedade de profissionais» ou «SP» é exclusiva das sociedades de profissionais constituídas nos termos da presente lei.

#### Artigo 21.º

##### Aprovação do projeto de contrato de sociedade

1 — O projeto de contrato de sociedade é submetido a um controlo de mera legalidade pela associação pública profissional, verificando designadamente se o mesmo está conforme ao disposto na presente lei e às normas deontológicas constantes da legislação que rege a atividade em causa.

2 — O projeto referido no número anterior deve ser acompanhado de certificado de admissibilidade de firma.

3 — Caso a associação pública profissional não se pronuncie no prazo de 20 dias úteis, considera-se o projeto tacitamente aprovado, para todos os efeitos legais.

4 — O prazo de deferimento tácito referido no número anterior é de 40 dias úteis, nos casos em que haja sócio profissional, gerente ou administrador executivo proveniente de outro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, e o mesmo não se encontre inscrito na associação pública profissional em virtude do carácter facultativo da inscrição para o exercício da atividade profissional em território nacional por prestadores estabelecidos.

#### Artigo 22.º

##### Registo do contrato e inscrição da sociedade

Após o registo definitivo do contrato de sociedade de profissionais, esta é inscrita, no seguimento de mera comunicação prévia pela sociedade de profissionais, na associação pública profissional que organiza a atividade profissional objeto principal da sociedade, sendo-lhe emitida a respetiva cédula profissional.

#### Artigo 23.º

##### Alterações do contrato

A alteração do contrato de sociedade ou dos respetivos estatutos deve ser objeto de mera comunicação pela sociedade de profissionais à respetiva associação pública profissional, no prazo de 20 dias úteis.

#### Artigo 24.º

##### Gerentes

Quando não seja designado no contrato de sociedade, a sociedade de profissionais deve, no prazo de 10 dias úteis após a nomeação, comunicar à associação pública profissional onde se deve inscrever ao abrigo do artigo 22.º, o nome do gerente ou administrador executivo referido no n.º 3 do artigo 9.º, e o respetivo número de inscrição na

associação pública profissional que organiza a atividade profissional objeto principal da sociedade, caso a inscrição seja obrigatória para o exercício da atividade em território nacional por prestadores estabelecidos.

#### Artigo 25.º

##### Planos de carreira

A sociedade de profissionais deve comunicar à respetiva associação pública profissional os planos de carreira que detalhem as categorias e critérios de progressão dos colaboradores para o possível acesso à categoria de sócio.

#### Artigo 26.º

##### Transformação em sociedade de profissionais

O disposto nos artigos 20.º a 26.º é aplicável, com as devidas adaptações, às sociedades de regime geral que se transformem em sociedades de profissionais.

#### Artigo 27.º

##### Inscrição de organizações associativas de outros Estados membros

1 — As organizações associativas de profissionais equiparados a profissionais organizados em associação pública profissional, constituídas noutro Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu para o exercício de atividade profissional, cujo gerente ou administrador seja um profissional, e cujo capital com direito de voto caiba maioritariamente aos profissionais em causa ou a outras organizações associativas cujo capital e direitos de voto caiba maioritariamente àqueles profissionais, podem inscrever as respetivas representações permanentes em Portugal, constituídas nos termos da lei comercial, como membros da associação pública profissional, sendo passíveis de responsabilização disciplinar pela sua atividade profissional perante aquela associação.

2 — Os requisitos de capital referidos no número anterior não são aplicáveis caso a organização associativa em causa não disponha de capital social, aplicando-se, no seu lugar, o requisito de atribuição da maioria de direitos de voto aos profissionais ali referidos.

3 — O juízo de equiparação a que se refere o n.º 1 é regido:

a) Quanto a nacionais de Estado membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, pelo n.º 4 do artigo 1.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio;

b) Quanto a nacionais de países terceiros cujas qualificações tenham sido obtidas fora de Portugal, pelo regime de reciprocidade internacionalmente vigente.

4 — O pedido de inscrição é instruído com cópia do ato constitutivo da respetiva representação permanente em Portugal e demais comprovativos dos requisitos constantes dos números anteriores.

5 — Caso a associação pública profissional não se pronuncie no prazo de 20 dias úteis, considera-se o pedido tacitamente aprovado e a organização associativa inscrita como membro da associação pública profissional, para todos os efeitos legais.

6 — O prazo referido no número anterior é de 40 dias úteis, nos casos em que haja pedido de esclarecimentos ou aperfeiçoamento à organização associativa ou pedido

de informações a autoridade congénere de outro Estado membro, nos termos do artigo 57.º

7 — A organização associativa inscrita deve comunicar à respetiva associação pública profissional o encerramento, por qualquer motivo, da atividade em território nacional.

## CAPÍTULO V

### Das deliberações dos sócios

#### Artigo 28.º

##### Assembleias gerais

1 — Compete à assembleia geral dos sócios deliberar sobre as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias da administração e ainda sobre as matérias que lhe sejam atribuídas nos termos da legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

2 — Dependem, em qualquer caso, de deliberação dos sócios, os seguintes atos:

- a) Consentimento para transmissão de capital profissional a não sócios, nos termos em que tal é permitido;
- b) Amortização de participações sociais;
- c) Aquisição, alienação e oneração de participações sociais próprias;
- d) Extinção da participação de indústria de sócios profissionais;
- e) Admissão e exclusão de sócio profissional;
- f) Designação e destituição de gerentes ou administradores e fixação das respetivas remunerações;
- g) Alienação ou oneração de bens imóveis e alienação, oneração e locação de estabelecimentos da sociedade;
- h) Aprovação do relatório e contas do exercício, os quais devem ser depositados na associação pública profissional no decurso dos 60 dias seguintes à sua aprovação;
- i) Distribuição de lucros;
- j) Propositura de ações pela sociedade contra sócios, membros do órgão de administração e membros do órgão de fiscalização;
- k) Participação em consórcios, associações em participação, agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico;
- l) Prorrogação da duração da sociedade;
- m) Dissolução da sociedade;
- n) Fusão, cisão e fusão-cisão da sociedade;
- o) Transformação da sociedade de profissionais em sociedade de regime geral;
- p) Alteração do contrato de sociedade.

3 — À convocação, constituição e funcionamento das assembleias gerais, incluindo às respetivas deliberações, é aplicável a legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

## CAPÍTULO VI

### Da transmissão, amortização e extinção de participações sociais de capital profissional

#### Artigo 29.º

##### Cessões de participações sociais de capital entre sócios profissionais

1 — A cessão onerosa de participações de capital é livre entre os sócios profissionais, sem prejuízo do direito de preferência dos restantes sócios profissionais.

2 — O sócio profissional que pretenda ceder uma participação de que seja titular a algum ou alguns dos sócios profissionais, deve comunicar aos restantes o valor, os termos e as condições da projetada cessão, bem como a identificação do previsto ou previstos cessionários.

3 — Recebida a comunicação, devem os destinatários, no prazo de 15 dias, comunicar ao sócio cedente se pretendem exercer o seu direito de preferência.

4 — As comunicações previstas nos números anteriores são efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou através de notificação pessoal, mediante assinatura de documento certificador.

5 — Manifestando vários sócios profissionais vontade de exercer o direito de preferência, este é exercido na proporção das participações de que sejam titulares na data do exercício do direito, salvo disposição em contrário do contrato de sociedade.

6 — Na falta de comunicação ao sócio cedente, a participação pode ser cedida a sócio profissional ou, nos termos do artigo seguinte, a não sócio.

### Artigo 30.º

#### Cessões de participações sociais de capital profissional a não sócios

1 — A cessão de participações de capital profissional a não sócios só é admitida quando o cessionário cumpra o disposto no n.º 2 do artigo 8.º e depende de autorização da sociedade.

2 — O sócio profissional que pretenda ceder uma participação de que seja titular a não sócio, deve comunicar à sociedade o valor, os termos e as condições da projetada cessão, bem como a identificação do previsto ou previstos cessionários.

3 — Recebida a comunicação, deve a sociedade, no prazo de 45 dias, comunicar ao sócio se consente ou não na cessão.

4 — As comunicações previstas nos números anteriores são efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou através de notificação pessoal, mediante assinatura de documento certificador.

5 — Na falta de comunicação por parte da sociedade, a cessão torna-se livre.

### Artigo 31.º

#### Amortização ou aquisição por recusa de autorização

1 — Se a sociedade recusar a autorização para a cessão de participação de capital profissional a não sócio, a comunicação da recusa inclui uma proposta de amortização ou de aquisição da participação em causa.

2 — A proposta fica sem efeito, mantendo-se a recusa de consentimento, se o sócio não a aceitar no prazo de 30 dias, através de carta registada, com aviso de receção, ou através de notificação pessoal, mediante assinatura de documento certificador.

3 — O valor da amortização ou aquisição da participação é determinado nos termos do disposto no contrato de sociedade ou na legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

4 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o valor oferecido não deve ser inferior ao valor da projetada cessão, exceto se a sociedade, nos 30 dias seguintes à notificação a que se refere o n.º 1, comunicar ao sócio que não aceita tal preço como valor da amortização ou aquisição.

5 — No caso previsto na parte final do número anterior, o valor da amortização ou aquisição é fixado por uma comissão arbitral composta por três profissionais, sendo um designado pela sociedade, outro pelo sócio e o terceiro pela associação pública profissional, cabendo a este presidir à comissão e estabelecer os termos do respetivo processo.

6 — A comissão é constituída a requerimento da sociedade ou do sócio, dirigido à associação pública profissional.

7 — No cálculo do valor da amortização ou aquisição, a comissão arbitral toma em consideração o valor da clientela que acompanhar o sócio na sua saída.

8 — O valor da amortização é acrescido da importância apurada nos termos do n.º 2 do artigo 12.º

9 — Na determinação do valor da amortização ou aquisição, a comissão arbitral pode ser auxiliada por um perito.

### Artigo 32.º

#### Cessão gratuita

1 — O disposto nos artigos 31.º a 33.º é aplicável, com as necessárias adaptações, à cessão de participações de capital profissional a título gratuito.

2 — Nas comunicações a que se referem o n.º 2 do artigo 29.º e o n.º 2 do artigo 30.º, deve o sócio que pretenda ceder gratuitamente a sua participação de capital atribuir-lhe o respetivo valor.

### Artigo 33.º

#### Transmissão não voluntária entre vivos

1 — No caso de transmissão não voluntária entre vivos de participação de capital profissional, a sociedade pode amortizá-la ou adquiri-la, ainda que o adquirente cumpra o disposto no n.º 2 do artigo 8.º

2 — A deliberação sobre a amortização deve ser tomada no prazo máximo de 60 dias, a contar da data em que a sociedade teve conhecimento da transmissão não voluntária.

3 — A transmissão da participação de capital profissional a quem não cumpra o disposto no n.º 2 do artigo 8.º não produz qualquer efeito, estando a sociedade obrigada a proceder à sua amortização ou aquisição.

4 — À fixação do valor da amortização ou aquisição é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 5 a 8 do artigo 31.º, salvo se o contrato de sociedade, o acordo escrito de todos os sócios ou a legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º dispuser de modo diferente.

### Artigo 34.º

#### Extinção da participação de capital profissional

1 — As participações de capital profissional podem extinguir-se por exoneração, exclusão ou por morte ou extinção do titular.

2 — Em caso de morte do titular de participação de capital profissional, deve a sociedade, no prazo máximo de 30 dias, adquirir, amortizar ou fazer adquirir a participação em causa por sócio profissional ou por não sócio que cumpra os requisitos correspondentemente aplicáveis.

3 — A requerimento de herdeiro ou herdeiros que cumpram o disposto no n.º 2 do artigo 8.º, pode a sociedade consentir que lhe sejam transmitidas as participações de capital profissional.

4 — O valor da amortização ou aquisição da participação referida no n.º 2 é determinado de acordo com os critérios fixados no contrato de sociedade ou na legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

5 — Na ausência dos critérios referidos no número anterior, pode o valor ser determinado por acordo entre a sociedade e os herdeiros.

6 — Na falta de acordo, o valor da participação é fixado pela forma prevista nos n.ºs 5 a 7 do artigo 31.º

7 — O valor determinado nos termos do disposto no número anterior é acrescido da importância apurada nos termos do n.º 2 do artigo 12.º

8 — O disposto nos n.ºs 2 a 7 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos casos em que for decretada a interdição ou inabilitação do sócio pessoa singular.

9 — Quando for cancelada a inscrição do sócio como membro da associação pública profissional, por motivo diverso da sua expulsão dessa associação ou interdição definitiva do exercício da atividade profissional, aplica-se o disposto nos números anteriores quanto à morte ou extinção do titular, sempre que a lei que regula o exercício da atividade profissional exija aquela inscrição para esse exercício.

10 — Seja qual for o seu motivo, sempre que a amortização da participação de capital profissional não seja acompanhada da correspondente redução do capital, as participações dos outros sócios são proporcionalmente aumentadas.

11 — Pode, porém, estipular-se no contrato de sociedade ou podem os sócios profissionais deliberar por unanimidade que, em vez da participação amortizada, sejam criadas uma ou mais participações de capital profissional, cujo valor nominal total seja igual ao da participação extinta, para imediata transmissão a sócio profissional ou a terceiro que cumpra o disposto no n.º 2 do artigo 8.º

## CAPÍTULO VII

### Da exoneração, exclusão e impossibilidade temporária de sócios profissionais

#### Artigo 35.º

##### Exoneração de sócio profissional

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 11 do artigo 18.º, os sócios profissionais têm o direito de se exonerar da sociedade, nos termos da legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º, do artigo 44.º, e dos números seguintes.

2 — Constitui causa de exoneração, designadamente:

a) A entrada de novos sócios profissionais, se o sócio tiver votado contra na respetiva deliberação da assembleia geral;

b) A prorrogação da duração da sociedade, se o sócio tiver votado contra na respetiva deliberação da assembleia geral;

c) A ocorrência de justa causa de exclusão de outro sócio profissional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo seguinte, se a sociedade não deliberar excluí-lo ou não promover a sua exclusão judicial.

3 — O sócio deve comunicar à sociedade a intenção e os motivos da exoneração, através de carta registada, com aviso de receção, ou através de notificação pessoal, mediante assinatura de documento certificador.

4 — A exoneração só se torna efetiva no fim do ano social em que é feita a comunicação, mas nunca antes de decorridos três meses sobre a data desta comunicação.

5 — Se a causa de exoneração invocada pelo sócio não for aceite pela assembleia geral, a exoneração só pode ser autorizada judicialmente.

6 — Recebida a comunicação e não sendo recusada a exoneração nos termos do número anterior, a sociedade, no prazo que venha a resultar da aplicação do n.º 4, amortiza a participação, adquire-a ou fã-la adquirir por sócio ou terceiro.

7 — À amortização de participação aplica-se o disposto no capítulo anterior.

#### Artigo 36.º

##### Exclusão de sócio profissional

1 — A exclusão de sócio profissional pode verificar-se nos casos previstos no contrato de sociedade, na legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º e ainda nos seguintes casos:

a) Quando ao sócio seja imputável violação grave de obrigações para com a sociedade ou de deveres deontológicos;

b) Quando o sócio esteja impossibilitado, de forma definitiva, de prestar ou deixe de prestar de modo continuado à sociedade, conforme aferido nos termos do respetivo contrato de sociedade, a atividade profissional a que é obrigado nos termos do n.º 3 do artigo 11.º

2 — A exclusão produz efeitos decorridos 30 dias úteis sobre a data do registo da deliberação na respetiva associação pública profissional.

3 — O direito de oposição judicial do sócio excluído caduca decorrido o prazo referido no número anterior.

4 — Na eventualidade de a sociedade ter apenas um sócio profissional, a sua exclusão só pode ser decretada judicialmente.

5 — O sócio ao qual tenha sido aplicada pena disciplinar de expulsão ou interdição definitiva do exercício da atividade profissional considera-se automaticamente excluído da sociedade a partir da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou aquela pena.

6 — O sócio que, por qualquer motivo, seja excluído da sociedade de profissionais tem direito a receber da sociedade a quantia apurada nos termos previstos no contrato de sociedade, em acordo escrito de todos os sócios ou na legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

7 — Na ausência dos critérios referidos no número anterior, a quantia é fixada com recurso à comissão arbitral, aplicando-se o disposto nos n.ºs 5 a 7 do artigo 31.º

8 — O valor determinado nos termos do disposto no número anterior é acrescido da importância apurada nos termos do n.º 2 do artigo 12.º

#### Artigo 37.º

##### Impossibilidade temporária de exercício por motivos de saúde

1 — No caso de impossibilidade temporária de exercício da profissão por motivos de saúde, o sócio profissional mantém o direito aos resultados correspondentes à sua participação de capital.

2 — Salvo estipulação diversa mais favorável ao sócio no contrato de sociedade ou em acordo escrito dos sócios, durante os primeiros seis meses de impossibilidade, mantém o sócio direito aos lucros correspondentes à participa-

ção de indústria e, no período subsequente, até dois anos, direito a metade dos mesmos.

3 — Se a impossibilidade exceder 30 meses, ou prazo superior estipulado no contrato de sociedade, pode a sociedade proceder à amortização ou aquisição da participação de capital do sócio, nos termos da presente lei, extinguindo-se simultaneamente a respetiva participação de indústria, caso exista.

4 — O valor da amortização ou aquisição é determinado nos termos do artigo 31.º

#### Artigo 38.º

##### Suspensão do sócio profissional

No caso de suspensão, por qualquer motivo, da inscrição do sócio na associação pública profissional que seja obrigatória para o exercício da atividade profissional em território nacional, este mantém o direito aos resultados correspondentes à sua participação de capital e a metade dos lucros correspondentes à participação de indústria, mas, neste caso, apenas durante os primeiros seis meses de duração da suspensão.

### CAPÍTULO VIII

#### Da fusão e cisão de sociedades de profissionais

##### SECÇÃO I

##### Fusão de sociedades

#### Artigo 39.º

##### Noção e modalidades

1 — É permitida a fusão de duas ou mais sociedades de profissionais sujeitas à mesma associação pública profissional, mediante a sua reunião numa única sociedade.

2 — A fusão pode realizar-se:

a) Mediante a transferência global do património de uma ou mais sociedades para outra e atribuição aos sócios daquela de participações da sociedade incorporante, de indústria e ou de capital;

b) Mediante a constituição de uma nova sociedade, para a qual se transferem globalmente os patrimónios das sociedades fundidas, sendo aos sócios destas atribuídas participações de indústria ou de capital na nova sociedade.

#### Artigo 40.º

##### Projeto de fusão

1 — As administrações das sociedades que pretendam fundir-se devem elaborar, em conjunto, um projeto de fusão, do qual constem os seguintes elementos:

a) A modalidade, os motivos, as condições e os objetivos da fusão, relativamente a todas as sociedades participantes;

b) A firma, a sede, o montante do capital e a data de inscrição na associação pública profissional de cada uma das sociedades;

c) A descrição e valor dos elementos do ativo e do passivo a transferir para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;

d) As participações, de indústria e ou de capital, a atribuir aos sócios da sociedade a incorporar ou das sociedades a fundir;

e) O projeto de alteração a introduzir no contrato da sociedade incorporante ou o projeto de contrato da nova sociedade;

f) A data a partir da qual as operações da sociedade incorporada ou das sociedades a fundir são consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efetuadas por conta da sociedade incorporante ou da nova sociedade;

g) Os direitos assegurados pela sociedade incorporante ou pela nova sociedade a sócios da ou das sociedades incorporadas ou das sociedades a fundir que possuam direitos especiais;

h) As medidas de proteção dos direitos dos credores.

2 — O projeto de fusão deve ser aprovado pela assembleia geral de cada uma das sociedades com maioria de três quartos dos votos expressos pertencentes a sócios profissionais, seja qual for a percentagem de capital profissional nela representada.

### SECÇÃO II

#### Cisão de sociedades

#### Artigo 41.º

##### Noção e modalidades

1 — É permitida a cisão de sociedades de profissionais.

2 — As sociedades de profissionais podem:

a) Destacar parte do seu património para efeitos de constituição de outra sociedade de profissionais;

b) Dissolver-se e dividir o seu património, sendo cada uma das partes resultantes destinada a constituir uma nova sociedade de profissionais;

c) Destacar partes do seu património ou dissolver-se, dividindo o seu património em duas ou mais partes, para as fundir com sociedades de profissionais já existentes ou com partes do património de outras sociedades de profissionais, separadas por idênticos processos e com igual finalidade, todas sujeitas à mesma associação pública profissional.

#### Artigo 42.º

##### Projeto de cisão

1 — A administração de sociedade que pretenda cindir-se ou, tratando-se de cisão-fusão, as administrações das sociedades participantes devem elaborar, em conjunto, um projeto de cisão, donde constem os seguintes elementos:

a) A modalidade, os motivos, as condições e os objetivos da cisão, relativamente a todas as sociedades participantes;

b) A firma, a sede, o montante do capital e a data de inscrição na associação pública profissional de cada uma das sociedades participantes;

c) A descrição e valor dos elementos do ativo e do passivo a transmitir para as novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, para as sociedades incorporantes;

d) As participações, de indústria ou de capital, a atribuir aos sócios das novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, das sociedades incorporantes;

e) O projeto de contrato das novas sociedades ou, no caso de cisão-fusão, o projeto de alteração a introduzir no contrato das sociedades incorporantes;

f) A data a partir da qual as operações da sociedade cindida ou, no caso de cisão-fusão, das sociedades incorporantes,

são consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efetuadas por conta da ou das sociedades resultantes da cisão;

g) Os direitos assegurados pelas sociedades resultantes da cisão ou, no caso de cisão-fusão, pelas sociedades incorporantes aos sócios da ou das sociedades cindidas ou aos sócios das sociedades incorporadas titulares de direitos especiais;

h) As medidas de proteção dos direitos dos credores.

2 — O projeto de cisão deve ser aprovado pela assembleia geral da sociedade cindida e, no caso de cisão-fusão, pelas assembleias gerais das sociedades participantes, com maioria de três quartos dos votos expressos pertencentes a sócios profissionais.

### SECÇÃO III

#### Disposições comuns

##### Artigo 43.º

##### Registo e aprovação do projeto

1 — Sem prejuízo do regime de registo comercial, quando aplicável, o projeto de fusão ou de cisão deve ser comunicado à respetiva associação pública profissional.

2 — A comunicação do projeto e respetivo controlo aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 21.º

##### Artigo 44.º

##### Direito de exoneração dos sócios

O sócio ou sócios que votarem contra o projeto de fusão ou de cisão têm o direito de se exonerar da sociedade, nos termos da presente lei.

##### Artigo 45.º

##### Contrato de fusão ou cisão, registo e inscrição das sociedades emergentes

1 — A celebração do contrato de fusão ou cisão depende do controlo prévio do respetivo projeto pela associação pública profissional, nos termos do artigo 43.º

2 — A forma do contrato de fusão ou cisão é regida pela legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

3 — Uma vez celebrado o contrato, deve ser requerida a inscrição da fusão ou cisão no registo, devendo a mesma ser simultaneamente comunicada à associação pública profissional, para efeitos de alteração da inscrição ou inscrição da nova sociedade.

##### Artigo 46.º

##### Efeitos do registo

1 — Com o registo da fusão:

a) Extinguem-se as sociedades incorporadas ou, no caso de constituição de nova sociedade, todas as sociedades fundidas, transmitindo-se os seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante ou para a nova sociedade;

b) Os sócios das sociedades extintas tornam-se sócios da sociedade incorporante ou da nova sociedade.

2 — Com o registo da cisão:

a) Transmitem-se os direitos e obrigações da sociedade cindida para a nova sociedade ou, no caso de cisão-fusão, para a sociedade incorporante;

b) No caso de cisão-dissolução, extingue-se a sociedade cindida;

c) Os sócios da sociedade cindida, a quem sejam atribuídas participações de indústria e ou de capital da sociedade incorporante ou da nova sociedade, tornam-se sócios das mesmas.

##### Artigo 47.º

##### Transformação, fusão e cisão

As sociedades de profissionais podem transformar-se em sociedades de regime geral ou fundir-se e cindir-se sem observância do disposto no presente capítulo, perdendo, nestes casos, a natureza de sociedade de profissionais.

### CAPÍTULO IX

#### Modalidades de associação societária envolvendo sociedades de profissionais

##### Artigo 48.º

##### Modalidades de associação societária

1 — As sociedades de profissionais podem associar-se a outras sociedades, sejam estas sociedades de profissionais ou não, para o exercício em conjunto de atividades que não sejam incompatíveis entre si, observado o regime de impedimentos aplicável, nos termos gerais, e cumprido o disposto no artigo seguinte.

2 — A associação pode assumir as seguintes modalidades:

a) Consórcio;

b) Associação em participação;

c) Agrupamento complementar de empresas ou agrupamento europeu de interesse económico.

3 — As associações que incluam sociedades de profissionais não são membros das associações públicas profissionais a que aquelas sociedades estejam sujeitas, nem estão em si mesmas sujeitas a responsabilidade disciplinar.

##### Artigo 49.º

##### Comunicação à associação pública profissional

As sociedades de profissionais envolvidas em associações devem comunicar os negócios jurídicos que constituam a base dessas associações com outras sociedades à associação pública profissional a que se encontram sujeitas, no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da respetiva celebração.

### CAPÍTULO X

#### Dissolução, liquidação e partilha da sociedade de profissionais

##### Artigo 50.º

##### Dissolução

1 — A sociedade de profissionais é dissolvida nos casos previstos na lei e no contrato de sociedade.

2 — A sociedade de profissionais é ainda dissolvida extrajudicialmente:

a) Se se verificar a continuada violação dos requisitos para a sua constituição, constantes dos artigos 8.º a 12.º;



b) Quando lhe for aplicada pena disciplinar de expulsão da respetiva associação profissional ou interdição definitiva do exercício da atividade profissional.

3 — Em caso de dissolução, a sociedade deve efetuar mera comunicação à respetiva associação pública profissional.

4 — Nos casos previstos no n.º 2, a dissolução é decretada pela associação pública profissional, uma vez observado o princípio do contraditório, a qual promove o respetivo registo.

#### Artigo 51.º

##### Liquidação do património social

Dissolvida a sociedade, deve proceder-se à liquidação do seu património, nos termos da legislação referida no n.º 3 do artigo 4.º

#### Artigo 52.º

##### Exercício da atividade profissional pelos sócios de sociedade dissolvida

Dissolvida a sociedade, por qualquer motivo, é permitido aos sócios profissionais o exercício da atividade profissional por si mesmos, ou noutra sociedade de profissionais, ainda que não se encontre concluído o processo de liquidação e partilha, sempre que não tenham sido eles próprios suspensos, expulsos ou interditos definitivamente no decurso de procedimento disciplinar.

### CAPÍTULO XI

#### Disposições transitórias e finais

#### Artigo 53.º

##### Norma transitória

As sociedades de profissionais constituídas antes da entrada em vigor da presente lei devem adotar as regras nesta estabelecidas no prazo de 180 dias, a contar da data da entrada em vigor da lei que adaptar os estatutos da respetiva associação pública profissional à Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, sob pena de passarem a ser consideradas sociedades de regime geral, com o cancelamento automático da respetiva inscrição na associação pública profissional de que fossem membros.

#### Artigo 54.º

##### Usurpação de funções

1 — Se duas ou mais pessoas, quer pelo uso de uma firma comum, quer por qualquer outro meio, criarem a falsa aparência de que existe entre elas um contrato de sociedade de profissionais, praticam o crime de usurpação de funções, punível com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.

2 — As sociedades e as organizações de facto que resultem do número anterior são responsáveis, nos termos gerais, pelo crime previsto no mesmo número.

#### Artigo 55.º

##### Derrogação

No caso de profissões que prossigam, na globalidade ou em alguns dos seus atos e atividades, missões específicas de interesse público, ou no caso de profissões cuja globalidade de atos ou atividades tenha uma ligação direta e específica ao exercício de poderes de autoridade pública, podem ser estabelecidos, nos estatutos da respetiva associação pública profissional ou noutras leis, requisitos de constituição e

funcionamento de sociedades de profissionais, e requisitos de inscrição de organizações associativas de profissionais, diversos dos previstos na presente lei, desde que se mostrem justificados e proporcionais, respetivamente, por razões imperiosas de interesse geral ligadas à prossecução da missão de interesse público em causa, ou ao exercício daqueles poderes de autoridade pública.

#### Artigo 56.º

##### Balcão único

1 — Todos os pedidos, comunicações e notificações previstos na presente lei, entre a associação pública profissional e profissionais, sociedades de profissionais ou outras organizações associativas de profissionais, são realizados por meios eletrónicos, através do balcão único eletrónico dos serviços, referido nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, acessível através do sítio na Internet da associação pública profissional em causa.

2 — Quando, por motivos de indisponibilidade das plataformas eletrónicas, não for possível o cumprimento do disposto no número anterior, a transmissão da informação pode ser feita por entrega nos serviços da associação pública profissional em causa, por correio eletrónico, por telecópia ou por remessa pelo correio sob registo.

3 — A apresentação de documentos em forma simples, nos termos dos números anteriores, dispensa a remessa dos documentos originais, autênticos, autenticados ou certificados, sem prejuízo do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 3 e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

4 — É ainda aplicável aos procedimentos referidos no presente artigo o disposto nas alíneas d) e e) do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho.

#### Artigo 57.º

##### Cooperação administrativa

As associações públicas profissionais competentes nos termos da presente lei prestam e solicitam às autoridades administrativas dos outros Estados membros da União Europeia e à Comissão Europeia assistência mútua e tomam as medidas necessárias para cooperar eficazmente, nomeadamente através do Sistema de Informação do Mercado Interno, no âmbito dos procedimentos relativos a prestadores de serviços já estabelecidos noutro Estado membro, nos termos do capítulo VI do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, e do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, alterada pelas Leis n.ºs 41/2012, de 28 de agosto, e 25/2014, de 2 de maio.

#### Artigo 58.º

##### Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Aprovada em 10 de abril de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 26 de maio de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 28 de maio de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

# *Atualização Legislativa*

## *Sessões de Esclarecimento*

Após ter emitido uma Circular a toda a Classe, anunciando tal realização, a Ordem dos Despachantes Oficiais promoveu duas Sessões de Esclarecimento, uma na sua Sede em Lisboa em 01.10.2015 e outra na sua Secção do Porto em 28.09.2015, no sentido de aproximar os seus associados aos novos Conceitos e Soluções decorrentes do ambiente jurídico em que ora se enquadra, da regulamentação das sociedades profissionais de Despachantes Oficiais e das condições de exercício profissional.

Em ampla e aberta discussão dos vários temas, foram objeto de especial incidência, as matérias respeitantes à Deontologia, ao Acesso à Profissão, às Sociedades profissionais, estas nos seus vários aspetos designadamente, qualidade dos sócios, objeto social, cedência de quotas e responsabilidade disciplinar e ainda a análise e con-

ceito de atos próprios dos despachantes oficiais. Foram ainda apreciadas as normas do Mercado Interno quanto ao direito de estabelecimento e à livre prestação de serviços.

Reconhece o Conselho Diretivo da Ordem dos Despachantes Oficiais que a vastidão dos conceitos e a natureza inovadora de muitas das normas agora em vigor, aconselham novas sessões de Formação e Esclarecimento, eventualmente com objeto mais específico, o que não deixará de promover.



# Internacional

No prosseguimento da orientação sempre seguida, a ODO esteve presente nas Reuniões que se referem, com as Delegações constituídas pelos Colegas que se indicam:

## **CEN (Comité Européen de Normalização) – Standard de Competências**

- 28.01 a 31.01.15 – Bruxelas – Alexandra Vargas
- 17.06 a 20.06.15 – Paris – Alexandra Vargas
- 30.09 a 03.10.15 – Paris – Alexandra Vargas

Está em discussão final, o texto relativo aos Standards de Competência.

Irá seguir-se a respectiva votação.

## **CLECAT**

- 19.02 a 21.02.15 – CITI – Bruxelas – Alexandra Vargas
- 02.06.15 – CITI – Bruxelas – Alexandra Vargas
- 24.06 a 27.06.15 – CITI – Eslovénia – Alexandra Vargas
- 14.10 a 16.10.15 – CITI – Paris – Alexandra Vargas
- 18.11 a 21.11.15 – Freight Forwarders Forum – Antuérpia – Alexandra Vargas e Luís Veiga Pires

Neste âmbito continuam a seguir-se as sucessivas redações que vêm sendo apresentadas pelo Comité Aduaneiro do UCC (Atos de Implementação).

## **CONFIAD**

- 12.03 a 14.03.15 – Paris – Alexandra Vargas e Luís Veiga Pires
- 10.06 a 13.06.15 – Chipre – Alexandra Vargas e Luís Veiga Pires
- 13.11.15 – Lisboa – Conselho Diretivo da CONFIAD

A CONFIAD na área específica da sua atuação, vem acompanhando não só os Atos de Implementação do UCC mas também, contribuindo para a redação final do Projeto dos Standards de Competência a apresentar ao CEN.



# Listagem dos Despachantes Oficiais

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA  
ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA  
ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO  
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA  
ADELINO INFANTE GOUVEIA  
ADÉRITO NUNES MONTEIRO  
ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE  
ADRIANO GOMES PINHAL  
AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO  
ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL  
ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES  
ALBERTO AUGUSTO DA COSTA  
ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO  
ALBERTO JOSÉ VIEIRA  
ALBINO FERREIRA DE QUEIRÓS  
ALEXANDRE ARTUR OERTEL VIEIRA LOBO  
ALFREDO BARBOSA DA FONSECA  
ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO  
ALFREDO DOS SANTOS MELLA  
ALFREDO SOARES FERREIRA  
ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE  
ÁLVARO FERNANDES CASTELA  
ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS  
ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS  
AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO  
AMÉLIA MARIA DOS SANTOS LADEIRAS BELEZA  
DE VASCONCELOS  
AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR  
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO  
ANDRÉ FILIPE SALVADOR DE SOUSA  
ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA  
ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO  
ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA  
ANTÓNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO  
ANTÓNIO BRAGA BARROS  
ANTÓNIO CARLOS COSTA LEAL  
ANTÓNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL  
ANTÓNIO COELHO BARBOSA  
ANTONIO DIOGO CAVACO  
ANTÓNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA  
ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA  
ANTONIO FERNANDES  
ANTÓNIO FERNANDES DE ABREU  
ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO  
ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO  
ANTÓNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE  
ANTÓNIO GIL TADEU  
ANTÓNIO JOAO FLORINDO CADETE  
ANTÓNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO  
ANTÓNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES  
ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA  
ANTÓNIO JOAQUIM NEVES MATIAS  
ANTÓNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA  
ANTÓNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES  
ANTÓNIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA  
ANTÓNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO  
ANTÓNIO JOSÉ GOMES DA SILVA DUARTE  
ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO  
ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA

ANTÓNIO LUÍS MOREIRA DIAS  
ANTÓNIO LUÍS SANCHES LUÍS  
ANTÓNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES  
ANTÓNIO MANUEL BRAGANÇA RIJO  
ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES  
ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS  
ANTÓNIO MARIA MAGRO ROSA  
ANTÓNIO MENDES DUARTE  
ANTÓNIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO  
ANTÓNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO  
ANTÓNIO MIGUEL DOS SANTOS RODRIGUES  
FERNANDES  
ANTÓNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS  
ANTONIO MORGADO MACEDO  
ANTÓNIO NEVES PINTO  
ANTÓNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE  
ANTONIO PEREIRA LOPES  
ANTÓNIO DA ROCHA TEIXEIRA  
ANTÓNIO RODRIGUES MARQUES  
ANTONIO ROSA DOS SANTOS  
ANTÓNIO SARAIVA VILAÇA  
ANTÓNIO DA SILVA PRATES  
ANTÓNIO SIMÕES GODINHO  
ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA  
ANTONIO DA VEIGA FREIRE  
ARLINDO ANTONIO MARQUES RODRIGUES DE  
ALMEIDA  
ARLINDO NUNES CASTELÃO  
ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA  
ARMANDO DA SILVA AMARAL  
ARMÉNIO OLIVEIRA MARTINS DAS NEVES  
ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA  
ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA  
ARMINDO CORREIA LEITE  
ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA  
ARTUR MARQUES RODRIGUES  
ATILIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA  
AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA  
AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO  
AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA  
BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA  
BELARMINO FERNANDES JOAQUIM  
BENJAMIM VALENTE  
BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS  
BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH  
BERTO MONTEIRO DE OLIVEIRA  
CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA  
CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA  
CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS  
CARLOS ALBERTO DA COSTA MARQUES  
CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO  
CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS  
CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA  
CARLOS ALBERTO MIRANDA MONTEIRO  
CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES  
CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES  
CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS  
CARLOS ANTÓNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO  
CARLOS CIPRIANO DA COSTA

CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA  
CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES  
CARLOS LUIS PEREIRA  
CARLOS MANUEL DO AMARAL VIDEIRA  
CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES  
CARLOS MANUEL DAMAS PELADO  
CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS  
CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS  
CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO  
CARLOS MANUEL ROSA CARDOSO DIAS  
CARLOS PEREIRA DA SILVA  
CARLOS ROBERTO DE VILHENA DE OLIVEIRA DE  
ANDRADE BOTELHO  
CELESTINO PEDRO RAMOS  
CESÁRIO GUILHERME FERREIRA  
CLÁUDIA SOFIA OLIVEIRA MARQUES  
DANIEL COSTA RODRIGUES  
DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO  
DANIEL DA SILVA BASTOS  
DAVID MANUEL DE ABREU  
DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO  
DELFIN LEITE DA COSTA OLIVEIRA  
DELFIN MANUEL DA COSTA OLIVEIRA  
DIOGO ALBERTO CASAIS FERNANDES MAGALHÃES  
DOMINGOS ANTÓNIO NEVES PINTO  
DOMINGOS MONTEIRO XAVIER  
DUARTE VELADA ROSADO  
EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS  
EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO  
EDUARDO JOSÉ DE SOUSA  
EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS  
PEREIRA  
EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA  
EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO  
EDUARDO DA SILVA RANGEL  
ELEUTERIO DA CRUZ SERRANO  
EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA  
EMILIO MANUEL DA SILVA CORRÊA  
EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES  
FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA  
FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES  
FERNANDA DA SILVA ARAÚJO  
FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES  
FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA  
FERNANDO ANTÓNIO AMARO DOS SANTOS  
FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA  
FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARQUES  
FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO  
FERNANDO CARLOS DOMINGUES DA CERVEIRA  
PINTO  
FERNANDO CARVALHO PEIXOTO  
FERNANDO DIAS MOREIRA  
FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA  
FERNANDO DA ENCARNÇÃO CARRILHO  
FERNANDO EUGENIO DE ABREU  
FERNANDO GONÇALVES DIAS  
FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA  
PINTO



FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO  
FERNANDO LOPES ROSA  
FERNANDO MANUEL DO CARMO  
FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA  
FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO  
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO  
FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA  
FERNANDO MANUEL SILVA CERQUEIRA  
FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO  
FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS SANTOS  
CLAUDINO  
FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO  
FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES  
FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA  
FERNANDO DO REGO DE AMORIM  
FERNANDO SÉRGIO SILVA REIS CARMO  
FERNANDO VENTURA LAGE  
FRANCISCO ANTÓNIO VAZ RATO VIDINHA  
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS  
FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA TAVARES DE  
SENA  
GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO  
GRAÇA MARIA NASCIMENTO VILHENA  
GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO  
GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA  
HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARQUES MAIO  
HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA  
HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA  
HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA  
HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO  
HERCULANO JOSÉ POMBINHO  
HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO  
HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO  
HILÁRIO RODRIGUES PACHECO  
HUMBERTO FERNANDO VALADAS PIRES MORÃO  
HUMBERTO RESENDES DE MELO  
ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO  
ÍLIA DE FIGUEIREDO GOMES  
IVO CANDEIAS ANICETO  
IVONE CARLA DOS SANTOS MIRANDA BRANCO  
VASCO  
JACINTO CABRAL TRAVASSOS  
JAIME ANTÓNIO CAMACHO FERREIRA DE  
CARVALHO  
JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA  
JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES  
JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA  
JOAO ANTONIO DE SOUSA  
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA  
JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA  
JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA  
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA  
JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES  
JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA  
JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES  
JOÃO DIOGO BORGES FERNANDES LOPES  
JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA  
JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES  
JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO  
JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA  
JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA  
JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS  
JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA  
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA  
JOAO LUCIO DA COSTA LOPES  
JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA  
JOÃO LUÍS DE FREITAS RODRIGUES  
JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM  
JOÃO LUÍS DE SOUSA ABREU

JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER  
JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO  
JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES  
JOAO MANUEL PIRES  
JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO  
JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA  
JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS  
JOAO MENDONÇA CORREIA  
JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA  
JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA  
JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO  
JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA  
JOAQUIM ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS  
JOAQUIM ANTÓNIO NUNES REBORDÃO  
JOAQUIM DE BRITO MENDES  
JOAQUIM CARDOSO CORREIA  
JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO  
JOAQUIM JOSÉ PEREIRA GUIMARÃES DA COSTA  
JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ  
JOAQUIM MARIA DA COSTA  
JOAQUIM MARQUES  
JOAQUIM MIGUEL ALMEIDA COSTA  
JOEL PENEDO MARQUES DUARTE  
JORGE AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE  
OLIVEIRA  
JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA  
JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO  
JORGE LEAL REBELO VIEIRA  
JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA  
JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA  
JORGE MANUEL PROENÇA SEIXAS  
JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO  
JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO  
JORGE MARTINS DIONISIO  
JORGE MOREIRA RAPOSO  
JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO  
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE  
JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA  
JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO  
JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIVINHO  
JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS  
JOSÉ ANTÓNIO SOARES ARRUDA  
JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES  
JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA  
JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO  
JOSE BARROS DA ROCHA  
JOSE CARLOS CARRILHO PINTO  
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA LEITÃO  
JOSÉ CARLOS PÁSSARO PINTO CRAVO  
JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE  
JOSE EDUARDO LEAL MOITA  
JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS  
JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES  
JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA  
JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS  
JOSE DA FONTE E CASTRO  
JOSÉ GATO DOS SANTOS  
JOSE HENRIQUES DOS SANTOS  
JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR  
JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES  
JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA  
JOSE JOAO BRAS MATIAS  
JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE  
JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA  
JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA  
JOSÉ LUÍS MARTINS DE FREITAS  
JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS  
JOSE MACHADO DA SILVA  
JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES  
JOSE MANUEL DINIZ MARIA

JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA  
JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO  
JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO  
JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS  
JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO  
JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS  
JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS  
JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO  
JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO  
JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS  
JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO  
JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO  
JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA  
JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA  
JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO  
JOSE RAMOS MARTINS  
JOSE RIBEIRO ALVES  
JOSE DA ROCHA MONTEIRO  
JOSÉ SANTOS FERREIRA  
JOSÉ DA SILVA DEVEZAS  
JOSÉ DA SILVA NUNES  
JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA  
JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA  
JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA  
JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO  
LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS  
LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA  
LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO  
LUÍS ANTÓNIO DA SILVA PINTO COELHO  
LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA  
LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA  
LUIS AUGUSTO DUARTE  
LUIS DE DEUS  
LUÍS DUARTE DOS SANTOS RAFAEL NUNES  
LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES  
LUÍS FÍLIPE ROCHA RODRIGUES  
LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES  
LUÍS JORGE XAVIER RIJO  
LUIS MANUEL JESUS DA COSTA  
LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS  
LUÍS MATEUS CANHOTO ANDRADE  
LUIS ORNELAS GLÓRIA  
LUÍS PEDRO DOS SANTOS LADEIRAS  
LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA  
MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL  
MANUEL ALVES SIMOES  
MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS  
MANUEL ANTONIO LADEIRAS  
MANUEL ANTUNES DO AMARAL  
MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO  
MANUEL FELISBERTO DA ENCARNACÃO  
MANUEL FERNANDES TAVARES  
MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO  
MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO  
MANUEL FERNANDO LOPES  
MANUEL FERNANDO PEREIRA  
MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO  
MANUEL FERNANDO DA SILVA ALMEIDA  
MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS  
MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE  
MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA  
MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA  
MANUEL LIMA MONTEIRO  
MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA  
MANUEL MARQUES DE SOUSA  
MANUEL MOREIRA PINTO  
MANUEL OLIMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS  
MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES  
MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA  
MANUEL DOS SANTOS PEREIRA

MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA  
 MARIA ALEXANDRA DOS SANTOS TROVISCO  
 AIRES VARGAS  
 MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO  
 MARIA MADALENA DOS SANTOS NOGUEIRA  
 CARACOL  
 MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE  
 MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA  
 MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA  
 MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES  
 MARIO NUNES MENDES  
 MARIO DE SOUSA GONÇALVES  
 MÁRIO VILHENA DE CARVALHO BEIRÃO VIEIRA  
 MIGUEL JOSÉ DE AMORIM MACHADO  
 NORBERTO DIAS DOS SANTOS  
 NUNO AFONSO CARDOSO FERREIRA PINTO DE OLIVEIRA  
 NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES  
 NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP  
 ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES  
 ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES  
 ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO  
 ÓSCAR CARNEIRO JALES  
 PAULA MARIA RAMADA LEITE DA COSTA LOPES  
 SANTOS VICENTE  
 PAULO JORGE DUARTE CORREIA  
 PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA  
 PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE  
 PAULO JORGE MENDES PIRES  
 PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA  
 PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA  
 PEDRO ANTÓNIO MONTEIRO DA FONSECA  
 PEDRO AUGUSTO ANTUNES SILVA  
 PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA  
 PEDRO MIGUEL DOS SANTOS GASPAS AMARAL  
 RAUL MANUEL RAPOSO DE ALMEIDA  
 REINALDO LUCAS DE CARVALHO  
 RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS PEIXOTO  
 GUIMARAES  
 RICARDO JOSÉ NEVES DA SILVA  
 RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA  
 RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO  
 RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO  
 RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA  
 RUI HELDER DA COSTA SANTOS  
 RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA  
 RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA  
 RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO  
 RUI MENDES FERREIRA  
 RUI MIGUEL NUNES LOPES  
 RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO  
 RUI SOARES FERNANDES  
 SALVADOR MARTINS FERREIRA  
 SANDRA ISABEL FERREIRA LOPES  
 SECUNDINO CRISTÓVÃO BARBOSA ALVES DE QUEIRÓS  
 SÉRGIO ALEXANDRE FERNANDES BORGES  
 SÉRGIO LUÍS BIANCHI TEDIM BELCHIOR GOUVEIA  
 SÓNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEIREIRO LATAS  
 TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE  
 TERESA DIAS VIDINHA  
 VALDEMAR LUIS DA COSTA  
 VASCO DE ALMEIDA  
 VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES  
 VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE  
 VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES  
 VITOR MANUEL DA SILVA FERREIRA  
 ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA  
 ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO

## NOVOS DESPACHANTES

ALEXANDRE PAULO RODRIGUES SANTOS  
 ALFREDO MANUEL PINTO RODRIGUES  
 ARMÉNIO OLIVEIRA MARTINS DAS NEVES  
 ARTUR LUÍS DE ARAÚJO ALMEIDA  
 ARTUR MANUEL PEREIRA DA SILVA  
 CARLOS ALBERTO MIRANDA MONTEIRO  
 GUILHERMINO JOSÉ REBELO TEIXEIRA  
 JAIME ANTÓNIO CAMACHO FERREIRA DE CARVALHO  
 JOÃO DIOGO BORGES FERNANDES LOPES  
 JOÃO PEREIRA DA SILVA FILHO  
 JOAQUIM JOSÉ PEREIRA GUIMARÃES DA COSTA  
 JORGE MANUEL PROENÇA SEIXAS  
 JOSÉ ANTÓNIO PINTO SILVA  
 JOSÉ CARLOS PÁSSARO PINTO CRAVO  
 JOSÉ HENRIQUE DA COSTA PESSOA PEREIRA DA COSTA  
 LUÍS ANTÓNIO DA SILVA PINTO COELHO  
 MANUEL FERNANDO PEREIRA  
 MANUEL FERNANDO DA SILVA ALMEIDA  
 MANUEL FERNANDO DA SILVA PACHECO  
 MARIA FERNANDA RODRIGUES JORGE  
 MIGUEL JOSÉ DE AMORIM MACHADO  
 PEDRO JÚLIO SOUSA CARDOSO  
 RAUL MANUEL RAPOSO DE ALMEIDA  
 RICARDO JOSÉ NEVES DA SILVA  
 RICARDO JOSÉ UNGARO  
 RUI MIGUEL NUNES LOPES  
 SÉRGIO LUÍS BIANCHI TEDIM BELCHIOR GOUVEIA  
 VITOR MANUEL DA SILVA FERREIRA

## CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RELVAS  
 JOAQUIM FERNANDES DE ABREU

## SUSPENSÃO VOLUNTÁRIA DE ACTIVIDADE

ALEXANDRE PAULO RODRIGUES SANTOS  
 ALFREDO MANUEL PINTO RODRIGUES  
 ANTÓNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO  
 ARTUR LUÍS DE ARAÚJO ALMEIDA  
 ARTUR MANUEL PEREIRA DA SILVA  
 BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO  
 GUILHERMINO JOSÉ REBELO TEIXEIRA  
 JOSÉ ANTÓNIO PINTO SILVA  
 JOSÉ DA GRAÇA CARRILHO MATOS  
 JOSÉ HENRIQUE DA COSTA PESSOA PEREIRA DA COSTA

MANUEL DUARTE MEIRELES BELEZA DE ANDRADE  
 MANUEL FERNANDO DA SILVA PACHECO  
 MARIA FERNANDA RODRIGUES JORGE  
 NUNO ALEXANDRE DA SILVA NOGUEIRA  
 PEDRO JÚLIO SOUSA CARDOSO  
 RICARDO JOSÉ UNGARO

## DESPACHANTES FALECIDOS

6 – NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES  
 D.N. – 01.11.1930  
 D.F. – 26.01.2015

12 – ANTÓNIO ABEL CORUJEIRA  
 D.N. – 30.05.1922  
 D.F. – 01.02.2015

14 – FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO  
 D.N. – 23.03.1920  
 D.F. – 27.11.2014

45 – LUDGERO AGOSTINHO LUÍS  
 D.N. – 26.04.1930  
 D.F. – 08.04.2015

67 – MÁRIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO  
 D.N. – 18.05.1930  
 D.F. – 11.08.2015

140 – ÂNGELO ROSA PIRES  
 D.N. – 08.09.1939  
 D.F. – 09.09.2015

197 – ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELO DE CASTRO  
 D.N. – 11.02.1933  
 D.F. – 01.04.2015

270 – HUMBERTO HILÁRIO PINTO  
 D.N. – 13.01.1930  
 D.F. – 19.06.2015

364 – CLAUDEMIRO DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA  
 D.N. – 11.12.1939  
 D.F. – 09.04.2015

393 – MANUEL MONTEIRO DA SILVA  
 D.N. – 01.02.1941  
 D.F. – 12.02.2015

436 – NELSON ÓSCAR DE SOUSA PINTO  
 D.N. – 21.06.1934  
 D.F. – 17.04.2015



**ORDEM DOS  
 DESPACHANTES  
 OFICIAIS**

**OS REPRESENTANTES  
 ADUANEIROS PORTUGUESES**



# Refletindo...

O ciclo da vida repete-se inexoravelmente a cada momento, a cada ano.

Mais um ano termina e outro se inicia. Sempre com novos projetos e expectativas.

Foi assim em 2015, ano em que desejamos intensamente o fim do moroso processo de transformação da nossa Câmara em Ordem profissional, no contexto das novas regras publicadas na Lei-Quadro das Associações Públicas Profissionais.

Na verdade, um processo iniciado em 2013 e que se esperava concluído em seis meses, perdurou por mais de dois anos.

Uma vez concluído, esperava-se uma vigência tranquila, prudente, adaptada ao fim previsto e respeitadora dos interesses em presença.

Entre estes, o primeiro deveria ser o do Estado português, definidor das regras, em função do alcance europeu de que se reveste esta lei, uma vez que aqui se plasmam orientações para uso nacional, comunitário e internacional.

Depois, deveria atender-se aos operadores nacionais, todos eles, tendo em atenção a sua intervenção no processo declarativo e não só.

Com efeito, o que foi declarado neste diploma legislativo, foi a necessidade de tutela, uma tutela integral e única, para a atividade de declarar perante as alfandegas.

Neste contexto, estão sob alçada da Lei os Representantes Aduaneiros, nova designação adotada pelo novo CAU (Código Aduaneiro da União).



Parece estar a ser difícil entender esta realidade que tem em vista, apenas e só, adotar as mesmas regras para todos os operadores do setor, assim se evitando a sempre nefasta concorrência desleal.

E assim se define um grande anseio para este novo ano que se vai iniciar.

É assim que a vida se renova em cada novo ano, em cada novo projeto!

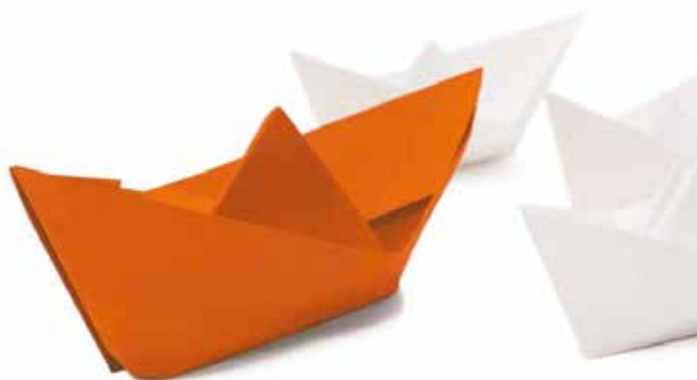
Esperando que em 2016 estejamos em paz com nós próprios, enquanto coletividade, comunidade e país, aqui apresento os meus mais sinceros votos de muita saúde, para todos, prosperidade e os maiores êxitos pessoais e profissionais.

FELIZ NATAL E UM NOVO ANO PLENO DE VENTURAS

**Fernando Carmo**

*Presidente da CDO*

# IMPORTAMO-NOS COM QUEM EXPORTA



Num mercado cada vez mais global, as melhores oportunidades de negócio estão muitas vezes além-fronteiras. É por isso que a COSEC está sempre onde estiver o seu negócio.

Presente em 5 continentes e em 52 países através da rede internacional Euler Hermes, a COSEC disponibiliza um vasto leque de soluções de Seguro de Créditos para apoiar a atividade comercial e a internacionalização das empresas portuguesas. Se quer chegar mais longe de forma mais segura, escolha o líder de mercado. **Só tem a ganhar.**

AO SEU  
LADO  
EM TODO  
O LADO

Contacte-nos: 217 913 700  
E-mail: [comercial@cosec.pt](mailto:comercial@cosec.pt)  
[www.cosec.pt](http://www.cosec.pt)



 <b>GC</b> <b>DESPACHANTE OFICIAL</b> Guimarães da Costa Customs Representative	 	<p>LISBOA</p> <p>Rua António Pedro, 46, 1º</p> <p>1000-039 Lisboa - Portugal</p> <p>Tel.: +351 218 823 740</p> <p>Fax: +351 218 876 161</p> <p>email: <a href="mailto:geral@guimaraesdaacosta.pt">geral@guimaraesdaacosta.pt</a></p>
--	---	--



**ORDEM DOS  
DESPACHANTES  
OFICIAIS**  
OS REPRESENTANTES  
ADUANEIROS PORTUGUESES



**IFCBA**  
International Federation of Customs  
Brokers Associations



**CONFIAD**  
Confederação Internacional  
de Despachantes Oficiais

